

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2015**



## ÍNDICE

<b>Relatório da Administração</b>	<b>Pág.</b>
<b>Mensagem da Administração</b>	<b>1</b>
<b>Perfil da Companhia</b>	<b>2</b>
<b>Composição Acionária</b>	<b>2</b>
<b>Relacionamento com Acionistas</b>	<b>3</b>
<b>Governança Corporativa</b>	<b>3</b>
<b>Regulação</b>	<b>6</b>
<b>Mercado de Energia</b>	<b>7</b>
<b>Comercialização de Energia</b>	<b>7</b>
<b>Usina Térmica de Camaçari</b>	<b>8</b>
<b>Renovação dos Contratos com os Consumidores Industriais</b>	<b>8</b>
<b>Desempenho Operacional</b>	<b>9</b>
<b>Investimentos</b>	<b>12</b>
<b>Conjuntura Econômica</b>	<b>18</b>
<b>Desempenho Econômico-Financeiro</b>	<b>19</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>24</b>
<b>Relacionamento com Auditores Independentes</b>	<b>24</b>
<b>Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b>	<b>25</b>
<b>Gestão da Tecnologia da Informação</b>	<b>26</b>
<b>Gestão de Pessoas</b>	<b>26</b>
<b>Fornecedores</b>	<b>29</b>
<b>Relacionamento com as Comunidades</b>	<b>30</b>
<b>Responsabilidade Ambiental</b>	<b>30</b>
<b>Programa do Reassentamento de Itaparica</b>	<b>32</b>
<b>Cultura</b>	<b>32</b>
<b>Prêmios e Reconhecimentos</b>	<b>33</b>
<b>Informações de Natureza Social e Ambiental</b>	<b>33</b>
<b>Demonstrações Financeiras</b>	
<b>Balanco Patrimonial</b>	
<b>Ativo</b>	<b>36</b>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>37</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>38</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>	<b>39</b>
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>40</b>
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>	<b>41</b>
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	<b>42</b>
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	<b>43</b>
<b>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</b>	<b>151</b>
<b>Parecer dos Auditores Independentes</b>	<b>152</b>
<b>Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>155</b>

## 1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

---

Em 2015, a Chesf dedicou-se a manter o contínuo aprendizado e aprimoramento de seu processo de gestão. Com a participação de todas as suas áreas estratégicas, a Companhia realizou ajustes e adequações com foco no aumento da receita, na redução de custos e despesas e, ainda, no aperfeiçoamento das práticas de gestão de pessoas, sempre comprometida com o desenvolvimento sustentável. Não obstante as medidas implementadas ao longo de 2015, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 476,0 milhões.

O sistema de transmissão da Chesf foi incrementado com a energização de 192,3 km de linhas de transmissão, 4 (quatro) novas subestações próprias, tendo a sua capacidade de transformações sido ampliada em 2.800 MVA. O investimento no período foi de R\$ 765,3 milhões.

No segmento de geração, a Companhia investiu R\$ 71,7 milhões em suas usinas hidrelétricas para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade e seguiu com as obras de implantação dos parques eólicos próprios de Casa Nova, localizados no Estado da Bahia.

Ressalte-se ainda, que, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) a Chesf investiu R\$ 1.352,5 milhões em participações em empreendimentos, agregando 1.762 MW de potência instalada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, além de 5 (cinco) subestações e 473 km de linhas de transmissão.

O total investido pela Chesf em empreendimentos próprios e em sociedade montou em R\$ 2.273,9 milhões.

Para fazer face ao programa de investimento do ano, a Chesf captou um total de R\$ 476,9 milhões em recursos contratados junto ao BNDES.

Importante capítulo no processo de renovação dos contratos com os consumidores industriais foi a promulgação da lei nº 13.182/2015, que autoriza a Companhia a participar do Fundo de Energia do Nordeste - FEN, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica por meio de SPE. Ao decidir pela prorrogação dos contratos, a Chesf obteve a continuidade da concessão da UHE Sobradinho, por um período de 30 anos, ou seja, até o ano de 2052.

Assunto bastante abordado pelos meios de comunicação do País e também motivo de muita preocupação e dedicação da Companhia, a vazão do rio São Francisco foi tratada com máxima prioridade pela gestão da Chesf. O volume de água nas barragens foi monitorado diariamente com o objetivo de minimizar os danos provocados nas comunidades ribeirinhas, na irrigação, na navegabilidade do rio e, principalmente, no Sistema Interligado Nacional.

Em função das restrições hídricas no Nordeste, a Chesf manteve em operação uma máquina da Usina Térmica de Camaçari, enquanto aguarda o processo de distrato da concessão em análise pelo Ministério de Minas e Energia.

Por meio do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, a Chesf promoveu um conjunto de ações que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de joint ventures e outras afiliadas. Deste modo, a Companhia, assim como todas as empresas Eletrobras, atendem ao Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção Brasileira nº 12.846/2013, e que além de outras determinações estabelece a necessidade da criação de um programa de integridade em todas as empresas que atuam no Brasil.

Ainda em 2015 o hospital da Chesf em Paulo Afonso – Hospital Nair Alves de Souza – HNAS teve sua titularidade transferida para a Universidade do Vale do São Francisco – UNIVASF.

Comprometida com sua força de trabalho, a Companhia investiu na promoção da saúde e qualidade de vida, na prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, bem como controle de perigos e riscos. Em 2015, a Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho – TFAT e a Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho – TGAT ficaram abaixo dos seus respectivos limites toleráveis, tendo a TGAT apresentado o melhor resultado dos últimos 13 anos.

Cuidar do entorno de seus empreendimentos, das pessoas e do meio ambiente, consolidando sua rentabilidade econômico-financeira, esse é o verdadeiro negócio da Chesf. É, ainda, trabalhar em equipe, sempre em parceria com seus empregados, Diretoria e Conselho de Administração.

## 2. PERFIL DA COMPANHIA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

A Companhia faz parte do Sistema Interligado Nacional (SIN) e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte e Sudeste/Centro-Oeste. Com suas principais usinas localizadas na bacia do São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidrotérmica com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 98,9% da produção total de energia. Este parque gerador tem 10.615,1 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas (três próprias e 11 sob regime de O&M), supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 56,8 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicomustível.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
<b>HIDRELÉTRICAS</b>	-	<b>10.268,33</b>
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Piloto (*)	São Francisco	2,00
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
Araras (*)	Acaraú	4,00
<b>TERMELÉTRICA</b>	-	<b>346,80</b>
Camaçari (**)	-	346,80
<b>TOTAL</b>		<b>10.615,13</b>

(\*) Concessões encerradas, aguardando formalização da Aneel.

(\*\*) Em processo de encerramento de concessão. Quatro unidades sem condições operacionais.

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 19.884,3 km de linhas em operação, sendo 5.207,1 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 13.903,6 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 773,6 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 111 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras em que a Chesf possui ativos) e mais 15 subestações elevadoras de usinas, totalizando 551 transformadores em operação correspondente a 53.638,6 MVA, e ainda 9.730 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

## 3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas.

## 4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

---

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

## 5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

### 5.1 ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta exclusivamente por brasileiros. Esse conselho é integrado por até seis membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representem, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

### 5.2 GESTÃO DA ÉTICA

A Chesf adota o Código de Ética Único do Sistema Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos.

A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, através de ações educativas e a apuração de denúncias de infração ética.

Os destaques das ações da Comissão de Ética em 2015 foram a participação no XI Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no XVI Seminário Internacional – Ética na Gestão, oferecido pela Comissão de Ética Pública, Curso de Gestão e Apuração de Ética Pública, realização de Palestra sobre o tema Ética, realizada no auditório da sede da Companhia, com transmissão ao vivo para as regionais e todos empregados, a realização de Oficinas de relações sociais para profissionais saudáveis, no Trabalho, em parceria com a Superintendência de Recursos Humanos, nas Regionais de Fortaleza, Sobradinho e Aracajú, para gerentes e empregados não comissionados. Processos Institucionais - treinamento para novos gerentes, além de atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração dos processos éticos.

### 5.3 OUVIDORIA

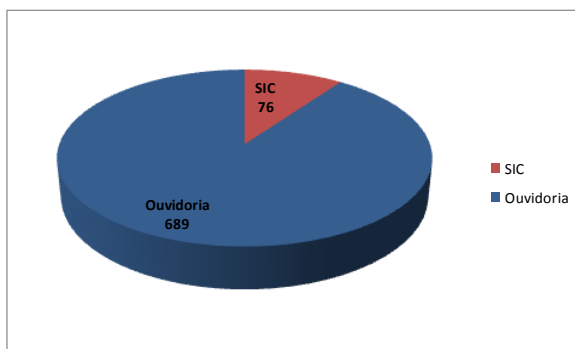
A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, promovendo a melhoria contínua dos processos de trabalho e a

busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, vigente a partir de 16.05.2012, que regulou o Acesso à Informação, assegurando a qualquer cidadão demandar informações de interesse particular ou coletivo, realizando a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

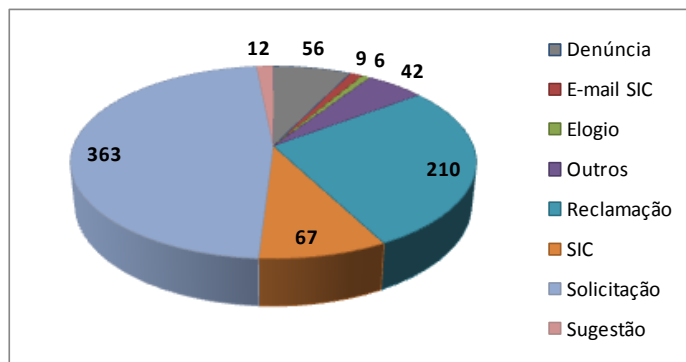
### Estatística das Manifestações

O gráfico a seguir apresenta o total de 765 demandas recebidas pelos dois canais administrados pela Ouvidoria, sendo 689 manifestações postadas na Ouvidoria e 76 pedidos de informação dirigidos ao SIC.



### Demandas por Tipo

As demandas são classificadas como: denúncia, e-mail SIC, elogio, outros, reclamação, SIC, solicitação e sugestão.



### Sistema de Informações ao Cidadão - SIC

Foram recebidos 76 pedidos de informações. Atendimento, no período, a 97,7% das manifestações, tendo como tempo médio de resposta 17 dias.

SIC				
Demandas	Demandas com Prazo de Atendimento Prorrogado	Recurso em 1ª Instância	Recurso em 2ª Instância	Recurso CGU
76	8	3	-	-

## 5.4 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, dos controles internos e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os processos e a gestão da Companhia.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração. A atuação da Auditoria Interna está limitada à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

## 5.5 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Sustentabilidade Empresarial na Chesf tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental. Dentre essas diretrizes estão a priorização da produção de energia limpa e renovável, o uso racional de recursos, atuar como agente indutor da eficiência energética, ter compromisso com a ética e a transparência, respeitar os direitos humanos, agregar valor para as partes interessadas, garantir condições de trabalho e de bem-estar adequadas aos colaboradores.

Em 2015, o Comitê de Sustentabilidade iniciou o acompanhamento da execução do Plano de Internalização da Política Ambiental das Empresas Eletrobras. A Chesf foi certificada no Programa Benchmarking Brasil 2015, do Instituto Mais, com o case da área de Tecnologia da Informação - “Impressão Verde”.

A Companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso (COP), aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República e à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Em setembro de 2015 assinou com o InPACTO a renovação do compromisso com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo.

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes mundiais da *Global Reporting Initiative* (GRI), apenas na versão online. Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da *holding* e para as respostas aos questionários do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

## 5.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O processo de gestão integrada de riscos na Chesf é realizado com base na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e na metodologia definida em conjunto com a *holding*, que abrange as etapas de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos empresariais de diversas naturezas, e tem o objetivo de dar suporte na tomada de decisões empresariais. A atividade envolve o mapeamento dos controles implementados para mitigação dos riscos identificados, bem como a elaboração e monitoramento de planos de ação visando ao aprimoramento dos controles e à consequente prevenção de perdas e salvaguarda de ativos.

O ambiente de controles internos da Chesf também é monitorado através do processo de Certificação SOX, realizado anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley* (SOX), necessária para que a Eletrobras *holding* mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), além de verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia, fortalecendo assim a eficácia dos processos. A certificação SOX envolve as etapas de revisão e atualização dos controles internos dos processos de negócios e de governança corporativa, os testes da administração, realizados pela auditoria interna, e os testes de certificação, realizados pelo auditor independente.

## 5.7 COMPLIANCE

Em fevereiro de 2015, a Diretoria Executiva aprovou a adesão da Chesf ao Manual de Compliance referente à Política de Anticorrupção das Empresas Eletrobras, bem como a indicação de um Gerente e um Assistente de Compliance. O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras foi lançado na Chesf para todos os empregados em março/2015, através da disponibilização de documentos na intranet (Manual de Compliance e Guia do Colaborador) e informativos internos, incluindo um vídeo sobre o tema.

Ao longo de 2015, várias ações previstas no Manual de Compliance foram realizadas para estruturação do Programa, tais como: treinamento do gerente e assistente de Compliance, treinamento da alta administração (diretores e conselheiros), mapeamento e treinamento de grupo de pessoas mais expostas ao risco de fraude/corrupção, treinamento de novos gestores, palestra para fornecedores, definição de cláusulas contratuais específicas sobre Compliance a serem inseridas nos contratos com fornecedores, análises de denúncias recebidas através da Ouvidoria, entre outras. Além disso, a área de Compliance colaborou no atendimento ao escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells, contratado pela Holding para uma investigação independente nas Empresas Eletrobras, considerando supostas denúncias surgidas a partir de depoimentos da Operação Lava-Jato.

Desde o início da implantação do Programa de Compliance, a Chesf participa de videoconferências semanais com as Empresas Eletrobras, sob coordenação da Holding, nas quais são discutidas ações e diretrizes para consolidar e aprimorar cada vez mais o Programa nas Empresas Eletrobras. Ao longo de 2016, novas ações estão programadas para fortalecer e aumentar os controles relativos à gestão do Programa de Compliance.

## 5.8 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Planejamento Empresarial da Chesf é um processo dinâmico, que envolve a constante avaliação dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho empresarial e a consequente adequação dos objetivos estratégicos, visando aprimorar a gestão e atingir as metas e resultados propostos. Em 2015, a Diretoria avaliou a necessidade de ajustes no planejamento e aprovou um novo Mapa Estratégico para o horizonte 2015-2019.

O monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf é realizado com foco nos indicadores de cada objetivo definido em seu Mapa Estratégico, possibilitando o acompanhamento de desvios entre as metas e os resultados apurados. Em 2015, como em anos anteriores, o monitoramento foi realizado através de reuniões com a Diretoria e todo o corpo gerencial da Companhia, com transmissão via intranet para os empregados, consolidando assim o processo de gestão empresarial com transparência das informações e foco em resultados.

## 6. REGULAÇÃO

---

Durante o ano de 2015, a gestão dos aspectos regulatórios na Chesf foi caracterizada por uma crescente importância das atividades a ela relacionadas, consolidando a sua essencialidade para a Companhia. A Coordenadoria de Regulação – CRG firmou-se no seu papel de integrar a função de Regulação na Companhia, promovendo a articulação com os órgãos reguladores – particularmente com a Aneel – e atuando internamente no sentido de assessorar, instrumentalizar e coordenar os processos relativos à Regulação, de acordo com as diretrizes emanadas da Diretoria Executiva.

Fazem parte da gestão da regulação na Companhia o acompanhamento das alterações na legislação que tramitam no poder legislativo, a participação da Chesf nas Audiências e Consultas Públicas de seu interesse, a coordenação dos processos de revisão e reajuste tarifário da Transmissão e da Geração, o acompanhamento das ações de correção de não conformidades, a proposição e acompanhamento da implantação de medidas que permitam promover a melhoria dos processos de forma a adequar-se às regras regulatórias e a defesa da Companhia quando da emissão de Termos de Notificação e em Autos de Infração por parte da Aneel.

Destacam-se, no ano de 2015, os seguintes marcos:

- Encaminhamento de informações para o reajuste tarifário da receita dos ativos de transmissão;



- Interposição de Recurso Administrativo contestando a Resolução Homologatória nº ReH 1.918/2015, relativa ao reajuste tarifário da Transmissão, com potencial aumento na Receita Anual Permitida - RAP e de ressarcimento de valores via parcela de ajuste;
- Encaminhamento de informações para o reajuste tarifário da receita das usinas cotistas;
- Interposição de recurso contestando a Resolução Homologatória ReH 1.924/2015, relativa ao reajuste tarifário da Geração, com expectativa de aumento da receita das usinas cotistas por conta de investimentos prudentes realizados e não considerados, do ressarcimento de despesas com demandas da administração pública, investimentos em bens não reversíveis, investimentos no Reservatório de Itaparica, e de ajustes nos custos decorrentes do montante de energia destinado aos consumidores industriais;
- Redução de 40% do montante de multas aplicadas pela Aneel, representando aproximadamente R\$ 4,1 milhões.

## 7. MERCADO DE ENERGIA

---

Em 2015 o consumo nacional de energia elétrica foi de 464.682 GWh e apresentou redução de 1,8% em relação a 2014. Dentre as classes de consumo, apenas a classe Comercial registrou crescimento, com taxa de 0,6%. Enquanto isso a classe Industrial reduziu 5,3%, a Residencial 0,7% e a classe Outros 0,2%. O consumo de energia elétrica por região do Brasil registrou crescimento nas regiões Norte com taxa de 3,3% e Centro-Oeste com 0,8%. Essas duas regiões representam apenas 14,6% do consumo brasileiro, enquanto que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, juntas, representam 85,4% do consumo e apresentaram queda em seus consumos, com as respectivas taxas de 0,9%, 3,3% e 3,3%. Este resultado foi influenciado, principalmente, pelo fraco desempenho no consumo das indústrias, que em função da retração na economia brasileira não se recuperou ao longo do ano de 2015. Já a redução no consumo residencial é explicada, em parte, pela elevação da tarifa média de eletricidade, queda na renda das famílias provocada pelo aumento da taxa de desemprego e, ainda pela incidência da bandeira tarifária vermelha no decorrer de 2015.

Quando observado por subsistema geolétrico, o consumo do Nordeste – não incluindo o Estado do Maranhão – somou 72.945 GWh (o equivalente a 15,7% do consumo total nacional) e registrou crescimento de 1,6% em relação ao ano 2014. Para atendimento a este subsistema, a Chesf contribuiu com 28,3% da energia gerada, enquanto que o intercâmbio com os subsistemas Norte e Sudeste respondeu por 14,9% e as outras gerações por 56,8% - com destaque para a geração térmica 35,8% e a eólica 18,9%.

No que tange às perspectivas de crescimento do mercado, as projeções divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, apresentam expansão no consumo nacional de energia elétrica, nas regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 3,9% ao ano, para o período 2014-2024. Este desempenho está sustentado pela expansão das classes comercial (5,1% a.a.), residencial (4,1% a.a.) e industrial (3,0% a.a.). Para a carga de energia, o incremento projetado é da ordem de 29.312 MW médios ao final de 2024. Portanto, espera-se uma taxa média de crescimento de 3,8% ao ano, passando de 65.236 MW médios em 2015, para 94.548 MW médios em 2024. Para o subsistema Nordeste prevê-se uma expansão média de 4,3% ao ano, crescimento superior ao previsto para o Brasil, passando de 10.109 MW médios de 2015 para 15.182 MW médios em 2024, representando incremento de 5.073 MW médios no final do último ano. A participação do subsistema Nordeste na carga do Sistema Interligado Nacional – SIN é de 15,5%, com previsão de atingir 16,1 % em 2024.

## 8. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

---

Desde 2013 a Chesf vem comercializando energia elétrica, parte no regime de cotas e parte fora deste regime, que, nesse caso, pode-se dar no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Embora uma parcela da energia do regime de cotas tenha sido reservada para atendimento aos consumidores industriais do Nordeste, a Chesf continuou a ter necessidade de compra de energia para atendimento aos seus compromissos.

Em 2015 as vendas corresponderam ao montante de 52.983GWh, distribuídos entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 45.398GWh (86%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 7.585GWh (14%) ficaram fora do regime de cotas. Referente à parcela fora do

regime de cotas, o total da energia foi destinado aos consumidores industriais livres, consumidores industriais cativos e aos comercializadores. Já as compras de energia totalizaram 1.833GWh, sendo necessárias para o atendimento aos compromissos da Chesf.

## **9. USINA TÉRMICA DE CAMAÇARI**

---

A Concessão da usina térmica de Camaçari - UTC, localizada no município de Dias D'Ávila no Estado da Bahia, foi outorgada à Chesf por meio da Portaria DNAEE n.º 1.068, de 10 de agosto de 1977. A entrada em operação comercial dessa usina ocorreu em 1979 e ao longo desses 37 anos de concessão, a Chesf, no cumprimento das obrigações emanadas do contrato de concessão e seus aditivos, bem como em atendimento as orientações do poder concedente e do acionista majoritário da Companhia, promoveu investimentos para recuperação e melhorias da usina que alcançam valores da ordem de R\$ 600 milhões.

Em função dos elevados custos de operação, a UTC raramente é solicitada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Sua operação ocorre somente em situações conjunturais, tais como, restrições operativas ou em períodos de hidraulicidade crítica. Em que pese a característica de segurança para o Sistema Interligado Nacional - SIN, a geração da usina nos últimos dez anos, bem como a expectativa de despacho para os próximos anos são pouco significativas, fazendo com que os benefícios esperados para o sistema não sejam suficientes para justificar a permanência da usina no SIN com a adequada cobertura dos custos associados.

A forma de operação a que foi submetida a usina nos últimos anos, deteriorou significativamente as suas unidades geradoras, reduzindo a sua disponibilidade e, conseqüentemente, a sua confiabilidade para o atendimento às solicitações de despacho pelo ONS. Some-se a esse fato, a constatação de que grande parte dos equipamentos da usina já ultrapassou a sua vida útil econômica, tendo mais de 35 anos de operação.

Atualmente, a UTC conta com apenas uma das cinco unidades em operação comercial, estando o processo de distrato da sua concessão em análise pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

## **10. RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS COM OS CONSUMIDORES INDUSTRIAIS**

---

Em 22 de junho de 2015, foi publicada a MP nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182 de 3 de novembro de 2015, autorizando a Chesf a participar do Fundo de Energia do Nordeste – FEN e estabelecendo as condições que deveriam ser obedecidas pela Companhia em caso de concordância com a prorrogação dos contratos atualmente vigentes com os Consumidores Industriais que atendem o disposto na Lei nº 10.604 de 17 de dezembro de 2002 e cujo término dos atuais contratos se encerraria em 30 de junho de 2015, conforme determinado pela Lei nº 11.943 de 28 de maio de 2009.

Ao decidir pela prorrogação dos referidos contratos, a Chesf teria prorrogada a concessão da UHE Sobradinho, por um período de até 30 anos, contados a partir do final do atual período de concessão (09/02/2022).

De acordo com a Lei nº 13.182, ao se renovar os contratos com esses consumidores, além das receitas decorrentes dos contratos de compra e venda, a Chesf teria direito aos recursos aportados no Fundo de Energia do Nordeste - FEN, bem como aos dividendos oriundos dos investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE e dos ativos constituídos na proporção de sua participação societária, constituída a partir da aplicação dos recursos do FEN de titularidade da Chesf.

A solução legal estabelecida permitiu que a Chesf decidisse pela renovação dos contratos em condições atrativas, o que contribuiu para um ganho econômico significativo para a Companhia, além de possibilitar a obtenção de dividendos a serem auferidos nos empreendimentos futuros que deverão ser implantados pela Chesf em parceria com outras empresas, utilizando os recursos acumulados no FEN.

## 11. DESEMPENHO OPERACIONAL

Dada à localização de suas principais usinas, na bacia do Rio São Francisco, a geração de energia é influenciada pelos regimes hidrológicos das regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e as aflúncias ocorridas no período úmido 2014/2015, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2015, o armazenamento de 21,91% e, em 31 de dezembro, chegou a 2,20% do seu volume útil.

A Companhia gerou 25.080 GWh em 2015, contra 28.738 GWh em 2014, representando uma redução de 12,7%. Este resultado foi devido à baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2014/2015, sendo necessária a maximização da geração térmica da região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Para maior segurança do Sistema Eletroenergético, a Companhia implantou um novo Centro de Controle, agregando as atividades de um Centro Regional ao Centro de Operação com tecnologia de Vídeo Wall em LCD e Servidores Blade de alto desempenho, no sistema SCADA. Foram contempladas a integração de novas subestações, a ampliação do número de instalações teleassistidas e a inclusão de pontos de supervisão, previstos no procedimento de rede 2.7 do ONS. Estes esforços resultaram no aumento da observabilidade do sistema, atingindo a marca de 100.000 pontos de supervisão. Investimentos adicionais também foram realizados na área de Qualidade de Energia, Oscilografia, Regulação Automática de Tensão, Supervisão dos Sistemas de Proteção e Rede Hidrométrica das bacias dos Rios São Francisco, Contas e Parnaíba.

O sistema de telecomunicações transporta sinais de voz, dados e vídeo, para uso corporativo (correio eletrônico, videoconferência IP, aplicações administrativas, sistemas de informação, etc.), bem como operacional (sistemas de telessupervisão em tempo real, sinais de teleproteção, demais aplicações inerentes ao setor elétrico, tanto da CHESF, como do ONS e de outras empresas do setor a quem presta serviços de comunicação).

Em 2015, foram acrescentadas ao sistema de telecomunicações da Chesf 08 novas instalações elétricas: Campina Grande III, Igaporã III, Pindaí II, Garanhuns II, Pau Ferro II, Campo Formoso, Acaraú II e Lagoa Nova II. A Companhia iniciou a primeira etapa de seu Plano Diretor de Telecomunicações (PDTel), com a instalação de uma Rede de Transporte Óptico (OTN) de alta capacidade de tráfego de informações, tendo colocado em 2015 um dos anéis já em fase de testes funcionais.

Destaca-se que, de acordo com o seu Planejamento Empresarial, a Chesf implantou, em 2015, um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M.

Ao final de 2015 foram totalizadas 32 subestações operadas e mantidas pela CHESF neste novo modelo. Para tanto, foi realizado um amplo programa de treinamento dos profissionais, totalizando 25 turmas e aproximadamente 2.400 horas-aula ministradas a mais de 80 colaboradores.

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

### 11.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

Os resultados em 2015 para os indicadores de Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ, Duração Equivalente de Interrupção – DREQ e Energia Interrompida - ENES foram os maiores dos últimos cinco anos. Este fato se deve às ocorrências contingenciais verificadas ao longo do ano.

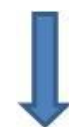
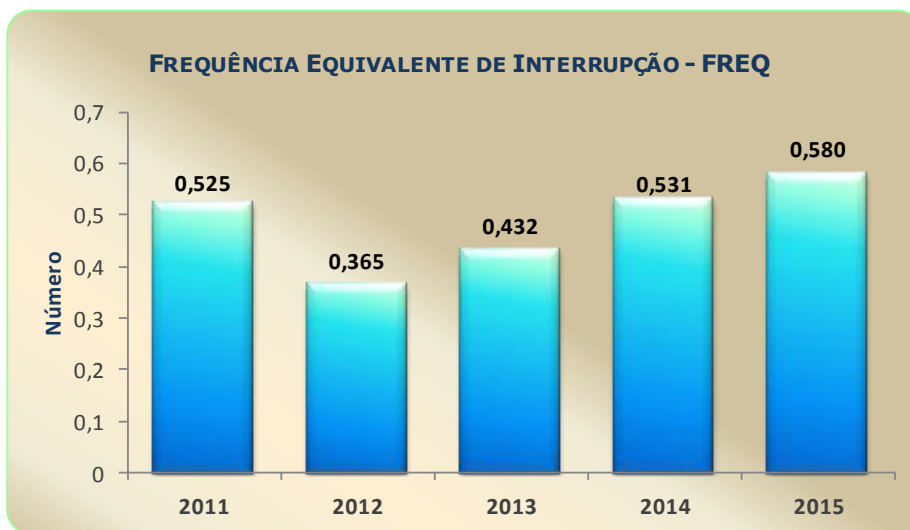
O indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB), apesar de ter ficado na média dos últimos cinco anos, teve eventos de magnitudes relevantes, refletindo no aumento do valor do indicador da Energia Interrompida – ENES.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou um valor que refletiu o bom desempenho no serviço prestado, com pequena variação em relação aos anos anteriores.

Quanto ao indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, ressalta-se que nos últimos anos vem apresentando uma redução, devido a indisponibilidades de algumas usinas para realização de programas de modernização das suas unidades geradoras.

### 11.2 FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO - FREQ

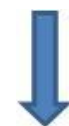
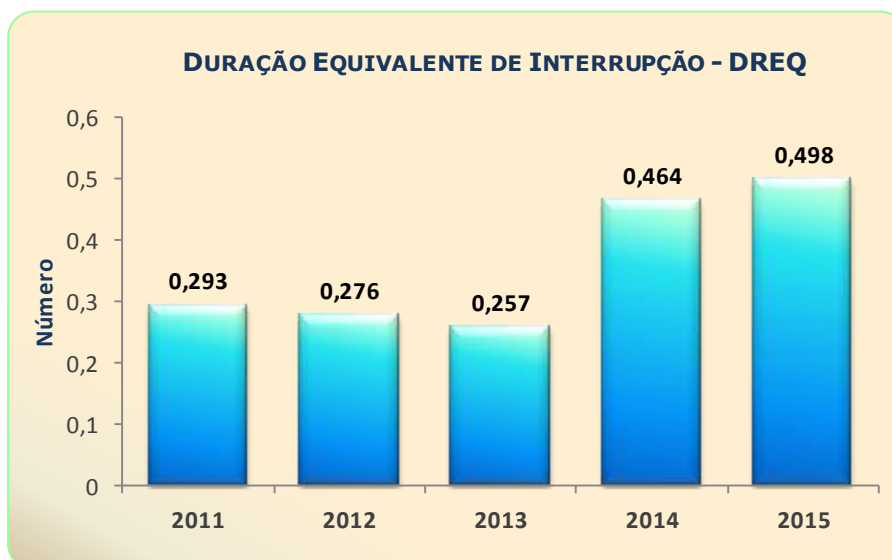
Indica o número de vezes que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria sido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.



Melhor

### 11.3 DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO - DREQ

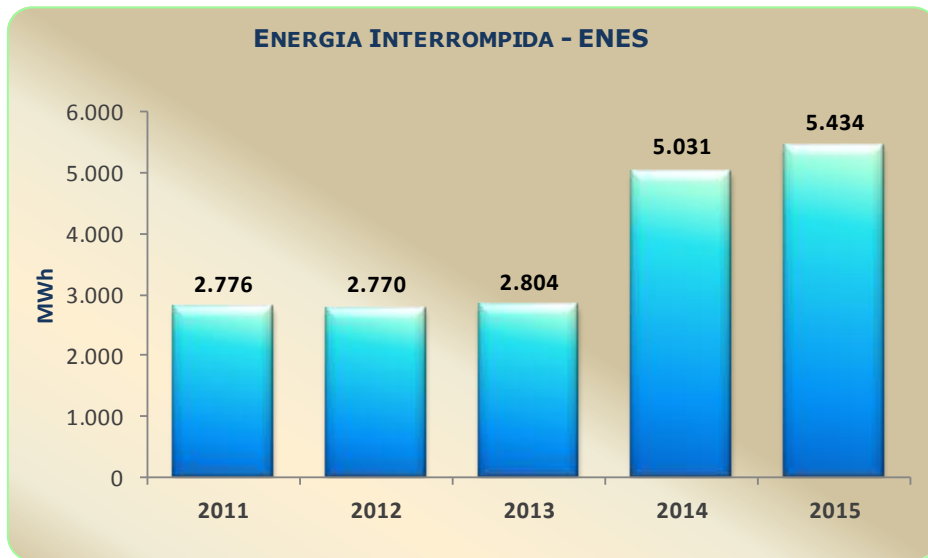
Indica o tempo que uma carga equivalente à demanda máxima atendida pela Chesf teria permanecido interrompida, considerando todas as interrupções ocorridas no período.



Melhor

### 11.4 ENERGIA INTERROMPIDA - ENES

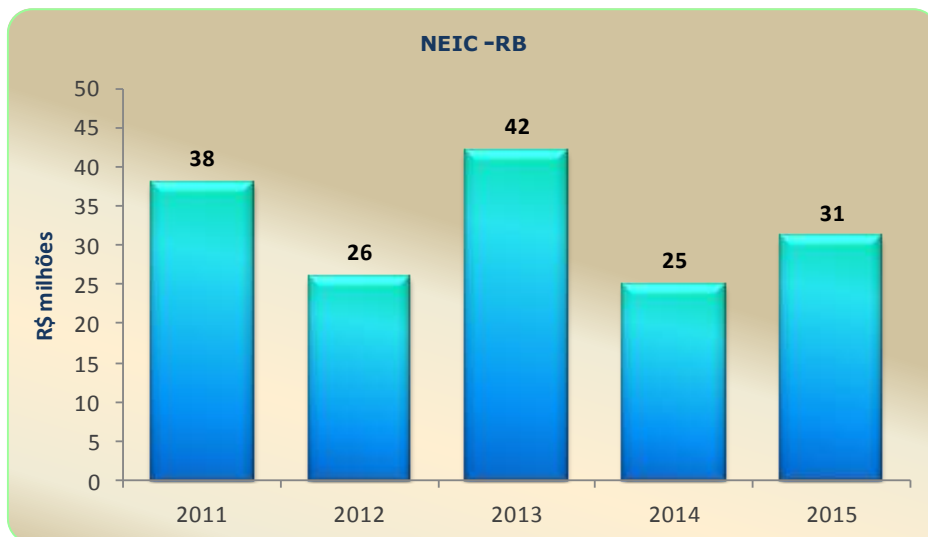
É a energia interrompida não fornecida em consequência de interrupção de suprimento, motivada por eventos originados no Sistema Chesf.



Melhor

### 11.5 NÚMERO DE EVENTOS COM INTERRUÇÃO DE CARGA NA REDE BÁSICA – NEIC-RB

É o número de desligamentos intempestivos com origem na Rede Básica da Chesf que ocasionaram qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.



Melhor

## 11.6 DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



**Melhor**



**Melhor**

## 12. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de Ativos Próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPes.

### 12.1 INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2015, os investimentos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Chesf, de acordo com a realização orçamentária, totalizaram R\$ 921,4 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 72,6 milhões em geração de energia; R\$ 765,3 milhões em obras do sistema de transmissão; R\$ 23,1 milhões no reassentamento de Itaparica; e R\$ 60,4 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -5,6%.

O gráfico a seguir apresenta os investimentos ao longo dos últimos cinco anos.



### 12.1.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

Em 2015, foram investidos R\$ 61,8 milhões nas usinas hidrelétricas, para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda, com destaque para as seguintes realizações:

- Implantação de Sistemas Digitais (MPCCSR) nas Usinas Paulo Afonso I, II e III. Concluída a unidade geradora 01G7 de Paulo Afonso II, com entrada em operação em julho de 2015, finalizando os serviços de digitalização dessas usinas, pois os trabalhos nas demais unidades de Paulo Afonso I, II e III já haviam sido concluídos em anos anteriores;
- Digitalização de duas unidades geradoras da Usina Boa Esperança. Concluídas as unidades geradoras 01G1 e 01G2, respectivamente, em Nov/2015 e set/2015, incluindo a Revitalização dos principais componentes. As outras duas unidades foram concluídas em 2013;
- Revitalização e Modernização das Unidades Geradoras de Paulo Afonso I e II: Concluídas as unidades 01G1, 01G2 e 01G7, respectivamente, em mai/2015, jul/2015 e jul/2015. Os trabalhos nas demais unidades já haviam sido concluídos em anos anteriores;
- Concluída a elaboração do Projeto básico de Modernização e Digitalização da UHE Xingó, subestação de 500 kV e subestação de 69 kV;
- Realização do monitoramento sismológico nas usinas de Boa Esperança, Sobradinho, Itaparica, e Xingó.

Com relação a novas hidrelétricas, a Companhia já havia concluído, em parceria com empresas privadas, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de cinco aproveitamentos hidrelétricos situados no rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW). O aproveitamento de Uruçuí foi considerado inviável ambientalmente, tendo sido indeferida a emissão de sua Licença Prévia. Os outros 4 aproveitamentos participaram dos leilões de energia da Aneel, seja de forma individual ou em conjunto, formando um complexo hidrelétrico. No entanto, em nenhum desses leilões se obteve êxito na venda de energia dessas usinas. Isto aconteceu por causa do preço-teto da tarifa fixado pela Aneel no leilão, considerado baixo, incapaz de proporcionar rentabilidade suficiente para viabilizar esses aproveitamentos hidrelétricos. Em 2015 a Companhia realizou e protocolou na Aneel, a revisão do Relatório de Disponibilidade Hídrica do Rio Parnaíba, necessário para atender aos requisitos do registro na EPE e consequente habilitação nos futuros leilões A-5 da Aneel.

No submédio Rio São Francisco a Companhia já havia concluído o EVTE do aproveitamento de Riacho Seco (276 MW) e aguarda a aprovação do EIA/RIMA (ambos protocolados no IBAMA), para posterior realização de Audiências Públicas para obtenção da LP (licença Prévia), de forma a possibilitar a participação deste aproveitamento hidrelétrico em futuro Leilão A-5.

Na área de Energia Eólica, a Companhia investiu R\$ 9,9 milhões até final de 2015, na implantação dos parques eólicos próprios Casa Nova (180 MW), Casa Nova II (28 MW) e Casa Nova III (24 MW), que totalizam de 232 MW, e são situados no município de Casa Nova, na Bahia.

Ainda sobre a geração eólica, a Companhia tem em curso um programa de medições de vento, para o desenvolvimento de projetos eólicos, em várias áreas selecionadas no Nordeste, num total que ultrapassa os 33.000 ha, correspondendo a um potencial superior a 4.000 MW, a serem implantados via futuros leilões de venda de energia da Aneel, no ambiente regulado (ACR), ou mesmo para a venda direta no mercado livre (ACL). A Companhia busca também ampliar parcerias para viabilizar a exploração do grande potencial eólico da região.

Na área de geração solar, a Companhia iniciou um novo processo licitatório para implantar, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I), uma planta fotovoltaica de 3 MWp interligada à rede elétrica em uma área localizada próxima à cidade de Petrolina (PE). Esta planta tem por objetivo a proposição de arranjos técnicos e comerciais para inserção de projetos de geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, num projeto de P&D+I intitulado “Central Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina” elaborado em parceria entre a Chesf, Cepel, UFPE e UPE, com previsão de conclusão em agosto de 2017, tendo sido investido R\$ 0,9 milhão em 2015. A Companhia participa ainda de projeto heliotérmico de 1 MWp a ser implantado também em Petrolina, em parceria com o Cepel, e efetua medições em 15 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando ao aproveitamento da energia solar com tecnologias fotovoltaicas e heliotérmicas. A Companhia desenvolveu um projeto de geração Fotovoltaico de 30 MW para participar de futuros Leilões de energia, a ser implantado em São José do Belmonte, distrito de Bom Nome.

Como destaque em Energia Solar, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável entre o Brasil e a Alemanha, a Companhia participa do Programa “Usinas Solar Térmicas para Geração de Energia Elétrica” e também do “Programa Solar para a Geração de Energia Elétrica – Solar Nordeste”, estando o governo alemão fornecendo recursos, através do Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, e em cooperação com o GIZ (Agência de Cooperação Internacional Alemã) para medidas de mitigação das mudanças climáticas no marco de sua nova modalidade de financiamento para promover tecnologias favoráveis à proteção do clima global (DKTI). Em 2015, após a finalização de um estudo de pré-viabilidade, o KfW e a Companhia lançaram a licitação de um estudo de viabilidade, focando tanto na tecnologia CSP (Potência Térmica com Concentradores Solares), quanto na tecnologia fotovoltaica. Esse estudo visa a fornecer à Companhia informações necessárias para a otimização do desenvolvimento de uma usina de energia solar de dimensão industrial no Nordeste do Brasil.

### 12.1.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

No ano de 2015, o Sistema de Transmissão da Chesf teve uma ampliação, quando foram energizados 154 km de linhas de transmissão, além de 38,3 km para seccionamento a subestações de SPEs e acessantes, 04 novas Subestações, sendo 1 transferida à Chesf por acessante, com a ampliação da capacidade de transformação em 2.800 MVA.

Foram energizados em 2015 os seguintes empreendimentos:

EMPREENHIMENTO	SE	KM	MVA
SE Suape II - 2º ATR 500/230 kV - 3x200 MVA			600
SE Tauá II - 2º TR 230/69 kV - 100 MVA			100
SE Governador Mangabeira - 2º TR 230/69 kV - 100 MVA			100
SE Suape III - 3º TR 230/69 kV - 100 MVA			100
SE Teresina II - 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x100 MVA			300
LT 230 kV Angelim / Ribeirão C1 - Recapacitação			
LT 230 kV Sobral III / Acaraú II		91,3	
SE Juazeiro da Bahia II - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA			100
SE Piripiri - 2º e 3º TR 230/69 kV - 50 MVA			100
SE Santo Antônio de Jesus - 3º TR 230/69 kV - 100 MVA			100
SE Senhor do Bonfim II - 2º TR 230/138 kV - 100 MVA			100



SE Governador Mangabeira - Complementação da LT 230 kV para Camaçari II e realocação da LT 230 kV para Catú		2	
LT 230 kV Camaçari II / Tomba / Governador Mangabeira - 2 ELs 230 kV, na SE Governador Mangabeira			
SE Pindaí II	1		300
LT 230 kV Igaporã III/Pindaí II CS		49,6	
LTs 230 kV Igaporã III/Igaporã II C1, C2		10,8	
SE Igaporã III-500/230 kV	1		750
SE Lagoa Nova II 230/69 kV	1		150
<b>TOTAIS 2015</b>	<b>3</b>	<b>154</b>	<b>2.800</b>

Foi incorporada, também, ao sistema da Chesf a Subestação Campo Formoso 230/34,5 kV-120 MVA, transferida por acessante à Rede Básica da Chesf.

A energização das novas SE's Pindaí II, Igaporã III e Lagoa Nova II viabilizarão, de imediato, a recepção e transmissão de aproximadamente de 252 MW de Energia Eólica, no estado da Bahia e 198 MW no estado do Rio Grande do Norte respectivamente.

No ano de 2015 foram concluídos 47 eventos do Programa de Melhorias de Instalações (PMI) envolvendo 86 equipamentos em 23 Subestações, com investimento da ordem de R\$ 30,0 milhões. Estes eventos foram relativos à substituição de 47 chaves seccionadoras, 04 substituições de disjuntores, 05 entradas de linha em 69 kV, 02 entradas de linha em 138 kV e a substituição de 20 TC's de 230 kV, além de 8 Transformadores de aterramento.

Foram realizadas avaliações extraordinárias nos sistemas de proteção de 37 subestações da Rede Básica da Chesf, conforme ofício nº 966 ANEEL e Nota Técnica 058-2013 SFE-SRT ANEEL. As Subestações envolvidas neste processo em 2015 foram: SE Paraíso, SE Açu II, SE Pau Ferro, SE Elizeu Martins, SE Piripiri, SE Terezina II, SE Boa Esperança, SE Picos, SE Abaixadora, SE Bom Nome, SE Cícero Dantas, SE Irecê, SE Senhor do Bonfim II, SE Juazeiro da Bahia II, SE Barreiras, SE Bom Jesus da Lapa, SE Jaguarari, SE Banabuiu, SE Russas II, SE Mossoró II, SE Coremas, SE Icó, SE Milagres, SE Pirapama II, SE Ribeirão, SE Tacaimbó, SE Cauipe, SE Quixadá, SE Sobral II, SE Sobral III, SE Tauá II, SE Paulo Afonso III, SE Zebu II, SE Brotas de Macaúbas, SE Cotegipe, SE Itabaiana e SE Eunápolis.

Foram concluídos 31 Testes de Aceitação em Fábrica (TAF) de sistemas de MPCCSRA em 2015 e 08 referentes a sistema de CFTV e Cabeamento Estruturado.

Foi dada continuidade, no ano de 2015, ao acompanhamento dos empreendimentos de transmissão no âmbito do Comitê de Monitoramento dos Empreendimentos de Transmissão – CMET, do qual participam representantes da SPT e de todas as unidades organizacionais da Chesf envolvidas nos empreendimentos, tais como a Área Jurídica, Meio-ambiente, Suprimento e Diretoria de Operação. Com objetivo de aperfeiçoar a gestão dos empreendimentos, houve mudanças na forma de condução das reuniões mensais tornando-as mais efetivas.

Além disso, foi dada prioridade para a conclusão das obras associadas às Instalações Coletoras de Geração Eólica (ICG's). Foram constituídas duas equipes, com dedicação exclusiva, que são compostas por um coordenador, o Gestor Executivo de Empreendimento, ligado diretamente ao Diretor de Engenharia, e por representantes de todas as áreas envolvidas no desenvolvimento destas obras.

A partir de julho/2015, foi elaborado o Planejamento Estratégico da Diretoria de Engenharia, em cujo Mapa Estratégico estão definidos 8 Objetivos Finalísticos e 5 Objetivos de Suporte. Estes objetivos são desdobrados no âmbito de cada Superintendência da Diretoria. Mensalmente é realizada reunião de Monitoramento com a participação do Diretor e todos os gerentes. A seguir, estão listados estes Objetivos.

### Objetivos Estratégicos

- Implantar Empreendimentos de ICG's;
- Implantar Empreendimentos de Transmissão Corporativos;
- Implantar Reforços e Melhorias de Transmissão;
- Implantar Empreendimentos de Geração Corporativos;
- Implantar Empreendimentos de Geração em Parceria;

- Efetuar Ampliações e Melhorias em Empreendimentos de Geração em Operação;
- Prospectar e Desenvolver Novos Negócios de Geração e Transmissão.

### Objetivos de Suporte

1. Firmar Contratos de Aquisição e de Serviços;
2. Administrar Contratos de Aquisição e de Serviços;
3. Concluir os Compromissos com o Reassentamento de Itaparica;
4. Viabilizar a Obtenção de Licenças Ambientais;
5. Conceber e Implantar Projetos de P&D de Engenharia.

## 12.2 INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPOSITO ESPECIFICO

No ano de 2015, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 1.352,0 milhões, representando uma redução de 8,5% em relação ao ano de 2014, em função da entrada em operação de boa parte das SPEs. No período de 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 22,7%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPEs ao longo dos últimos cinco anos.



### 12.2.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração, por meio de SPEs, em um total de 16.562,81 MW, correspondentes a 3.100,42 MW equivalentes, conforme quadro a seguir:

SPEs		LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRAULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261,00	24,5%	63,95	ago-11
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,0%	750,00	set-13
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,0%	1.684,97	nov-15
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	400,00	24,5%	98,00	jan-18

<b>GERAÇÃO EÓLICA</b>	Complexo Eólico Sento Sé I	Sento Sé/BA	90,00	49,0%	44,10	mar-13
	Complexo Eólico Sento Sé II	Sento Sé/BA	98,70	49,0%	48,36	set-15
	Complexo Eólico Sento Sé III	Sento Sé/BA	58,75	49,0%	28,79	abr-16
	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/RN	93,00	49,0%	45,57	dez-15
	Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	205,10	49,0%	100,50	jul-15
	Complexo Eólico Chapada do Piauí II (*)	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	172,40	49,0%	84,48	jan-16
	Complexo Eólico Pindaí I (*)	Pindaí/BA	68,00	99,95%	67,97	out-16
	Complexo Eólico Pindaí II (*)	Pindaí/BA	26,00	99,97%	25,99	out-16
	Complexo Eólico Pindaí III (*)	Pindaí/BA	16,00	83,01%	13,28	out-16
	Complexo Eólico Serra das Vacas	Saloá/PE	90,76	49,0%	44,47	nov-15
<b>Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs</b>			<b>16.562,81</b>		<b>3.100,42</b>	
(*) Usinas em processo de redução da capacidade instalada, aguardando definição da Aneel.						
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.644,1 MW						
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 918,7 MW						

Nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu, em 2015, R\$ 1.119,8 milhões, sendo essas inversões aplicadas nas 40 sociedades em fase de implantação, dos quais R\$ 479,6 milhões em empreendimentos eólicos e R\$ 640,2 milhões nos hidroelétricos.

Avançaram fortemente as ações de suporte e atividades de campo visando à implantação dos novos parques eólicos na região Nordeste, provenientes dos Leilões de Energia havidos em 2013. Dos 37 empreendimentos em construção, no exercício de 2015, entraram em operação comercial, no mês de julho, 7 (sete) parques eólicos do Complexo Chapada do Piauí I (Ventos de Santa Joana IX, X, XI, XII, XIII, XV e XVI), com antecipação de dois meses em relação à data de entrega de energia estabelecida no Leilão LER de 2013.

Ainda em 2015 entraram em operação comercial mais 11 (onze) parques eólicos integrantes dos Complexos Eólicos: Sento Sé II (Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê - Leilão LER/2013), Serra das Vacas (Serra das Vacas I, II, III e IV - Leilão A-3/2013) e VamCruz (Junco I, II, Caiçara I e II - Leilão A-5/2011).

A potência instalada desses 18 parques eólicos totaliza 487,6 MW, sendo que o equivalente à participação da Chesf em 49% corresponde a 238,9 MW.

Também entraram em operação comercial mais 17 unidades geradoras da hidroelétrica Jirau, totalizando 37 unidades de um total de 50, o que representou a adição de 1.275 MW, ao Sistema Interligado Nacional. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 20%.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, propiciaram o acréscimo de 1.762,6 MW de potência instalada de geração no sistema elétrico brasileiro, sendo que o equivalente à participação da Chesf nas sociedades corresponde a 493,9 MW.

### 12.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão, por meio de SPEs, em um total de 5.296,5 km, correspondentes a 1.591,3 km equivalentes, conforme quadro a seguir:

SPEs	EMPREENHIMENTO	LOCAL	km	PART.	km Equiv.	INÍCIO DA OPERAÇÃO
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546,0	49,0%	267,5	jan-06
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	LT 500 kV Colinas – Miracema, LT 500 kV Miracema – Gurupi; LT 500 kV Gurupi – Peixe II, LT 500 kV Peixe II – Serra da Mesa II, SE Peixe II, SE Serra da Mesa II.	TO/GO	695,0	12,0%	83,4	mai-08
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT 500 KV Oriximaná – Itacoatiara; LT 500 kV Itacoatiara – Cariri; SE Itacoatiara 500/138 kV, SE Cariri 500/230 kV.	PA/AM	559,0	19,5%	109,0	mar-13
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/SP	2.375,0	24,5%	581,9	mai-14
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	LT 230 kV São Luís II - São Luís III; SE Aquiraz II e SE Pecém II (em operação).	MA/CE	156,0	49,0%	76,4	85% em Operação - SE Aquiraz II - Dez/13; SE Pecém II - Jan/14 LT 230 kV São Luís II - São Luís III - Previsão para Mai/16
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	666,0	49,0%	326,3	80% em operação - nov/15; Seccionamento Angelim/Recife II, para conexão na SE Pau Ferro - Previsão Fev/16
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN	LT 500kV Ceará Mirim – João Câmara II, LT 500kV Ceará Mirim – Campina Grande III, LT 230kV Ceará Mirim – Extremoz II, LT 230kV Campina Grande III – Campina Grande II, Secc. LT 230kV J. Camara II – Extremoz – Ceará Mirim Secc. LT 230kV C. Grande II - Extremoz II, SE João Câmara II, SE Campina Grande III, SE Ceará Mirim.	PB/RN	299,5	49,0%	146,8	mai-15
<b>Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE</b>			<b>4.974,5</b>		<b>1.433,5</b>	
<b>Total de Linhas de Transmissão em construção – SPE</b>			<b>322,0</b>		<b>157,8</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>5.296,5</b>		<b>1.591,3</b>	

Nos empreendimentos de transmissão em parcerias a Chesf investiu em 2015 R\$ 232,7 milhões, sendo essas inversões aplicadas nas 3 sociedades em fase de implantação.

Entraram em operação comercial parte dos empreendimentos associados às SPEs Interligação Elétrica Garanhuns S.A. e Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. que propiciaram o acréscimo de 5 (cinco) subestações e 952,5 km de linhas de transmissão, sendo que o equivalente à participação da Chesf nas sociedades corresponde a 466,7 km de linhas.

### 13. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2015 foi marcado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por uma deterioração do cenário econômico, especialmente no tocante às

principais variáveis macroeconômicas tais como índices inflacionários, emprego e renda, onde foi perceptível a diminuição do nível da atividade econômica.

A economia se mantém em recessão técnica após as seguidas variações trimestrais negativas. Para o acumulado de 2015, as estimativas do mercado indicam uma forte contração de 3,75% no PIB, que pode ser a maior em mais de duas décadas, e para 2016 a expectativa também é de recuo de 2,99% na atividade econômica (Boletim Focus 15/01/2016, BACEN). O recuo da demanda foi mais intenso que o previsto e o investimento seguiu a tendência de queda que persiste há dois anos, agravada ao longo de 2015.

A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 10,67%, a taxa mais elevada desde 2003, decorrente de ajustes nos preços administrados dos serviços e produtos, tais como combustíveis e energia elétrica, aumento da cotação do dólar nominal e continuidade de alta nos preços de serviços, tais como saúde e educação. Para 2016, apesar de a expectativa ser de 7,00% (Boletim Focus, BACEN 15/01/2016), inferior à verificada em 2015, ocorre processo de deterioração das expectativas de inflação futura como consequência da manutenção da Taxa SELIC na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM).

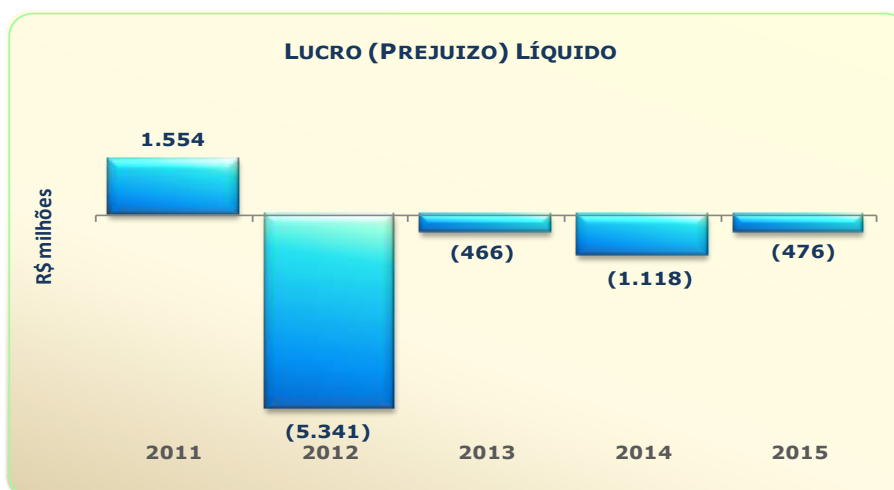
Neste cenário complexo de 2015, o mercado de trabalho não deixou de ser afetado. A taxa de desocupação fechou dezembro em 6,9%, a maior registrada para o mês desde 2007. O atual patamar de desemprego na população economicamente ativa é reflexo da redução na oferta de trabalho. De acordo com o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED), ao longo de 2015 o país perdeu 1,542 milhão de empregos formais.

## 14. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2011 a 2015.

### 14.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou, no exercício de 2015, um prejuízo de R\$ 476,0 milhões, contra um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões em 2014. Apesar de negativo, houve avanços em alguns itens, reflexo das medidas tomadas visando a retomada da lucratividade, tais como, aumento de receita operacional, redução de alguns custos e despesas operacionais e melhoria no Ebtida, conforme demonstrados nos tópicos seguintes.



## 14.2 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Companhia apresentou aumento da receita operacional bruta em 2015 de 13,4% em comparação ao exercício de 2014, passando de R\$ 4.210,0 milhões para R\$ 4.774,3 milhões. Contribuíram para essa variação positiva, o aumento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica de 13,0% (R\$ 291,1 milhões), o aumento da receita de operação e manutenção do sistema de transmissão de 20,1% (R\$ 153,6 milhões), e o aumento da receita de comercialização de energia no mercado de curto prazo em 46,5% (R\$ 70,9 milhões).

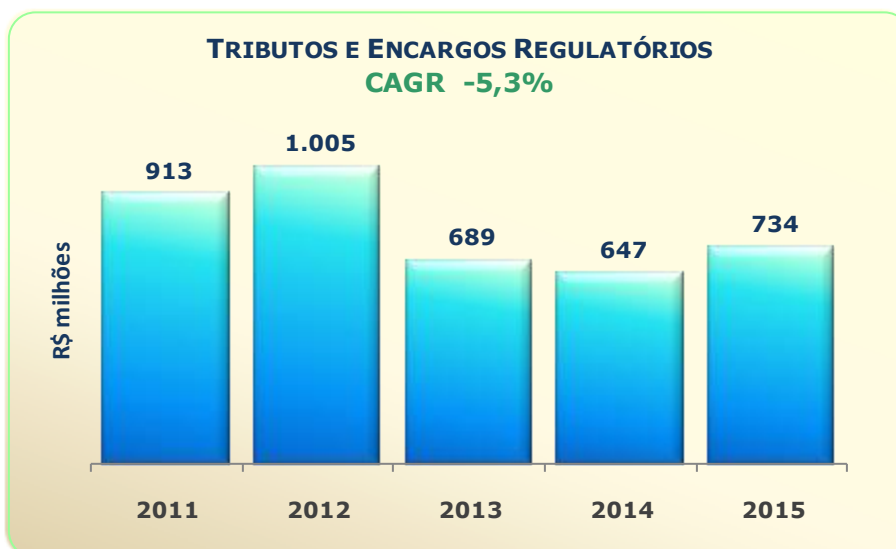
No período de 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -5,7%.



## 14.3 TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATÓRIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 734,4 milhões no ano de 2015 representando um aumento de 13,6% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 491,4 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 25,9% em relação a 2014), e R\$ 243,0 milhões a encargos regulatórios (redução de 5,2% em relação a 2014).

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2011 a 2015 foi negativa de -5,3%.



#### 14.4 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou, em 2015, uma variação positiva de 13,4% em relação ao período anterior, o que representa um acréscimo de R\$ 476,5 milhões. De 2011 a 2015, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi -5,7%.



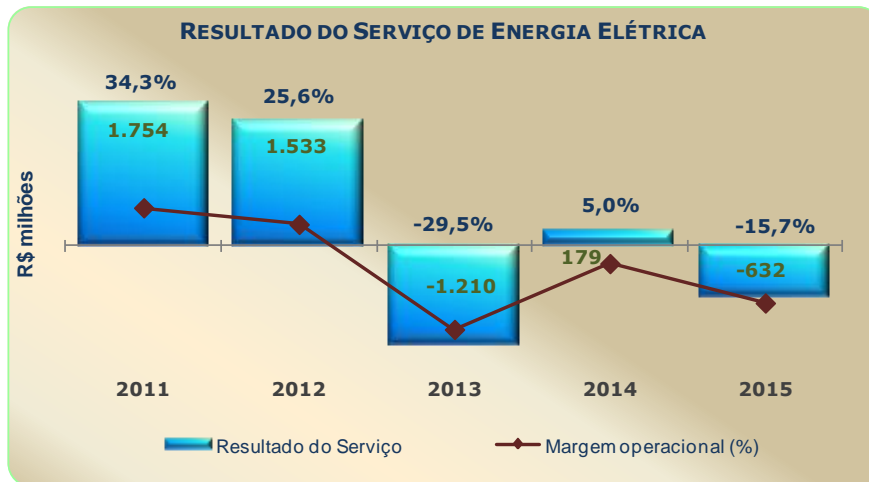
#### 14.5 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 4.672,3 milhões em 2015, apresentando um aumento de 38,1% em relação ao ano anterior. Apesar dos esforços da administração da Companhia na redução dos seus custos, refletido principalmente na diminuição da Energia elétrica comprada para revenda [-44,1% (R\$ 273,6 milhões)] e na diminuição dos Combustíveis para a produção de energia [-51,4% (R\$ 186,4 milhões)], houve um aumento significativo nos custos decorrentes de estimativas, refletido na Provisão contrato oneroso/impairment (aumento de R\$ 1.386,1 milhões) e no aumento da Provisão para contingência, [+127,1% (R\$ 197,9 milhões)], decorrente da constituição de honorários de sucumbência e atualização do processo decorrente do Fator k. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +8,5%, no período de 2011 a 2015.



### 14.6 RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

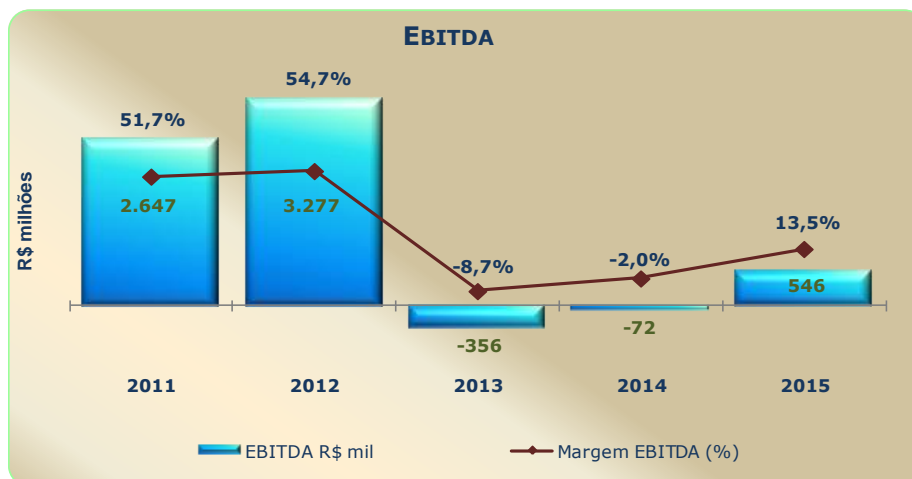
O resultado do serviço (EBIT) foi negativo em R\$ 632,4 milhões, representando uma redução de R\$ 811,4 milhões em relação ao montante positivo de R\$ 179,0 milhões obtido em 2014. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida), passou de 5,0% em 2014, para -15,7% em 2015, uma variação de 20,7 pontos percentuais.



### 14.7 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 546,5 milhões em 2015, contra o montante negativo de R\$ 72,1 milhões em 2014.

A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 13,5% em 2015 contra -2,0% obtida em 2014, representando uma recuperação de 15,5 pontos percentuais.





	(R\$ milhões)	
<b>DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido	(1.118,0)	(476,0)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	1.778,0	(107,0)
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(649,7)	(66,0)
(+) Depreciação	105,2	106,6
<b>(=) EBITDA</b>	<b>115,5</b>	<b>(542,5)</b>
(+) Receitas financeiras	813,3	248,8
(+) Provisões para contingências	155,7	353,6
(+) Reversão Impairment	443,2	377,5
(+) Provisões para perda na realização de investimentos	(246,9)	0,0
(+) Provisões para PIDV	(33,4)	(23,3)
(+) Contrato oneroso	(1.319,5)	132,3
<b>(=) EBITDA Ajustado</b>	<b>(72,1)</b>	<b>546,5</b>

#### 14.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 66,0 milhões, ante R\$ 649,7 milhões registrados em 2014, representando uma redução de R\$ 583,7 milhões. Sua composição está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)	
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Resultado de aplicações financeiras	138,1	243,4
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	110,3	62,5
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(143,4)	(131,5)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(0,9)	(0,7)
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(70,6)	425,7
Outras receitas (despesas) financeiras	32,5	50,3
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>66,0</b>	<b>649,7</b>

#### 14.9 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

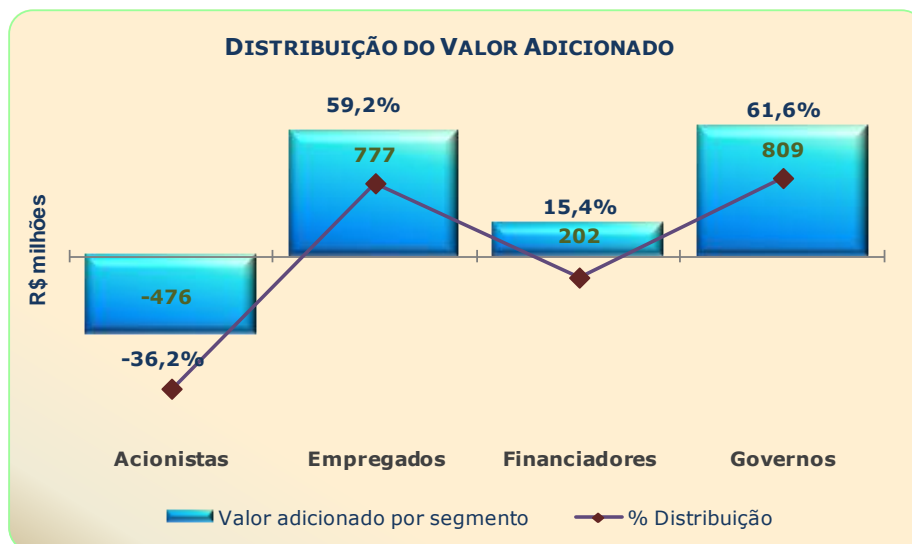
O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Eletrobras e com instituições financeiras, encerrou no exercício com R\$ 1.450,6 milhões, um aumento de 20,1% em relação aos R\$ 1.207,6 milhões de 2014.

A posição da dívida líquida (financiamentos e empréstimos, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 1.076,8 milhões, representando um aumento de 96,0% em relação a 2014, conforme demonstrado a seguir:

<b>FINANCIAMENTOS e EMPRÉSTIMOS</b>			
<b>Dívida Bruta</b>	<b>(R\$ milhões)</b>		
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Δ%</b>
Curto prazo – moeda nacional	298,0	250,4	19,0
Longo prazo – moeda nacional	1.152,6	957,2	20,4
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>1.450,6</b>	<b>1.207,6</b>	<b>20,1</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	373,9	658,1	(43,2)
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.076,8</b>	<b>549,5</b>	<b>96,0</b>

## 14.10 VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2015 foi de R\$ 1.312,3 milhões, contra R\$ 2.259,4 milhões gerados em 2014, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (59,2%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (61,6%); juros aos financiadores (15,4%); e prejuízo aos acionistas (-36,2%).



## 15. ALIENAÇÃO DE BENS

A Companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis inservíveis a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Em conformidade com o planejamento das atividades do processo de desmobilização, a Companhia, em 13/05/2014, criou um Comitê de Desmobilização de Imóveis, que elaborou um Plano Anual de Desmobilização, para os exercícios de 2015 e 2016.

Dentro desse propósito e visando atender uma das principais diretrizes emanadas pela Diretoria Executiva da Companhia, em conformidade com o Plano de Desmobilização, foi efetuada a alienação do Hospital Nair Alves de Souza, com a transferência definitiva da titularidade do referido hospital, para a Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Como resultado dessas alienações, objeto do referido Plano, no exercício de 2015, foram alienados 234 (duzentos e trinta e quatro) imóveis não necessários às atividades da Companhia, totalizando o valor de R\$ 14,4 milhões. Com relação à alienação dos móveis inservíveis, a Companhia realizou 02 (dois) leilões além da venda de equipamentos e sobressalentes da Usina Termelétrica do Bongí, totalizando o valor de R\$ 3,0 milhões.

## 16. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que sua auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2014, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados num contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de três anos (podendo ser prorrogado), com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

## 17. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento constante na pesquisa, desenvolvimento, inovação, em tecnologia de ponta e na modernização dos seus processos, aliados ao pioneirismo e empreendedorismo é historicamente na Chesf um vetor que determina sua atual posição no mercado nacional e internacional. Os Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) da Chesf, têm por objetivo a sua capacitação tecnológica e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos, ou o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de pesquisa, contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade.

Destacamos em 2015 as seguintes iniciativas e inovações:

- Alinhada com sua constante preocupação socioambiental e na sua estratégia de diversificar os estudos em fontes renováveis de energia, lançou em parceria com a Eletronorte a Chamada Pública de “Exploração de Energia Solar em Lagos de Usinas Hidrelétricas”, tendo como objetivo principal implantar um sistema de geração complementar de energia solar de 10MWp de potência, utilizando painéis fotovoltaicos, montados em plataformas flutuantes, instaladas no reservatório das usinas hidrelétricas de Sobradinho (BA) e Balbina (AM). O objeto da pesquisa é o estudo de fatores relacionados à interação da tecnologia de energia solar flutuante com a operação de uma usina hidrelétrica, focando em fatores como: a radiação solar incidente no local, sua produção de energia, seu transporte, instalação e fixação no fundo dos reservatórios ou margens; a complementaridade da energia gerada e o escoamento desta energia no sistema de transmissão existente.
- Lançamento da Chamada Pública 01/2015 - Propostas de Parceria para o Projeto de P&D: “Concepção de Reatores Saturados para a Compensação Reativa em Sistemas de Extra-Alta-Tensão”, tendo como objetivo principal receber propostas das empresas fornecedoras do setor elétrico nacional, especificamente de transformadores e/ou reatores, para realizar parceria para o desenvolvimento do Projeto, que tem como objetivo final a construção do citado equipamento.
- Como destaque foi iniciado o Projeto de P&D “Da ideia ao mercado: Desenvolvimento e implementação de método inovador que garanta um processo sistemático e contínuo de geração de valor no desenvolvimento de projetos de P&D+I para a CHESF”, extensivo ao Setor Elétrico, visando a efetiva absorção pela cadeia produtiva do setor dos resultados dos projetos de P&D.
- Destacamos também a análise dos resultados alcançados e preparação para auditoria de 125 (cento e vinte e cinco) projetos de P&D, 10 (dez) programas de P&D e 06 (seis) projetos de Gestão. O trabalho além de atender as resoluções normativas do regulador possibilitará a mensuração e valoração dos resultados de cada projeto, podendo inclusive alavancar novas inovações em processos e em tecnologia para a Companhia, seja através da disseminação interna dos resultados e na geração de novos projetos de pesquisa buscando a continuidade do desenvolvimento, alavancando inclusive novos conhecimentos e geração de valor à sociedade.

O total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2015, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, foi no montante de cerca de R\$ 36,0 milhões. Com foco na carteira de projetos Aneel, a Chesf investiu R\$ 6,5 milhões de reais em 42 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ Milhões
Eficiência energética	0,3
Fonte renovável ou alternativa	0,8
Meio ambiente	0,3
Planejamento e operação	2,2
Supervisão, controle e proteção	1,1
Novos materiais e componentes	1,0
Outros	0,8
<b>Total Geral</b>	<b>6,5</b>

## 18. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

---

No ano de 2015, no que se refere ao projeto SAP ERP, foram desenvolvidas as ações preparatórias para a contratação dos vários serviços necessários à implantação desse Sistema de Gestão Empresarial na Chesf. Dentre as mais relevantes estão: a aquisição das licenças de uso do SAP, por intermédio da Eletrobras; a elaboração do Termo de Referência para contratação da implantação do sistema SAP ERP, com a participação efetiva de mais de 150 profissionais das áreas de negócio e de TI; a licitação e análise de propostas para a aquisição do hardware e software para instalação das licenças e implementação do sistema; a contratação dos serviços de saneamento e migração de dados; o treinamento para profissionais das áreas de negócio e de TI.

## 19. GESTÃO DE PESSOAS

---

No ano de 2015, a Companhia encerrou o exercício com um quadro de pessoal de 4.563 empregados, sendo 923 mulheres e 3.640 homens, registrando o índice de turnover de 0,36%. Durante o ano de 2015 houve 05 admissões (04 admissões por medida judicial e 01 por Lei de Anistia), desligamento de 28 empregados e a suspensão do contrato de trabalho de 01 empregado, considerado pelo INSS como aposentado por invalidez.

Com o objetivo de atender a implantação do eSocial, a Chesf em 2015 formou um grupo de trabalho, coordenado pela Superintendência de Recursos Humanos – SRH, com o suporte de uma consultoria especializada, visando à preparação dos processos de gestão de pessoas. Ressalta-se que o eSocial é um projeto do Governo Federal, que busca à unificação do envio de informações dos empregados pelo empregador.

Em decorrência da necessidade de padronizar as informações das empresas do Sistema Eletrobras que são enviados para a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, foi definido que a Chesf deveria implantar um novo sistema (SAP). Diante dessa determinação, a área de gestão de pessoas criou uma comissão formada por empregados de todas as suas áreas para que fosse elaborado o modelo ideal do módulo de Gestão de Pessoas do SAP para a Companhia. Esse trabalho foi realizado em parceria com a equipe interna de TI e com o apoio de uma consultoria. Em 2016, prevê-se a implantação das etapas de saneamento e de migração dos dados.

Ao longo do segundo semestre de 2015, foi iniciada a implantação do dimensionamento quanti-qualitativo do quadro de pessoal. Esse projeto tem a finalidade de avaliar as necessidades atuais e futuras da força de trabalho e definir as estratégias de gestão de pessoas para solucionar os problemas identificados, contribuindo para o alcance das metas organizacionais. Em paralelo, foram realizadas ações específicas para a melhoria do clima organizacional, com base em uma nova metodologia de trabalho, baseada no conceito de “estado de flow”. Esse dois projetos estruturadores foram realizados em caráter piloto na Superintendência de Suprimentos da Companhia.

Outro destaque foi a realização da 4ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das Empresas do Sistema Eletrobras, realizada no fim de 2015. Houve a participação de 2.465 empregados, correspondendo a 54,4% do total. A Chesf atingiu o Índice de Favorabilidade de 71,48%, ficando acima da meta estabelecida no Contrato de Metas de Desempenho – CMDE (68%), posicionando-se na 2ª colocação dentre as empresas do Sistema Eletrobras. Em 2016, serão definidas ações para atuar nos fatores com menores índices de favorabilidade (IF).

### 19.1 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados, a Chesf oferece os seguintes benefícios: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Companhia; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Participação nos Lucros ou Resultados; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf. As condições desses benefícios estão estabelecidas em seus normativos e acordos coletivos de trabalho.

Com o objetivo de otimizar a utilização dos benefícios, foi mantida em 2015 a Auditoria dos Benefícios na Companhia, resultando em uma redução significativa de 19% nos custos com Auxílio Doença. Foi realizado também controle matricial de custo mensal em todos os benefícios, com análise das contas em reuniões periódicas para determinar ações de melhoria.

## 19.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 4,1 milhões. O investimento médio por empregado foi de R\$ 898,79. A redução foi de 5,2% em relação a 2014.

Em 2015, o número de horas de treinamento por empregado foi de 45,24 horas, correspondendo a 2,36% das horas de trabalho. Foram computadas 764 ações educacionais, contemplando 207.512 horas e atendendo 3.706 empregados, representando 80,79% do quadro de pessoal.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 3.923 horas em pós-graduações lato sensu e stricto sensu, além de 5.173 horas em congressos, seminários e simpósios, correspondendo a um total investido de R\$ 210,5 mil em inscrições nestes últimos. Na perspectiva da sustentabilidade, foram capacitados 309 empregados, perfazendo um total de 8.574 horas em ações educacionais com temática sócio-ambiental.

Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, e a maior divulgação do Plano de Educação Corporativa. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

Em 2015, foi lançado o Portal de Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento. O objetivo é concentrar, em um único ponto, as informações mais relevantes e os normativos que versam sobre esses temas na Companhia. Além disso, está disponível a programação das ações educacionais do Plano de Educação Corporativa, no seu segmento institucional.

Por fim, destaca-se a realização da 1ª Tarde Literária da Chesf. O objetivo foi incentivar o autodesenvolvimento dos empregados, por meio da leitura e da manifestação cultural e artística, contribuindo para a formação de atitude crítica e a melhoria do clima organizacional.

## 19.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

As áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) deram continuidade às ações e programas voltados à promoção da saúde e qualidade de vida dos empregados, prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, bem como controle de perigos e riscos.

Além das atividades de rotina, foram realizadas ações inovadoras, como: I Desafio de Conhecimento em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional da Chesf, que envolveu 335 empregados; e I Certificação Destaque em Segurança e Saúde no Trabalho, que reconheceu 24 unidades organizacionais. O objetivo principal dessas ações foi disseminar a cultura prevencionista de saúde e segurança no trabalho, com foco na melhoria do clima organizacional, sob o aspecto da dimensão Ambiente do Trabalho.

Tais ações são integrantes do Programa Fique Alerta para a Segurança Dez, Ciclo 2015/2016, cuja essência é incentivar os empregados a conhecerem em profundidade o conteúdo dos normativos, das Normas Regulamentadoras e das dicas importantes para os cuidados com a saúde e segurança no ambiente de trabalho. Buscou-se também promover o reconhecimento das Áreas pela demonstração de comprometimento com essas questões, tendo como consequência bons resultados nos principais indicadores de SST, além da integração entre os empregados e a Companhia.

Ainda em 2015, foi lançado o Portal Saúde e Segurança no Trabalho. O seu propósito é concentrar, em um único local, as principais informações relativas à saúde e segurança do trabalho, a exemplo de normas regulamentadoras, indicadores, dicas, normativos, Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SGSST), Sistema de Cadastro de Incidentes e Não Conformidades (CIN), Comunicação Interna de Ocorrência (CIO), Programa Viver Bem, além da programação de eventos promovidos pelas áreas de Saúde e Segurança do Trabalho, na Sede e nas Regionais.

Além disso, foi realizada auditoria externa para um novo ciclo de recertificação, pela empresa Bureau Veritas - BVQI, para a Usina de Xingó no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, baseado na norma internacional OHSAS 18001:2007. Também foi iniciada a implantação desse sistema na Usina de Boa Esperança, bem como em processos produtivos da Diretoria de Operação – DO e da Diretoria de Engenharia e Construção – DE.

Foi realizado o primeiro Simulado para o Abandono de Área, no Edifício Sede, em Recife (PE), que teve o objetivo de orientar os empregados, prestadores de serviço e outros ocupantes do prédio, a evadirem da edificação, de forma segura e ordenada, em casos de situações emergenciais de grandes proporções, como incêndio, inundação, entre outras ocorrências. O abandono do prédio foi realizado em aproximadamente 10 minutos e contou com a participação de cerca de 800 empregados, considerado como bastante satisfatório.

Por meio dessas e de outras ações realizadas em toda a Companhia, a Taxa de Frequência de Acidentes de Trabalho – TFAT e a Taxa de Gravidade de Acidentes de Trabalho – TGAT ficaram abaixo dos respectivos limites toleráveis estabelecidos pela Companhia (TFAT = 3,00, com valor limite de 3,35; e TGAT= 37, com valor limite de 146, sendo este o melhor resultado dos últimos 13 anos).

No tocante especificamente à área de Saúde e de Qualidade de Vida, podem-se citar as seguintes ações: contratação de médico perito em Paulo Afonso para melhorar a gestão do Absenteísmo por Doença, a exemplo do que já é feito em Recife; conscientização para a prevenção do Outubro Rosa (câncer de mama) e do Novembro Azul (câncer de próstata); Programa Equilíbrio; Projeto de Acessibilidade Atitudinal; Corridas; Torneio de Aniversário da Chesf; evento II Gerando e Transmitindo Energia em Família com participação de 1.172 pessoas na Sede e Regionais; Feira de Orgânicos; Sala de Apoio à Maternidade na Sede, bem como ações alusivas a datas comemorativas de saúde, como o Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão; A Saúde Começa em Mim – um dia em prol da saúde; Dia Mundial de Combate ao Fumo; Campanha de Vacinação Antigripal, com 3.130 vacinados na Sede e Regionais; Campanha de Doação de Sangue; Dia Mundial do Coração; Jogos Industriais do SESI.

Dessa forma, foi possível alcançar o Indicador de 1,49, referente ao Absenteísmo por Doença, ficando abaixo do limite tolerável de 1,60. Em relação ao Exame Médico Periódico – EMP, a Chesf ultrapassou a meta de 99%, atingindo o percentual de 99,33% de realização.

Vale salientar ainda que no mês de agosto foi realizada a 1ª Pesquisa Unificada de Qualidade de Vida no Trabalho das Empresas Eletrobras. Na Chesf, 1.115 empregados participaram do estudo. A Companhia obteve um índice de qualidade de vida no trabalho (IQVT) correspondente a 63, enquanto o IQVT das Empresas Eletrobras foi 62. No cômputo geral, a Chesf obteve a terceira posição entre todas as empresas do Sistema Eletrobras.

#### **19.4 RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO**

Com atuação há mais de 10 anos na Companhia, o Comitê de Gênero e Raça da Chesf conquistou, em 2015, novo reconhecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça 5ª Edição.

Entre os destaques desse trabalho, está a Sala de Apoio ao Aleitamento Materno, que oferece a mães lactantes, empregadas da Chesf e de empresas terceirizadas, orientação de profissionais de saúde para a coleta, além de armazenamento e transporte adequados do leite materno. Em 2015, as mães chesfianas tornaram-se doadoras de leite materno, a partir desse serviço, para hospitais de referência na Região Metropolitana do Recife.

Foram realizadas, ainda, Oficinas de Prevenção ao Assédio Moral e disseminação do normativo contra violência e assédio, com gerentes de Fortaleza (CE), Teresina (PI), Salvador (BA) e Sobradinho (BA).

A ampliação do Comitê de Gênero e Raça para as Regionais onde não havia representação é um avanço para que as atividades anuais e rotineiras tenham maior capilaridade na Companhia, como o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e as atividades de reflexão no Dia Internacional da Mulher, no Dia da Consciência Negra, no Dia de Combate à Homofobia, nos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, entre outras datas significativas.

#### **19.5 ACESSIBILIDADE**

Ao final do ano de 2015, a Chesf contava com 169 empregados com deficiência em seu quadro de pessoal, sendo 28 com deficiência auditiva, 110 com deficiência física, 1 com deficiência intelectual, 1

com deficiência múltipla, 19 com deficiência visual e 10 empregados reabilitados pela Previdência Social. Deste total, 128 empregados estão inscritos no Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência – PAPD. Com a atuação do Comitê de Acessibilidade e Inclusão, em 2015, destaca-se a realização do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, de oficinas com o tema “Acessibilidade e Inclusão – um novo olhar sobre as diferenças” nas regionais de Paulo Afonso, Sobradinho, Salvador, Teresina e Fortaleza, palestras para gerentes de nova investidura e para profissionais de secretariado abordando a questão da acessibilidade e inclusão e a conclusão das “rotas acessíveis” nos estacionamentos da sede.

## 20. FORNECEDORES

---

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade e da conformidade legal, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e normas de conduta empresarial em suas relações e compartilhando compromissos assumidos, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que sua empresa não sofreu nenhuma sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras.

Além disso, na Chesf, todos os prestadores de serviços possuem condições adequadas de segurança e saúde em seus locais de trabalho, observadas através das exigências estabelecidas em nosso Plano de Segurança do Trabalho, bem como exige a apresentação de comprovantes de pagamentos efetuados em contraprestação dos serviços executados, de entrega do vale transporte e auxílio alimentação, de recolhimento das contribuições devidas ao INSS e ao FGTS, comprovante de frequência e a relação de empregados desligados, quando houver, visando a garantia de condições dignas de trabalho.

Em 2015, oriundos dos processos licitatórios, foram assinados 324 contratos com 216 fornecedores. Destes, 86 fornecedores são considerados “essenciais ao negócio”, por se tratarem de fornecedores contratados para a execução de obras e serviços e o fornecimento de equipamentos para a geração e transmissão de energia. Isso representa 127 contratos e totalizam R\$ 341,0 milhões. Os fornecedores essenciais representam 40,0% do total de fornecedores contratados em 2015, 39,0% dos contratos assinados no ano e 71,0% do valor contratado. Os demais fornecedores estão distribuídos da seguinte forma:

- Serviços e equipamentos de TI - 19 fornecedores - 22 contratos - R\$ 19,7 milhões;
- Serviços, materiais e equipamentos de suporte (vigilância, limpeza e conservação, jardinagem, automóveis, condicionadores de ar, transporte, limpeza de faixa, telefonia e telecomunicações, almoxarifado, recepção, correio, etc.) - 54 fornecedores - 86 contratos - R\$ 53,5 milhões;

- Serviços de meio ambiente (EIA, RIMA, PBA, licenciamentos, plano de ação socioambiental, monitoramento, recuperação de áreas degradadas) - 14 fornecedores - 16 contratos - R\$ 17,3 milhões;
- Construção civil (construções, reformas e manutenções em áreas administrativas) - 5 fornecedores e 5 contratos - R\$ 4,5 milhões;
- Outros - 52 fornecedores - 68 contratos - R\$ 44,7 milhões.

Por região, os fornecedores contratados em 2015 assim se distribuem: 118 Nordeste (54,6%), 72 Sudeste (33,3%), 14 Sul (6,5%), 10 Centro-oeste (4,6%), 1 Norte (0,5%) e 1 Estrangeiro (0,5%).

## 21. RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

---

### 21.1 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

Para a Chesf, investir no social é contribuir como agente transformador de comunidades carentes, com foco na educação, na capacitação profissional, na geração de renda e na saúde de milhares de pessoas. É a oportunidade de apoiar o desenvolvimento regional e trabalhar por uma sociedade mais justa e sustentável. A maioria dos programas e projetos sociais que são apoiados pela Companhia está localizada no entorno de seus empreendimentos. Em 2015, foram investidos R\$ 36,6 milhões.

Grande projeto social apoiado pela Chesf e executado pela Embrapa vêm trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas: Lagos de Sobradinho que nomeia o projeto. Com a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e treinamento, o Projeto Lago de Sobradinho promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho (BA).

Além do incentivo por meio de projetos e convênios, a Chesf promove também, na Sede e nas Regionais, diversas ações voltadas para a comunidade, abordando os temas Saúde, Educação, Segurança, Cidadania, Gênero e Raça. São feiras, palestras, oficinas, campanhas de conscientização.

### 21.2 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. Em 2015, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) realizou 20.217 ligações que beneficiaram 80.868 pessoas no Nordeste Geoeletrico.

### 21.3 HOSPITAL NAIR ALVES DE SOUZA

Em 2015, o Hospital da Chesf em Paulo Afonso - Hospital Nair Alves de Souza - HNAS teve sua titularidade transferida para a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Junto com a Prefeitura Municipal de Paulo Afonso e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB foi firmado um termo de compromisso com ações definidas para todos os partícipes, tanto na execução de melhorias na infraestrutura do hospital, quanto nas atividades operacionais do mesmo.

## 22. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

---

A Chesf tem apoiado suas ações com práticas socioambientais que observam o Uso Sustentável de Recursos Energéticos, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando aos princípios do Desenvolvimento Sustentável e o da Gestão Ambiental. Em 2015, a Chesf destinou recursos financeiros na ordem de R\$ 26,9 milhões a programas que visam a ecossustentabilidade.

Todos os empreendimentos da Chesf estão licenciados ou em processo de renovação ou regularização. Em 2015, foram obtidas diversas Licenças e renovações de Licenças de instalação, de operação e prévia, dentre as quais é possível destacar a renovação da Licença Prévia da Fotovoltaica de Bom Nome-PE, a Licença de Instalação e Licença Única da Fotovoltaica de Petrolina-PE, a Autorização Especial para Testes de Vazão de 900 m<sup>3</sup>/s no Rio São Francisco. Em relação aos empreendimentos da área de transmissão, a Chesf obteve duas Licenças Prévias, nove Licenças de



Instalação, dez Autorizações de Supressão de Vegetação, duas Licenças de Operação, duas Renovações de Licença de Instalação, três Licenças de Alteração e oitenta autorizações para Ampliação do Sistema Chesf.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental em seus empreendimentos de transmissão e geração de energia, a Chesf efetuou várias ações, tais como: Campanhas Educativas junto às comunidades; ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias contempladas no Plano de Ação Socioambiental (PAS) do Complexo Paulo Afonso-BA e nas Linhas de Transmissão Banabuiú/Mossoró, Jardim/Camaçari, Picos/Tauá, Messias/Recife II e Milagres/Coremas; Campanhas de Controle de Queima de Cana de Açúcar com diversas atividades, como visitas, palestras e oficinas. No âmbito interno, a Chesf deu continuidade ao Programa Meio Ambiente na Empresa (MAE), com a realização de diversos treinamentos e encontros internos com temáticas socioambientais, tais como: energias alternativas, cidadania e meio ambiente, resíduos sólidos, queimadas, desenvolvimento sustentável, reciclagem e coleta seletiva de resíduos, entre outros, para os empregados Chesf e funcionários de empresas contratadas, envolvendo parceiros como o IBAMA, órgãos ambientais estaduais e municipais, dentre outras instituições. O total de pessoas atendidas pelos programas nas Linhas de Transmissão, Controle de Queimadas e MAE foi de 302 alunos, 105 professores, 278 funcionários e 3.957 pessoas de comunidades.

Em relação à Gestão da Biodiversidade, a Chesf em 2015 realizou o plantio de 53.915 mudas de espécies nativas dentro das ações do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco. Além disso, a Chesf mantém e opera uma sementeira em Xingó que produziu voluntariamente, no ano de 2015, 149.326 mudas nativas e 104.620 sementes de espécies nativas que foram plantadas. No Programa de Fomento ao Reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente no Entorno dos Reservatórios das Usinas de Pedra-BA e Funil-BA, foram plantadas cerca de 40.000 mudas de espécies nativas. O objetivo final do Programa é atingir 100 hectares com 100 mil mudas plantadas.

Em 2015, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados em Sobradinho-BA, Itaparica-PE/BA, Complexo Paulo Afonso-BA e Xingó-AL/SE. Adicionalmente em Xingó, houve o Monitoramento dos Gases Dissolvidos e no Baixo São Francisco, o Monitoramento da Cunha Salina. O Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) foi realizado mensalmente ao longo do ano. Em Boa Esperança-PI foi executado o Programa de Monitoramento de Fauna e Flora que visa gerar dados para futura implantação de um programa de conservação da fauna e flora locais. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco e no Baixo Rio São Francisco, através da Piscicultura de Paulo Afonso, e no Reservatório de Boa Esperança-PI, por meio da Estação de Piscicultura Dourival Guimarães.

Na Gestão Ambiental de empreendimentos de transmissão foram executados diversos Programas, tais como: Monitoramento e Manutenção da Faixa de Servidão; Programa de Controle dos Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), evidenciando a LT 500kV Jardim/Camaçari II; Monitoramento e Resgate Arqueológico, sendo resgatados sete sítios sob a LT 230 kV - Seccionamento LT 230 kV Recife II / Pirapama II - SE Jaboatão II, 11 sítios na LT 230kV Sobral III/Acaraú II e de 5 sítios na LT 230kV Igaporã III/Pindaí II; Programa de Monitoramento da Flora na LT 230kV Picos/Tauá e continuidade do Monitoramento da ave "Penelope jacucaca" na LT Milagres/Coremas C2; Programa de Salvamento de Germoplasma na LT 230kV Banabuiú/Mossoró C2; Programas de Reposição Florestal realizadas gestões junto a Secretaria de Meio Ambiente do estado de Sergipe, formatando parceria e realizando contratação, para implantação do Programa na Unidade de Conservação Mata do Junco-SE em compensação da supressão vegetal para implantação da LT 230kV Jardim/Penedo. Concluída, ainda, a formatação do Convênio com o ICMBio para reposição na Unidade de Conservação Furna Feia-RN em compensação da supressão vegetal para implantação da LT 230 kV Banabuiú/Mossoró II.

Com vistas à melhoria dos processos ambientais, no âmbito do projeto de P&D+I Suporte a Dados Geoespaciais, Multimídia e Dispositivos Móveis, foram incorporados na rede corporativa da Chesf o Sistema de Bordas de Reservatórios (SISBORDAS), o Sistema de Documentação (SISDOC) e o Sistema de Monitoramento da Faixa de Servidão de Linhas de Transmissão (SISFAIXA), todos em fase de testes, além de melhorias do Sistema de Licenciamento Ambiental (SISLIC).

Adicionalmente, foi dada a continuidade da Campanha de Coleta de Pilhas e Baterias inservíveis do Projeto Participe & Recicle, bem como da Campanha de Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a Prefeitura Municipal do Recife (PE), na Sede da Companhia.

## 23. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

---

No exercício de 2015, em conformidade com as determinações emanadas no Acórdão nº 101/2013 TCU/Plenário, houve a transferência dos encargos com o fornecimento de energia elétrica dos perímetros irrigados que compõem o Reassentamento de Itaparica para a Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, esta ação resultou em uma desoneração da ordem de R\$ 27,0 milhões/ano para a Companhia.

Quanto aos investimentos naquele programa, merecem destaque as obras de conclusão do Perímetro irrigado Jusante, cujo contrato foi assinado em Maio/2015 com a empresa TECTRAN BAHIA LTDA no valor total de R\$ 8,9 milhões, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Para que seja emitida a ordem de início dos serviços será necessária a execução de medidas administrativas e judiciais para cumprimento do mandado de imissão de posse da área, inclusive com apoio de força pública policial, se necessário.

Quanto ao gerenciamento ambiental, foram cumpridas as condicionantes previstas no Perímetro Jusante, tais como a recuperação de áreas degradadas, o programa de gerenciamento de resíduos sólidos e o programa de educação ambiental. Nos demais perímetros irrigados, tiveram continuidade a execução do plano de controle ambiental dos projetos Brígida e Fulgêncio e o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos nos projetos localizados no estado de Pernambuco. Os serviços de manutenção das áreas de reserva legal e de recomposição de APP (Área de Preservação Permanente) dos Projetos Irrigados de Itaparica foram sequenciados normalmente.

Quanto ao processo de desoneração da prestação de serviços públicos municipais para a população reassentada, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco, pugnando pela determinação para que as respectivas prefeituras assumam de imediato os serviços relacionados à saúde pública dos municípios (distribuição de água potável). Assim, a Chesf aguarda o curso desses processos de forma a se desincumbir de mais uma ação que vinha prestando como forma de mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes do enchimento do reservatório da UHE Luiz Gonzaga, no rio São Francisco.

Por fim, ainda não houve pronunciamento do Ministério da Justiça, quanto aos recursos administrativos interpostos pela Chesf e municípios de Abaré e Curaçá acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que apesar de não serem afetados pelo Programa de Reassentamento, a poligonal atualmente proposta interfere em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias de agricultores oriundas da área do reservatório de Itaparica, ainda nos anos 1980.

## 24. CULTURA

---

Em 2015, a Chesf figurou-se como importante instrumento de incentivo à Cultura e ao Esporte, através de ações de patrocínios, tornando-se destaque na Região Nordeste. Foi investido mais de R\$ 1,0 milhão em 14 projetos ao todo, sendo 13 na área Cultural e um ligado ao Esporte. Como ações de expressiva repercussão e visibilidade para a Companhia, podemos destacar o 17º Festival de Lençóis; XXIII SNPTEE - Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - evento selecionado no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico, Festa da Vitória Régia, Virtuosi, 15º FENACE - Festival Nacional de Corais e a 41ª Corrida Duque de Caxias.

Além de contribuir na geração de emprego e renda, destinando recursos às produções culturais e esportivas em todo o território nacional, a Chesf democratiza o acesso aos seus recursos em diferentes áreas, incentivando contrapartidas sociais e ambientais, reafirmando seu compromisso de responsabilidade social e sustentabilidade.

## 25. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

---

Em 2015, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Premio Benchmarking Brasil 2015, Instituto Mais, com o case da área de Tecnologia da Informação - “Impressão Verde”;
- Troféu “Mulher trabalhadora que amamenta”, entregue pelo Ministério da Saúde às empresas que apoiam o aleitamento materno. A Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco evidenciou a atuação da Chesf como empresa pioneira no Nordeste a construir sala de apoio à maternidade, dentro das normas vigentes e com monitoramento externo;
- Nova Certificação no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, com base na Norma OHSAS 18.001, para a Usina Hidrelétrica de Xingó, incluindo Casa de Força, Tomada d`Água, Vertedouro, Barragem e Diques;
- 2015, novo reconhecimento da Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça 5ª Edição;
- Premiação de empregados em diversas práticas esportivas nos Jogos do SESI, com 8 troféus e 39 medalhas;
- Premiações recebidas pela Sede como empresa de maior número de participantes nas Corridas Duque de Caxias e Circuito das Estações;
- 1ª Taça Chesf de Basquetebol, em Itaparica (PE). O time da Chesf ficou na terceira colocação;
- A Chesf manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, para calibração de instrumentos de medição, utilizados na manutenção de sistemas de proteção e automação;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 28 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação. Neste ano, iniciou a preparação para manutenção da certificação em 2016 com base na Norma ISO 9001 versão 2015;
- Manteve a certificação ISO 9001/2008 dos serviços de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó e Itaparica; Manteve a certificação ISO 14001:2004 do Serviço de Manutenção de Subestações de Paulo Afonso;
- O segmento de Manutenção de Subestação da Chesf, que contava com a Certificação ISO 9001:2008 em 14 órgãos – sendo 10 serviços de manutenção de subestação, 3 centros e 1 departamento – iniciou, em 2015, o processo de certificação única e integrada do Sistema de Gestão de todo o seu sistema organizacional. Este processo será concluído em 2016.
- O segmento de Manutenção de Linhas de Transmissão manteve a Certificação ISO 9001:2008 no Departamento e Divisões Normativas, bem como em 6 órgãos executivos que compõem o sistema Organizacional da Manutenção de LT.

## 26. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

---

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:

## INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

### Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza		Em 2015:		1.312.270		Em 2014:		2.259.379	
Distribuição do Valor Adicionado		61,6% governo		59,2% empregados		109,2% governo		32,3% empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.		-36,2% acionistas		15,4% financiadores		-49,5% acionistas		8,0% financiadores	
2 - RECURSOS HUMANOS		Em 2015:				Em 2014:			
2.1 - Remuneração									
Folha de pagamento bruta (FPB)		542.438				501.430			
- Empregados		537.084				497.370			
- Administradores		5.354				4.060			
Relação entre a maior e a menor remuneração:									
- Empregados		33,2				33,1			
- Administradores		1,1				1,1			
2.2 - Benefícios Concedidos		Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL		
Encargos Sociais		205.374	37,9%	5,1%	187.602	37,4%	5,3%		
Alimentação		54.046	10,0%	1,3%	55.241	11,0%	1,6%		
Transporte		500	0,1%	0,0%	484	0,1%	0,0%		
Previdência privada		132.839	24,5%	3,3%	112.472	22,4%	3,2%		
Saúde		72.968	13,5%	1,8%	68.910	13,7%	1,9%		
Segurança e medicina do trabalho		2.719	0,5%	0,1%	2.711	0,5%	0,1%		
Educação e Creche		13.900	2,6%	0,3%	13.637	2,7%	0,4%		
Cultura		0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%		
Capacitação e desenvolvimento profissional		4.123	0,8%	0,1%	4.180	0,8%	0,1%		
Creches ou auxílio creche		0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%		
Participação nos lucros ou resultados		0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%		
Outros		33.612	6,2%	0,8%	34.359	6,9%	1,0%		
<b>Total</b>		<b>520.081</b>	<b>95,9%</b>	<b>12,9%</b>	<b>479.596</b>	<b>95,6%</b>	<b>13,5%</b>		
2.3 - Composição do Corpo Funcional									
Nº de empregados no final do exercício		4.598				4.589			
Nº de admissões		9				213			
Nº de demissões		32				52			
Nº de estagiários no final do exercício		-				-			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício		169				170			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício		1				-			
Nº de empregados por sexo:									
- Masculino		3.667				3.661			
- Feminino		931				928			
Nº de empregados por faixa etária:									
- Menores de 18 anos		-				-			
- De 18 a 35 anos		814				955			
- De 36 a 60 anos		3.227				3.202			
- Acima de 60 anos		557				432			
Nº de empregados por nível de escolaridade:									
- Analfabetos		-				-			
- Com ensino fundamental		517				521			
- Com ensino médio		699				711			
- Com ensino técnico		1.459				1.459			
- Com ensino superior		1.771				1.752			
- Pós-graduados		152				146			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:									
- Masculino		83,1%				82,8%			
- Feminino		16,9%				17,2%			
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:									
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade		831				870			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes		194				405			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes		194				320			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça		-				-			
3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo		Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL		
3.1 - Relacionamento com a comunidade									
Total dos investimentos em:									
Educação		299	-0,1%	0,0%	263	0,0%	0,0%		
Cultura		1.086	-0,2%	0,0%	1.128	0,2%	0,0%		
Saúde e infraestrutura		35.521	-6,1%	0,9%	31.812	4,8%	0,9%		
Esporte e lazer		48	0,0%	0,0%	198	0,0%	0,0%		
Alimentação		107	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%		
Geração de trabalho e renda		609	-0,1%	0,0%	800	0,1%	0,0%		
Reassentamento de famílias		23.072	-4,0%	0,6%	75.321	11,4%	2,1%		
<b>Total dos investimentos</b>		<b>60.742</b>	<b>-10,4%</b>	<b>1,5%</b>	<b>109.522</b>	<b>16,6%</b>	<b>3,1%</b>		
Tributos (excluídos encargos sociais)		370.058	-63,5%	9,2%	2.037.095	308,6%	57,2%		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		9.691	-1,7%	0,2%	12.055	1,8%	0,3%		
<b>Total - Relacionamento com a comunidade</b>		<b>440.491</b>	<b>-75,6%</b>	<b>10,9%</b>	<b>2.158.672</b>	<b>327,0%</b>	<b>60,6%</b>		
3.2 - Interação com os Fornecedores		São exigidos controles sobre:							
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores		Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.							

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2015:			Em 2014:		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	12.669	-2,2%	0,3%	10.511	16%	0,3%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	8.212	-1,4%	0,2%	5.066	0,8%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	1.132	-0,2%	0,0%	983	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	2.503	-0,4%	0,1%	839	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	2.582	-0,4%	0,1%	1.131	0,2%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1.054	-0,2%	0,0%	3	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	0	0,0%	0,0%	472	0,1%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	0	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total da Interação com o meio ambiente</b>	<b>27.098</b>	<b>-4,6%</b>	<b>0,7%</b>	<b>19.002</b>	<b>2,9%</b>	<b>0,5%</b>
<b>5 - Outras informações</b>	<b>2015</b>			<b>2014</b>		
Receita Líquida (RL)	4.039.862			3.563.435		
Resultado Operacional (RO)	-582.986			660.058		

Recife, 28 de março de 2016

**A Administração**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	153.896	636.153	373.867	658.063
Títulos e valores mobiliários	7	487.871	683.310	487.871	683.310
Clientes	8	372.822	364.500	378.379	364.500
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	9	-	1.605.710	-	1.605.710
Tributos a recuperar	10	182.209	76.053	188.180	76.139
Cauções e depósitos vinculados	11	10.982	10.982	11.010	10.982
Almoxarifado	12	83.478	89.382	83.478	89.382
Serviços em curso	13	162.537	144.377	162.537	144.377
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	77.514	77.833	114.207	77.833
Dividendos a receber	15	33.846	20.989	33.846	20.989
Fachef Saúde Mais	16	42.095	34.657	42.095	34.657
Outros	18	154.476	125.086	155.285	225.472
		<b>1.761.726</b>	<b>3.869.032</b>	<b>2.030.755</b>	<b>3.991.414</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Clientes	8	4.986	8.604	4.986	8.604
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	9	487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	2.945	3.483	2.945	3.483
Tributos a recuperar	10	175.844	164.588	175.844	164.588
Cauções e depósitos vinculados	11	1.023.037	641.895	1.023.037	641.895
Serviços em curso	13	75.000	75.000	75.000	75.000
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	3.895.906	3.502.660	4.521.524	3.502.660
Fachef Saúde Mais	16	92.265	104.288	92.265	104.288
Adiantamento a investidas	17	939.076	590.015	348.887	590.015
Outros	18	27.485	26.073	27.485	26.725
		<b>6.724.366</b>	<b>5.604.428</b>	<b>6.759.795</b>	<b>5.605.080</b>
<b>Investimentos</b>	16	<b>5.057.356</b>	<b>4.101.516</b>	<b>4.458.421</b>	<b>3.980.860</b>
<b>Imobilizado</b>	17	<b>1.263.205</b>	<b>1.335.830</b>	<b>1.637.476</b>	<b>1.336.306</b>
<b>Intangível</b>	18	<b>44.683</b>	<b>40.250</b>	<b>63.945</b>	<b>58.626</b>
		<b>13.089.610</b>	<b>11.082.024</b>	<b>12.919.637</b>	<b>10.980.872</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.851.336</b>	<b>14.951.056</b>	<b>14.950.392</b>	<b>14.972.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	22	371.848	499.024	384.549	509.900
Folha de pagamento		16.785	15.416	17.141	15.454
Tributos a recolher	23	109.408	92.081	117.670	92.105
Financiamentos e empréstimos	24	298.038	250.414	298.038	250.414
Outras provisões operacionais		96.993	103.445	96.993	103.445
Obrigações estimadas	25	136.163	122.832	136.778	122.832
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	42.676	39.826	42.676	39.826
Benefícios pós-emprego	27	25.876	91.296	25.876	91.296
Encargos setoriais		124.865	136.185	126.042	136.185
Outros	28	27.896	25.153	59.362	27.600
		<b>1.250.548</b>	<b>1.375.672</b>	<b>1.305.125</b>	<b>1.389.057</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos a recolher	23	-	13.572	19.859	13.572
Passivos fiscais diferidos	23	56.332	199.523	65.070	199.523
Financiamentos e empréstimos	24	1.152.608	957.153	1.152.608	957.153
Benefícios pós-emprego	27	1.130.958	840.574	1.130.958	840.574
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	66.845	93.029	66.845	93.029
Encargos setoriais		260.893	257.682	260.893	257.682
Provisões para contingências	29	1.660.536	1.482.916	1.660.536	1.482.916
Provisão contrato oneroso	30	247.012	114.724	247.012	114.724
Obrigações vinculadas à Concessão	32	82.240	86.588	82.240	86.588
Outros	28	95.032	5.803	95.032	13.599
		<b>4.752.456</b>	<b>4.051.564</b>	<b>4.781.053</b>	<b>4.059.360</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	33	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	33	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Outros resultados abrangentes	33	(1.569.138)	(1.369.514)	(1.569.138)	(1.369.514)
Prejuízos acumulados	33	(4.252.682)	(3.776.818)	(4.252.682)	(3.776.818)
		<b>8.848.332</b>	<b>9.523.820</b>	<b>8.848.332</b>	<b>9.523.820</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	15.882	49
		<b>8.848.332</b>	<b>9.523.820</b>	<b>8.864.214</b>	<b>9.523.869</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>14.851.336</b>	<b>14.951.056</b>	<b>14.950.392</b>	<b>14.972.286</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	34	<b>3.788.932</b>	<b>3.563.435</b>	<b>4.039.862</b>	<b>3.563.435</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>	36				
<b>Custo com energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda		(346.350)	(620.038)	(346.350)	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão		(673.906)	(732.110)	(673.906)	(732.110)
<b>Custo de operação</b>					
Pessoal, material e serviços de terceiros		(442.783)	(417.364)	(453.389)	(417.364)
Combustíveis para a produção de energia		(176.425)	(362.811)	(176.425)	(362.811)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(9.691)	(12.055)	(9.691)	(12.055)
Depreciação e amortização		(34.283)	(36.359)	(34.302)	(36.359)
Reversão contrato oneroso		(132.288)	1.319.527	(132.288)	1.319.527
Outros		40.260	51.107	46.798	51.107
		<b>(1.775.466)</b>	<b>(810.103)</b>	<b>(1.779.553)</b>	<b>(810.103)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS</b>	36	<b>(1.283)</b>	<b>(1.887)</b>	<b>(1.283)</b>	<b>(1.887)</b>
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	36	<b>(795.149)</b>	<b>(984.827)</b>	<b>(999.995)</b>	<b>(984.827)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>1.217.034</b>	<b>1.766.618</b>	<b>1.259.031</b>	<b>1.766.618</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	36	<b>(1.868.316)</b>	<b>(1.586.460)</b>	<b>(1.891.480)</b>	<b>(1.587.572)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		<b>(651.282)</b>	<b>180.158</b>	<b>(632.449)</b>	<b>179.046</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>	19	<b>7.417</b>	<b>(169.474)</b>	<b>(16.566)</b>	<b>(168.718)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	37	<b>60.531</b>	<b>649.345</b>	<b>66.029</b>	<b>649.730</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>(583.334)</b>	<b>660.029</b>	<b>(582.986)</b>	<b>660.058</b>
Imposto de renda e contribuição social	38	107.470	(1.777.967)	106.994	(1.777.996)
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(475.864)</b>	<b>(1.117.938)</b>	<b>(475.992)</b>	<b>(1.117.938)</b>
Resultado atribuível aos acionistas controladores		<b>(475.864)</b>	<b>(1.117.938)</b>	<b>(475.864)</b>	<b>(1.117.938)</b>
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	<b>(128)</b>	-
<b>TOTAL DE AÇÕES (em milhares)</b>	33	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>	<b>55.905</b>
Prejuízo básico por ação (em reais)	40	(8,51)	(20,00)	(8,51)	(20,00)
Prejuízo diluído por ação (em reais)	40	(8,51)	(20,00)	(8,51)	(20,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
		31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<b>(475.864)</b>	<b>(475.992)</b>	<b>(1.117.938)</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>				
Participação no resultado abrangente de investidas	33	-	-	(600)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	33	(199.624)	(199.624)	(354.305)
Constituição de tributos diferidos	33	-	-	156.383
Reversão de tributos diferidos	33	-	-	(465.635)
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(199.624)</b>	<b>(199.624)</b>	<b>(664.157)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(675.488)</b>	<b>(675.616)</b>	<b>(1.782.095)</b>
<b>Parcela atribuída aos controladores</b>		<b>(675.488)</b>	<b>(675.488)</b>	<b>(1.782.095)</b>
<b>Parcela atribuída aos não controladores</b>		<b>-</b>	<b>(128)</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
<b>SALDO EM 31/12/2013</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(705.357)</b>	<b>(2.658.880)</b>	<b>11.305.915</b>	-	<b>11.305.915</b>
Participação no resultado abrangente de investidas	-	-	(600)	-	(600)	-	(600)
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(663.557)	-	(663.557)	-	(663.557)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.117.938)	(1.117.938)	-	(1.117.938)
	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(1.369.514)</b>	<b>(3.776.818)</b>	<b>9.523.820</b>	-	<b>9.523.820</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	49	49
<b>SALDO EM 31/12/2014</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(1.369.514)</b>	<b>(3.776.818)</b>	<b>9.523.820</b>	<b>49</b>	<b>9.523.869</b>
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(199.624)	-	(199.624)	-	(199.624)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(475.864)	(475.864)	(128)	(475.992)
	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(1.569.138)</b>	<b>(4.252.682)</b>	<b>8.848.332</b>	<b>(79)</b>	<b>8.848.253</b>
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	15.961	15.961
<b>SALDO EM 31/12/2015</b>	<b>9.753.953</b>	<b>4.916.199</b>	<b>(1.569.138)</b>	<b>(4.252.682)</b>	<b>8.848.332</b>	<b>15.882</b>	<b>8.864.214</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Atividades operacionais</b>				
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(583.334)	660.029	(582.986)	660.058
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	106.524	105.226	106.565	105.230
Variações monetárias líquidas	46.834	(334.534)	46.173	(334.534)
Equivalência patrimonial	(7.417)	169.474	16.566	168.718
Provisão para contingências	353.602	155.666	353.602	155.666
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	84.815	39.547	84.815	39.547
Provisões para perda na realização de investimentos	-	(246.915)	-	(246.915)
Provisão para perdas no imobilizado	-	235.064	-	235.064
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	123.537	105.121	123.537	105.121
Outras provisões operacionais	48.026	68.368	48.026	68.368
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(25.673)	(36.138)	(25.673)	(36.138)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(269)	(221)	(269)	(221)
Receita financeira – Ativo financeiro	(22.398)	(56.690)	(81.743)	(56.690)
Reversão contrato oneroso	132.288	(1.319.527)	132.288	(1.319.527)
Provisão para impairment	363.742	443.197	377.515	443.197
Juros sobre valores a receber - Lei 12.783/2013	70.597	(105.285)	70.597	(105.285)
Encargos financeiros	143.371	131.496	143.371	131.496
Incentivo ao desligamento de pessoal	(23.335)	(33.334)	(23.335)	(33.334)
Outras	(21.432)	(20.902)	(21.659)	(20.902)
	<b>789.478</b>	<b>(40.358)</b>	<b>767.390</b>	<b>(41.081)</b>
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	(2.534)	(3.542)	(2.534)	(3.542)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(135.643)	(137.863)	(135.643)	(137.863)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(98.198)	(106.139)	(98.198)	(106.139)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(160.905)	(18.440)	(161.175)	(18.440)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(54.478)	(74.645)	(54.478)	(74.645)
Depósitos vinculados a litígios	(308.432)	(12.889)	(308.432)	(12.889)
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(89.519)	(99.775)	(89.519)	(99.775)
Almoxarifado	5.904	1.044	5.904	1.044
Tributos e contribuições sociais	15.187	39.605	46.726	39.514
Adiantamentos a empregados	(15.413)	(13.987)	(15.413)	(13.990)
Cauções e depósitos vinculados	(47.037)	73.699	(47.065)	73.699
Serviços em curso	(18.160)	(23.816)	(18.160)	(23.816)
Fachesf Saúde Mais	4.585	(24.902)	4.585	(24.902)
Fornecedores	(127.176)	54.498	(125.351)	65.374
Folha de pagamento	1.369	(93.886)	1.687	(93.848)
Obrigações estimadas	13.331	20.665	13.946	20.665
Encargos setoriais	31.378	2.362	32.555	2.362
Provisão para contingências	(175.982)	(77.622)	(175.982)	(77.622)
Contas a pagar - Casa Nova	-	67.513	-	67.513
Valores recebidos - Lei nº 12.783/2013	1.625.575	1.041.875	1.625.575	1.041.875
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	(90.461)	-	(90.461)	-
Outros ativos e passivos operacionais	4.241	15.844	102.006	(74.948)
	<b>377.632</b>	<b>629.599</b>	<b>510.573</b>	<b>549.627</b>
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>1.167.110</b>	<b>589.241</b>	<b>1.277.963</b>	<b>508.546</b>
<b>Atividades de investimentos</b>				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(74.548)	(165.762)	(445.232)	(184.618)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	(704.234)	(905.124)	(1.302.372)	(905.124)
Investimentos em participações societárias permanentes	(1.006.733)	(1.166.127)	30.594	(1.044.715)
Dividendos recebidos	45.452	91.264	45.452	91.264
Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	195.977	1.288.753	195.977	1.288.753
AFAC em controlada em conjunto	(349.060)	(312.215)	(349.060)	(312.215)
Adiantamento consórcio	-	33.226	2.170	33.226
	<b>(1.893.146)</b>	<b>(1.135.985)</b>	<b>(1.822.568)</b>	<b>(1.033.429)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>				
Financiamentos e empréstimos obtidos	476.915	400.000	476.915	400.000
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(233.136)	(58.214)	(232.475)	(58.214)
Outros	-	-	15.969	49
	<b>243.779</b>	<b>341.786</b>	<b>260.409</b>	<b>341.835</b>
<b>TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>(482.257)</b>	<b>(204.958)</b>	<b>(284.196)</b>	<b>(183.048)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	636.153	841.111	658.063	841.111
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	153.896	636.153	373.867	658.063
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA</b>	<b>(482.257)</b>	<b>(204.958)</b>	<b>(284.196)</b>	<b>(183.048)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**  
 (valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Receitas</b>				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	4.498.112	4.209.685	4.776.376	4.209.685
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(84.815)	(39.547)	(84.815)	(39.547)
Perdas – Clientes	(58.560)	(17.385)	(58.560)	(17.385)
	<b>4.354.737</b>	<b>4.152.753</b>	<b>4.633.001</b>	<b>4.152.753</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Material	25.470	25.571	25.617	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	362.811	176.425	362.811
Serviço de terceiros	211.851	197.802	218.644	198.158
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	620.038	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	732.110	673.906	732.110
Custo de construção	795.149	984.827	999.995	984.827
Provisão para impairment	363.742	443.197	377.515	443.197
Reversão contrato oneroso	132.288	(1.319.527)	132.288	(1.319.527)
Provisão(Reversão) para perdas na realização de investimentos	-	(246.915)	-	(246.915)
Outros	502.167	632.658	496.069	632.833
	<b>3.227.348</b>	<b>2.432.572</b>	<b>3.446.809</b>	<b>2.433.103</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>1.127.389</b>	<b>1.720.181</b>	<b>1.186.192</b>	<b>1.719.650</b>
<b>(-) Retenções</b>				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	106.524	105.226	106.565	105.230
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>1.020.865</b>	<b>1.614.955</b>	<b>1.079.627</b>	<b>1.614.420</b>
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	7.417	(169.474)	(16.566)	(168.718)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	256	704	256	704
Aluguéis	94	326	94	326
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(70.597)	425.672	(70.597)	425.672
Receitas financeiras	310.704	386.503	319.456	386.975
	<b>247.874</b>	<b>643.731</b>	<b>232.643</b>	<b>644.959</b>
<b>(=) Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>1.268.739</b>	<b>2.258.686</b>	<b>1.312.270</b>	<b>2.259.379</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal</b>				
Salários/benefícios/FGTS	755.734	714.653	762.967	715.115
Incentivo ao desligamento de pessoal	788	467	788	467
Honorários da diretoria	3.337	2.933	3.337	2.933
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	9.907	11.961	9.907	11.961
	<b>769.766</b>	<b>730.014</b>	<b>776.999</b>	<b>730.476</b>
<b>Governos:</b>				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	166.854	152.762	166.854	152.762
Tributos líquidos de incentivos fiscais	342.533	2.037.058	370.058	2.037.095
Encargos setoriais	270.218	276.708	271.897	276.708
	<b>779.605</b>	<b>2.466.528</b>	<b>808.809</b>	<b>2.466.565</b>
<b>Financiadores:</b>				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Eletrobras	2.813	3.264	2.813	3.264
Outros financiadores	177.008	160.230	179.987	160.321
Aluguéis	15.411	16.588	19.654	16.691
	<b>195.232</b>	<b>180.082</b>	<b>202.454</b>	<b>180.276</b>
<b>Acionistas:</b>				
Participação de acionistas não controladores	-	-	(128)	-
Prejuízo do exercício	(475.864)	(1.117.938)	(475.864)	(1.117.938)
	<b>(475.864)</b>	<b>(1.117.938)</b>	<b>(475.992)</b>	<b>(1.117.938)</b>
	<b>1.268.739</b>	<b>2.258.686</b>	<b>1.312.270</b>	<b>2.259.379</b>
Valor adicionado médio por empregado	278	492	285	492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

**1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 121 (116 em 2014) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 19.884,3 (19.691,6 em 2014) km de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.644,1 (15.644,1, em 2014) MW e 972,9 (1.015,4, em 2014) MW, respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.296,5 km de linhas de transmissão, conforme nota 2.2.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

## 2 - DAS CONCESSÕES

### 2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

#### 2.1.1 - Geração

##### • Geração hidráulica

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
<b>Em Serviço:</b>						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	3,090	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	5,720	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	17,860	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	955,570	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	6,840	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	426,290	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.105,470	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Piloto (**)	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
006/2004	Araras (**)	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
006/2004	Funil	de Contas	30,000	3,920	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	1,150	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	113,730	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	192,230	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piancó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(\*) Informações não auditadas.

(\*\*) A Chesf optou pela não renovação dessas Concessões vencidas em 07/07/2015. No entanto, a legislação do setor estabelece a continuidade da concessão até o término dos trâmites de transferência para o Poder Concedente.

##### • Geração térmica

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
<b>Em Serviço:</b>						
006/2004	Camaçari	Dias D'Ávila	346,803	55,044	11/08/1977	10/08/2027

(\*) Informações não auditadas.

##### • Geração eólica

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2015 (MW médio/ano)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
<b>Em Construção</b>						
007/2010	Casa Nova	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043

(\*) Informações não auditadas.

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;

- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte destas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e parte das instalações de transmissão, a seguir, objeto do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou junto a Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, para consideração de apenas uma unidade de geração na usina, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da ANEEL procedeu a avaliação do pleito da Companhia, onde a solicitação foi aprovada integralmente pela Agência conforme Despacho nº 247, de 03 de Fevereiro de 2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16 de dezembro de 2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente à esta decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10 de agosto de 1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

A administração da Companhia tem expectativa positiva quanto a análise do Ministério de Minas e Energia de forma concluir pelo término da concessão da usina. Uma decisão favorável possibilitará a Companhia reverter a provisão para contrato oneroso existente, cujo montante em 31/12/2015 era R\$ 80.441. A recuperabilidade do ativo dessa concessão, hoje totalmente provisionado, dependerá da decisão da Aneel quanto a indenização ou destinação desses ativos.

**2.1.2 – Transmissão**
**• Linhas de transmissão**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em serviço:</b>					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	18.603,6	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibiçoa - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,0	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kv	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kv	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
			<b>19.884,3</b>		
<b>Em construção:</b>					
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	BA	223,0	20/04/2007	20/04/2037
014/2008	LT 230 kv Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kv	PE, PB, AL, RN	85,0	03/08/2009	03/08/2009
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	152,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kv	BA	65,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kv;	RN/CE	65,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kv	PI	26,0	09/12/2011	09/12/2041
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kv - C2	PE	44,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kv	BA	105,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kv	BA	31,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,3	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv	SE/AL/BA	20,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kv	BA	45,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Pituvaçu - Pirajá - 230 kv	BA	5,0	10/05/2012	10/05/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	40,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	56,2	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Russas II - Banabuiú C2- 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
			<b>1.410,5</b>		

(\*) Informações não auditadas.



• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
<b>Em serviço:</b>					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	100,0	29/06/2001	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina Term. Camaçari	BA	1,0	12/11/2004	12/08/2027
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	09/02/2022
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	SE Ibicoara - 500/230 kV	BA	1,0	14/06/2007	14/06/2037
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV (200 MVA)	PE	2,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	3,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova 230 kV	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	BA	2,0	01/06/2012	01/06/2042
010/2007	SE Brumado	BA	1,0	14/06/2007	14/06/2037
020/2010	SE Bom Jesus da Lapa II	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
			<b>121,0</b>		
<b>Em construção:</b>					
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kv	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kv	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
010/2011	SE Ibiapina 230 kv	RN/CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kv	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kv; SE Maceió II, 230/69 kv; SE Poções II 230/138kv	SE/AL/BA	3,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV	BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kv; SE Jaboatão II 230/69 kv	PE	2,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros, 230 kv; SE Mossoró IV, 230 kv.	RN	2,0	01/06/2012	01/06/2042
			<b>13,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

## 2.2 – Controladas, controladas em conjunto e Coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

### 2.2.1 - Geração

- **Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (**)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
002/2008	UHE Jirau (*)	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
<b>Em construção:</b>							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	400,000	2014	2049

(\*) Em setembro/2013, a Companhia deu início à sua operação, estando na data de 31/12/2015 com 37 Unidades Geradoras em operação comercial, com 75 MW cada, de um total de 50 Unidades Geradoras.

(\*\*) Informações não auditadas.

• **Geração Eólica**

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
123/2011	UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca(BA)	30,00	2011	2046
131/2011	UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
132/2011	UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
052/2014	UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
053/2014	UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
067/2014	UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
102/2014	UEE Santa Joana XI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
105/2014	UEE Santa Joana XVI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
106/2014	UEE Santa Joana X	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
107/2014	UEE Santa Joana XIII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
119/2014	UEE Santa Joana XII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
121/2014	UEE Santa Joana XV	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
122/2014	UEE Santa Joana IX	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
234/2014	UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	23,92	2014	2049
240/2014	UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,30	2014	2049
251/2014	UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,24	2014	2049
263/2014	UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Salóá (PE)	22,30	2014	2049
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
<b>Em construção:</b>							
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindai (BA)	12,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindai (BA)	10,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	14,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindai (BA)	18,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindai (BA)	20,00	2014	2049
221/2014	UEE Santa Joana IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
238/2014	UEE Santa Joana V	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
271/2014	UEE Santa Joana III	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
272/2014	UEE Santa Joana I	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
274/2014	UEE Santo Augusto IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
275/2014	UEE Santa Joana VII	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	30,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindai (BA)	24,00	2014	2049
287/2014	UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	29,70	2014	2049
354/2014	UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	21,60	2014	2049

(\*) Informações não auditadas.

Ver nota explicativa 19.4 para informações sobre combinação de negócios ocorrida no exercício de 2015, referente aquisição de controle da empresa Tamanduá Mirim 2 S.A. (Complexo Eólico Pindaí III).

## 2.2.2 – Transmissão

### • Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
002/2006	LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500 kV	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO, GO	695,0	2006	2036
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechunga (AM), em 500 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	PA, AM	559,0	2008	2038
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	224,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	190,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns - Pau Ferro, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	239,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	64,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	26,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	201,0	2011	2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	8,5	2011	2041
					<b>5.127,5</b>		
<b>Em construção:</b>							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	156,0	2010	2040
022/2011	LT Garanhuns - Angelim I, em 230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	13,0	2011	2041
					<b>169,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
<b>Em serviço:</b>							
015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV; SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	2,0	2011	2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	1,0	2011	2041
002/2006	SE Peixe 2 500 kV; SE Serra da Mesa 2	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO/GO	2,0	2006	2036
010/2008	SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV; SE Lechuga (ex-Cariri) 500/230 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	AM	2,0	2008	2038
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					<b>13,0</b>		

(\*) Informações não auditadas.

### 2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica – Indenização Complementar

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destaca-se entre as mudanças no modelo de negócios a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento da indenização complementar referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico e em 11/12/2014, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à ANEEL é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei 10.848 e o Art. 54 do Decreto 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22 de junho de 2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10 de julho de 2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22 de junho de 2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22 de junho 2015.

### 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2015, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

#### 3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, alguns saldos contábeis referentes às Demonstrações Financeiras de 2014, originalmente emitidas em 26 de março de 2015, estão sendo reclassificados para permitir melhor comparabilidade entre os períodos analisados.

31/12/2014	Nota	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
<b>Ativo</b>				
<b>Não Circulante</b>		<b>10.995.436</b>	<b>86.588</b>	<b>11.082.024</b>
Imobilizado	17	1.249.242	86.588	1.335.830
<b>Passivo</b>				
<b>Não Circulante</b>		<b>3.964.976</b>	<b>86.588</b>	<b>4.051.564</b>
Obrigações não vinculadas à Concessão	29	-	86.588	86.588

#### 3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (IAS 28), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em controladas em conjunto, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

### 4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

### 4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

### 4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.



#### 4.5. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

#### 4.6. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

##### 4.6.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

##### 4.6.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

#### 4.7. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam

a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

#### **4.8. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.

#### **4.9. Redução ao valor recuperável de ativos**

##### **4.9.1 Ativos financeiros não derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado

tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

#### **4.9.2 Ativos não financeiros**

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

#### **4.10. Almoxarifado**

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

#### **4.11. Instrumentos financeiros**

##### **4.11.1. Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações

financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

#### **4.11.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

#### **4.11.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de "repasse"; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

#### **4.11.2. Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

#### **4.11.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

#### 4.11.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### 4.11.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

#### 4.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto que para as *IFRS* representa informação financeira adicional.

#### 4.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2015. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A partir de 01/01/2018	Reconhecimento pela entidade do montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens e serviços.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2018	Substitui as orientações existentes na IAS 39, incluindo orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- *IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (Alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale of Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento controlado em conjunto) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);

- Melhorias anuais das IFRs de 2012-2014 – várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28));
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

#### **4.14. Benefícios a empregados**

##### **4.14.1. Benefícios de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### **4.14.2. Benefícios pós-emprego**

###### **a) Obrigações de aposentadoria**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

###### **b) Outras obrigações pós-emprego**

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

#### **4.15. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

#### 4.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

#### 4.17. Demais Práticas Contábeis

##### a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.

- Valor recuperável de ativos de longa duração - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando

necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão, com direito ao recebimento de indenização do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, pelo menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição. Seguindo essa premissa, foram mantidos valores a receber do poder concedente relacionados a Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e a investimentos realizados após o projeto básico das usinas, os quais ainda serão objeto de homologação pela Aneel.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.
- Em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras de infraestrutura no Brasil. Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para 2 (duas) sociedades de propósito específico (“SPEs”) - Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte) e Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau), em março de 2015 a Holding Eletrobras criou comissões de correição, a fim de examinar os processos de contratação de empreiteiras pelas referidas SPEs. As comissões não encontraram indícios de dano à Companhia considerando o escopo e as limitações da investigação. No entanto, nos seus relatórios as comissões resguardam-se da possibilidade de, com o aprofundamento das investigações e do escopo, bem como com o uso de outras ferramentas não disponíveis para as comissões internas, se identificarem futuramente eventuais pontos para considerações, importando destacar que a investigação independente contratada, adiante mencionada, aprofundará esse exame. Conforme determinado pelo seu Conselho de Administração, em 11 de junho de 2015, a Eletrobras contratou o escritório de advocacia Hogan Lovells, para: (i) avaliar os controles internos da Eletrobras e das sociedades das quais participe; (ii) assessorar a Eletrobras em relação às investigações conduzidas pelas autoridades brasileiras; bem como, (iii) intermediar e conduzir as interações com o US Department of Justice (“DOJ”) e a Securities and Exchange Commission (“SEC”). Tal investigação independente é supervisionada por uma Comissão Independente para Gestão da Investigação, cuja criação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 31 de julho de 2015, com a finalidade de garantir a independência dos trabalhos desenvolvidos pelo escritório Hogan Lovells. Esta Comissão é composta pela Dra. Ellen Gracie Northfleet, ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, pelo Dr. Durval José Soledade Santos, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, e pelo Dr. Manoel Jeremias Leite Caldas representante dos acionistas minoritários. Na medida em que os citados trabalhos de investigação conduzidos pelo escritório Hogan Lovells evoluírem e, caso conduzam a achados e produzam comprovadas informações e



dados suficientes para que a Companhia avalie, de acordo com a legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América, a eventual ocorrência de desconformidade com leis e regulamentos, será dado aos mesmos o tratamento legal e regulamentar pertinente. Atualmente, como as ações relacionadas à investigação ainda estão em andamento, não foi possível identificar e refletir nestas Demonstrações Financeiras eventuais impactos, se houver e quando comprovados, relacionados a este tema.

#### **b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **c) Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

#### **d) Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

#### **e) Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **f) Ativos indexados**

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

#### **g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público**

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50%

em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

#### **h) Ajuste a Valor Presente**

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

#### **i) Resultado**

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 39).

#### **j) Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

### **4.18. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO**

#### **4.18.1 - Receita Anual Permitida – RAP**

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

#### **4.18.2. Receita Anual de Geração - RAG**

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

#### **4.18.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

#### **4.18.4. Reserva Global de Reversão - RGR**

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos

efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

#### **4.18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa**

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

#### **4.18.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH**

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula:  $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$ , onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

#### **4.18.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE**

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, a partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

#### **4.18.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

#### **4.18.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE**

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

#### **4.18.10. Encargo de Energia de Reserva - EER**

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

### **5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO**

#### **a) Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

#### **b) Participação de não controladores**

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

#### **c) Controladas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf, das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, desde o exercício de 2014, e das empresas do Complexo Eólico Pindaí III e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A., em 2015. Para fins de consolidação e de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 16.1.1.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30 de novembro de 2015.

#### **d) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir

#### e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

## 6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e depósitos bancários	10.911	11.241	59.686	11.242
Aplicações financeiras	142.985	624.912	314.181	646.821
<b>Total</b>	<b>153.896</b>	<b>636.153</b>	<b>373.867</b>	<b>658.063</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos exclusivos extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional caracterizadas por operações compromissadas, que possuem garantia de recompra diária pelas instituições financeiras a uma taxa previamente estabelecida pelas partes. Adicionalmente, as aplicações financeiras de curto prazo também contemplam LTN, NTN e LFT com vencimentos em até 90 dias.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Aplicação financeira</b>					
<b>Banco do Brasil</b>					
<b>BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF</b>	<b>12,20%</b>	<b>14.316</b>	<b>94.574</b>	<b>14.316</b>	<b>94.574</b>
LTN		14.316	43.018	14.316	43.018
NTN-F		-	414	-	414
Operações compromissadas		-	51.142	-	51.142
<b>BBDTVM Extramercado - FAE 2</b>	<b>12,67%</b>	<b>-</b>	<b>314.238</b>	<b>147.069</b>	<b>336.147</b>
LTN		-	314.238	-	314.238
<b>BB CP 50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>147.069</b>	<b>21.909</b>
<b>Caixa Econômica Federal</b>					
<b>FI CX Extramercado III IRFM-1 RF</b>	<b>12,85%</b>	<b>73.261</b>	<b>140.162</b>	<b>73.261</b>	<b>140.162</b>
LTN		73.261	86.562	73.261	86.562
Operações compromissadas		-	53.600	-	53.600
<b>FI CX Extramercado IV IRFM RF LP</b>	<b>13,93%</b>	<b>55.408</b>	<b>75.938</b>	<b>55.408</b>	<b>75.938</b>
LTN		50.973	37.983	50.973	37.983
Operações compromissadas		4.435	37.955	4.435	37.955
<b>Giro</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.245</b>	<b>-</b>
<b>Poupança</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.686</b>	<b>-</b>
<b>CDB</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>196</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>		<b>142.985</b>	<b>624.912</b>	<b>314.181</b>	<b>646.821</b>

## 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	Vencimento	Remuneração	31/12/2015	31/12/2014
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	25	20
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Após 90 dias	Pré Fixado	308.388	544.006
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - B	Após 90 dias	IPCA	170.947	118.321
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - F	Após 90 dias	Pré Fixado	3.421	16.168
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	28/12/2015	TR + 6% a.a.	-	372
Títulos da dívida agrária – TDA	Março/2015	TR + 3% a.a.	5.090	4.423
<b>Total Circulante</b>			<b>487.871</b>	<b>683.310</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	01/01/2030	TR + 6% a.a.	163	151
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	2.782	3.332
<b>Total Não Circulante</b>			<b>2.945</b>	<b>3.483</b>
<b>Total</b>			<b>490.816</b>	<b>686.793</b>

As ações ordinárias e preferenciais representam, principalmente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estão ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*.

Durante o exercício de 2015, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 7,33% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificados como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2015, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 7,33% a.a.

A Companhia mantém aplicações em ativos financeiros em fundos exclusivos extramercado com carteira composta substancialmente de títulos públicos federais (LTNs e NTNs, séries B e F), emitidos pelo Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM e à Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu os mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, estando classificada como mantida para negociação e mensurada a valor justo por meio do resultado.

	Indexador	Controladora e Consolidado							
		31/12/2015				31/12/2014			
		Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação	Valor de Custo	Valor de Mercado	Marcação a Mercado	% Participação
<b>Títulos públicos</b>									
<b>Banco do Brasil</b>									
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF		22.128	22.917	(789)	100,00%	341.217	346.987	(5.770)	100,00%
LTN	Pré-fixado	17.396	18.280	(884)		317.816	324.147	(6.331)	
NTN-B	IPCA	1.113	1.216	(103)		7.096	6.672	424	
NTN-F	Pré-fixado	3.619	3.421	198		16.305	16.168	137	
<b>Caixa Econômica Federal</b>									
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF		185.803	185.753	50	100,00%	161.911	161.489	422	100,00%
LTN	Pré-fixado	185.803	185.753	50		161.911	161.489	422	
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP		274.431	274.086	345	100,00%	172.417	170.019	2.398	100,00%
LTN	Pré-fixado	104.376	104.355	21		58.540	58.370	170	
NTN-B	IPCA	170.055	169.731	324		113.877	111.649	2.228	
<b>Total</b>		<b>482.362</b>	<b>482.756</b>	<b>(394)</b>		<b>675.545</b>	<b>678.495</b>	<b>(2.950)</b>	

Nos exercícios de 2015 e 2014, os fundos tiveram as seguintes valorizações:

	Remuneração do exercício	
	2015	2014
Banco do Brasil FAE2	12,67%	9,96%
Banco do Brasil Extram. Exclusivo 8	12,20%	11,57%
FI Caixa Extramercado IV	13,93%	11,54%
FI Caixa Extramercado III	12,85%	9,50%

## 8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>						
Suprimento de energia	119.208	7.052	101.144	<b>108.196</b>	<b>227.404</b>	<b>204.633</b>
Fornecimento de energia	117.738	17.742	141.427	<b>159.169</b>	<b>276.907</b>	<b>184.549</b>
Disponibilização do Sistema de Transmissão	92.024	3.633	40.365	<b>43.998</b>	<b>136.022</b>	<b>122.565</b>
Conexão ao sistema de transmissão	9.223	504	3.757	<b>4.261</b>	<b>13.484</b>	<b>32.145</b>
Comercialização na CCEE	23.367	-	-	-	<b>23.367</b>	<b>53.282</b>
Parcelamento	6.049	2.479	35.958	<b>38.437</b>	<b>44.486</b>	<b>34.469</b>
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(171)	-	-	-	<b>(171)</b>	<b>(486)</b>
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(27.787)	(320.890)	<b>(348.677)</b>	<b>(348.677)</b>	<b>(266.657)</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>367.438</b>	<b>3.623</b>	<b>1.761</b>	<b>5.384</b>	<b>372.822</b>	<b>364.500</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>						
Parcelamento	5.592	-	-	-	<b>5.592</b>	<b>10.754</b>
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(606)	-	-	-	<b>(606)</b>	<b>(2.150)</b>
<b>Total Não Circulante</b>	<b>4.986</b>	-	-	-	<b>4.986</b>	<b>8.604</b>
<b>Total</b>	<b>372.424</b>	<b>3.623</b>	<b>1.761</b>	<b>5.384</b>	<b>377.808</b>	<b>373.104</b>

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>						
Suprimento de energia	119.208	7.052	101.144	<b>108.196</b>	<b>227.404</b>	<b>204.633</b>
Fornecimento de energia	117.738	17.742	141.427	<b>159.169</b>	<b>276.907</b>	<b>184.549</b>
Disponibilização do Sistema de Transmissão	93.031	3.633	40.365	<b>43.998</b>	<b>137.029</b>	<b>122.565</b>
Conexão ao sistema de transmissão	13.773	504	3.757	<b>4.261</b>	<b>18.034</b>	<b>32.145</b>
Comercialização na CCEE	23.367	-	-	-	<b>23.367</b>	<b>53.282</b>
Parcelamento	6.049	2.479	35.958	<b>38.437</b>	<b>44.486</b>	<b>34.469</b>
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(171)	-	-	-	<b>(171)</b>	<b>(486)</b>
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(27.787)	(320.890)	<b>(348.677)</b>	<b>(348.677)</b>	<b>(266.657)</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>372.995</b>	<b>3.623</b>	<b>1.761</b>	<b>5.384</b>	<b>378.379</b>	<b>364.500</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>						
Parcelamento	5.592	-	-	-	<b>5.592</b>	<b>10.754</b>
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(606)	-	-	-	<b>(606)</b>	<b>(2.150)</b>
<b>Total Não Circulante</b>	<b>4.986</b>	-	-	-	<b>4.986</b>	<b>8.604</b>
<b>Total</b>	<b>377.981</b>	<b>3.623</b>	<b>1.761</b>	<b>5.384</b>	<b>383.365</b>	<b>373.104</b>



• **PARCELAMENTO**

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ligas do Brasil S.A.	35.000	27.079
Celpa S.A.	10.323	15.486
Santana Têxtil	3.437	2.659
New Energy	1.318	-
	<b>50.078</b>	<b>45.224</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(38.437)	(29.738)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(777)	(2.636)
<b>Total</b>	<b>10.864</b>	<b>12.850</b>
<b>Circulante</b>	<b>5.878</b>	<b>4.246</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.986</b>	<b>8.604</b>

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Celpa S.A.** - Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 25.810, aprovado em 01/09/2012 pela Assembleia de Credores. Esse valor deverá ser pago pela Celpa em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 2.092.
- **Santana Têxtil** – Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2012 no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas; datado de 18/06/2012, com suas respectivas parcelas corrigidas pela SELIC mais juros de 1% a.m.. Foi emitida CE-PR-400/2013 de 11/11/2013, comunicando a rescisão contratual.
- **New Energy** - Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2015 no valor de R\$ 1.413, pagável em 14 (quartoze) parcelas; datado de 23/10/2015, com suas respectivas parcelas corrigidas pelo IGPM mais juros de 1% a.m..

A Companhia registrou no exercício provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

• **PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado
	<b>Saldos em 31/12/2014</b>
Constituição	(86.681)
Reversão	1.866
Baixa	135
Transferência para outros créditos	2.660
<b>Saldos em 31/12/2015</b>	<b>(348.677)</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do período.

## 9 – VALORES A RECEBER – LEI Nº 12.783/2013

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Anterior	2.093.532	2.709.735
Valores Recebidos	(1.625.575)	(1.041.875)
Atualização do exercício	519.106	425.672
Remensuração de cálculo de atualização	(499.241)	-
<b>Total</b>	<b>487.822</b>	<b>2.093.532</b>
<b>Circulante</b>	-	1.605.710
<b>Não-Circulante</b>	487.822	487.822

Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580/2012, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Os valores a receber decorrente dessa indenização são reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data do seu efetivo pagamento.

Em decorrência de remensuração do cálculo da atualização dos valores a receber da Lei nº 12.783/2013, a Companhia procedeu, no quarto trimestre de 2015, o registro no montante de R\$ 589.702 no resultado, tendo como contrapartida R\$ 499.241 no ativo circulante, e R\$ 90.461 no passivo, mediante a constituição de valores a serem ressarcidos.

## 10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

### 10.1 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ/CSLL	164.716	59.241	168.865	59.263
IR Fonte	-	-	1.455	53
Finsocial	2.447	2.210	2.447	2.210
PIS/Pasep	1.735	2.379	1.799	2.380
Cofins	7.989	10.956	8.288	10.959
Outros	5.322	1.267	5.327	1.274
	<b>182.209</b>	<b>76.053</b>	<b>188.180</b>	<b>76.139</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Finsocial	7.523	6.796	7.523	6.796
PIS/Pasep	16.946	15.886	16.946	15.886
Cofins	151.375	141.906	151.375	141.906
	<b>175.844</b>	<b>164.588</b>	<b>175.844</b>	<b>164.588</b>
<b>Total</b>	<b>358.053</b>	<b>240.641</b>	<b>364.024</b>	<b>240.727</b>

**PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo**

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento. Desde 24-11-2015 o processo se encontra com o relator no TRF5.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 151.375, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 16.946, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

**REGIME TRIBUTÁRIO DE TRANSIÇÃO - RTT**

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei nº 12.973/2014 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/1977 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/2014 tiveram sua vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, cujos efeitos estão refletidos nessas demonstrações financeiras em 31/12/2015.

**11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**
**a) Composição**

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>			
Cauções e outros depósitos vinculados	10.982	11.010	10.982
	<b>10.982</b>	<b>11.010</b>	<b>10.982</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>			
Depósitos vinculados a litígios	909.862	909.862	575.757
Cauções e outros depósitos vinculados	113.175	113.175	66.138
	<b>1.023.037</b>	<b>1.023.037</b>	<b>641.895</b>
<b>Total</b>	<b>1.034.019</b>	<b>1.034.047</b>	<b>652.877</b>

**b) Depósitos vinculados a litígios**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	186.492	161.160
Cíveis	624.697	337.753
Fiscais	98.673	76.844
<b>Total</b>	<b>909.862</b>	<b>575.757</b>

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2015, R\$ 783.960 (R\$ 472.474, em 31/12/2014) estão diretamente relacionados às provisões relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 29, sendo a variação no período motivada, em grande parte, pelo bloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no âmbito do processo do Fator K.

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2015 como receita financeira é de R\$ 25.673 (R\$ 36.138 em 2014).

**c) Cauções e outros depósitos vinculados**

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>			
Cauções referentes a leilões de energia elétrica	10.980	10.980	10.980
Outros	2	30	2
	<b>10.982</b>	<b>11.010</b>	<b>10.982</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>			
Caução contratual BB	30.150	30.150	30.150
Caução contratual CEF	40.000	40.000	-
Carta de crédito BNB	41.943	41.943	34.906
Garantia contratual BNB	1.082	1.082	1.082
	<b>113.175</b>	<b>113.175</b>	<b>66.138</b>
<b>Total</b>	<b>124.157</b>	<b>124.185</b>	<b>77.120</b>

A caução contratual CEF foi constituída para garantir carta-fiança emitida pelo Banco Safra contra a Energia Sustentável do Brasil S.A. A natureza e finalidade das demais cauções/garantias estão demonstradas na nota 24.

## 12 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Matéria-prima para a produção de energia elétrica</b>	<b>276</b>	<b>2.367</b>
<b>Material</b>		
Almoxarifado	64.524	62.748
Destinado a alienação	11.669	21.297
Outros	6.643	2.525
	<b>82.836</b>	<b>86.570</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>366</b>	<b>445</b>
<b>Total</b>	<b>83.478</b>	<b>89.382</b>

## 13 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>		
Pessoal	46.135	35.633
Material	9.363	9.126
Serviços de terceiros	100.164	92.251
Pesquisa e desenvolvimento	1.738	2.226
Outros	5.137	5.141
	<b>162.537</b>	<b>144.377</b>
<b>Não Circulante</b>		
Outros	75.000	75.000
	<b>75.000</b>	<b>75.000</b>
<b>Total</b>	<b>237.537</b>	<b>219.377</b>

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

O valor do não circulante refere-se ao aporte realizado pela Companhia, em consonância às obrigações legais, para execução de Projeto de P&D-ANEEL, denominado Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias para Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão, com prazo de duração previsto de 60 meses.

## 14 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida - RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;
- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 1.798.054 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 1.641.218, em 31/12/2014). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão, Ativo financeiro – RAP, R\$ 3.495.420 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.925.624, em 31/12/2014), foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

Com o advento da Lei nº 12.783/2013, parte das instalações de transmissão prorrogadas foram indenizadas, restando as instalações relativas a Rede Básica do Serviço Existente – RBSE, cuja indenização foi mensurada pelo menor valor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição e estão apresentadas no item ativo financeiro indenizável. Esses valores estão previstos para serem recebidos dentro do prazo remanescente da concessão.

## 14.1 – Movimentação do Ativo Financeiro

Em 2015, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				Saldo em 31/12/2015
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
<b>Transmissão</b>						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	105.882	-	-	-	1.588.752
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	638.313	22.398	(90.915)	-	3.495.420
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(358.532)	(1.320.054)
<b>Geração</b>						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
<b>Total</b>	<b>3.580.493</b>	<b>795.149</b>	<b>22.398</b>	<b>(90.915)</b>	<b>(333.705)</b>	<b>3.973.420</b>
<b>Circulante</b>	<b>77.833</b>					<b>77.514</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.502.660</b>					<b>3.895.906</b>

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				Saldo em 31/12/2015
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
<b>Transmissão</b>						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	278.272	18.853	(10.265)	-	1.769.730
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	1.115.941	60.773	(111.812)	-	3.990.526
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(372.305)	(1.333.827)
<b>Geração</b>						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
<b>Total</b>	<b>3.580.493</b>	<b>1.445.167</b>	<b>79.626</b>	<b>(122.077)</b>	<b>(347.478)</b>	<b>4.635.731</b>
<b>Circulante</b>	<b>77.833</b>					<b>114.207</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.502.660</b>					<b>4.521.524</b>

	Controladora	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2014
	Saldo em 31/12/2013	Movimentação					
		Ingressos	Atualização	Provisão	Amortização	Impairment	
<b>Transmissão</b>							
Ativo financeiro indenizável	1.404.847	78.023	-	-	-	-	1.482.870
Ativo financeiro – RAP	2.130.474	874.853	-	-	(79.703)	-	2.925.624
(-) Impairment da transmissão	(638.206)	-	-	-	-	(323.316)	(961.522)
(-) Provisão	(177.208)	-	-	177.208	-	-	-
<b>Geração</b>							
Ativo financeiro indenizável	69.707	88.641	-	-	-	-	158.348
(-) Impairment da transmissão	-	-	-	-	-	(24.827)	(24.827)
(-) Provisão	(69.707)	-	-	69.707	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.719.907</b>	<b>1.041.517</b>	<b>-</b>	<b>246.915</b>	<b>(79.703)</b>	<b>(348.143)</b>	<b>3.580.493</b>
<b>Circulante</b>	<b>74.448</b>						<b>77.833</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>2.645.459</b>						<b>3.502.660</b>

## 14.2 – Teste de Recuperabilidade de ativos – Impairment (controladora)

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 7,50% (8,62% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração não renovado, e 7,00% (8,06% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração renovado e de transmissão. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão líquida de uma reversão de R\$ 24.827 para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos, no montante de R\$ 333.705 (R\$ 348.143, em 2014).

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2014	Impairment reconhecido em 2015
<b>Geração</b>					
UHE Luiz Gonzaga	2042	30.603	7,00%	(24.827)	24.827
		<b>30.603</b>		<b>(24.827)</b>	<b>24.827</b>
<b>Transmissão</b>					
Contrato nº 061/2001	2042	1.361	7,00%	-	(174.389)
Demais contratos de transmissão	Até 2042	2.536	7,00%	(323.316)	(184.143)
		<b>3.897</b>		<b>(323.316)</b>	<b>(358.532)</b>
<b>Total</b>		<b>34.500</b>		<b>(348.143)</b>	<b>(333.705)</b>

## 15 – Dividendos a receber

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>		
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	13.575	7.257
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	5.780	-
Energética Águas da Pedra S.A.	2.181	1.124
Integração Transmissora de Energia S.A.	1.209	-
Pedra Branca S.A.	542	-
Vamcruz I Participações S.A.	523	-
Sete Gameleiras S.A.	437	-
São Pedro do Lago S.A.	371	258
Manaus Transmissora de Energia S.A.	50	-
Manaus Construtora Ltda.	9.178	12.350
<b>Total</b>	<b>33.846</b>	<b>20.989</b>

## 16 – Fachesf Saúde Mais

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
<b>Circulante</b>		
Fachesf Saúde Mais	42.095	34.657
<b>Não Circulante</b>		
Fachesf Saúde Mais	92.265	104.288
<b>Total</b>	<b>134.360</b>	<b>138.945</b>

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 26. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.



## 17 – Adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
<u>Não Circulante</u>	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	590.189	-	453.761
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	101.000	101.000
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	14.625
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	20.629
Cia. Energética SINOP S.A.	36.750	36.750	-
Serra das Vacas Holding S.A.	25.005	25.005	-
ESBR Participações S.A.	105.200	105.200	-
Vamcruz I Participações S.A.	66.892	66.892	-
Chapada Piauí I Holding S.A.	14.040	14.040	-
<b>Total</b>	<b>939.076</b>	<b>348.887</b>	<b>590.015</b>

### 17.1 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&FBovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumira a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf.

**18 - OUTROS ATIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>				
Adiantamentos a empregados	45.804	30.391	45.807	30.394
Financiamentos a terceiros	3.214	3.337	3.214	3.337
Alienações em curso	21.820	17.104	21.820	17.104
Desativações em curso	9	256	9	256
Prêmios de seguros	4.246	4.521	4.423	4.521
Gastos reembolsáveis	11.477	11.672	11.477	11.672
Alienações de bens e direitos	14.837	14.933	14.837	14.933
Adiantamentos a fornecedores	18.271	16.621	18.295	117.004
Adiantamentos à Eletropar	-	5.279	-	5.279
Serviços prestados a terceiros	9.389	9.268	9.389	9.268
Contas a receber - Eletropar	3.655	-	3.655	-
Outras provisões operacionais	(14.092)	(14.092)	(14.092)	(14.092)
Outros	35.846	25.796	36.451	25.796
	<b>154.476</b>	<b>125.086</b>	<b>155.285</b>	<b>225.472</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Adiantamentos à Eletropar	-	1.456	-	1.456
FGTS - Conta-Empresa	4.552	4.347	4.552	4.347
Bens destinados a alienação	10.542	12.479	10.542	12.479
Financiamentos a terceiros	795	4.003	795	4.003
Reserva Global de Reversão	10.623	3.776	10.623	3.776
Contas a receber - Eletropar	958	-	958	-
Outros	15	12	15	664
	<b>27.485</b>	<b>26.073</b>	<b>27.485</b>	<b>26.725</b>
<b>Total</b>	<b>181.961</b>	<b>151.159</b>	<b>182.770</b>	<b>252.197</b>

**19 - INVESTIMENTOS**
**19.1 - Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Participações societárias permanentes</u></b>				
Controladas	598.935	120.656	-	-
Controladas em conjunto	4.351.282	3.887.444	4.351.282	3.887.444
Coligadas	103.307	89.580	103.307	89.580
Outras participações	529	523	529	523
<b>Total participações societárias</b>	<b>5.054.053</b>	<b>4.098.203</b>	<b>4.455.118</b>	<b>3.977.547</b>
<b><u>Outros investimentos</u></b>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.217	2.212	2.217
Outros	1.091	1.096	1.091	1.096
<b>Total outros investimentos</b>	<b>3.303</b>	<b>3.313</b>	<b>3.303</b>	<b>3.313</b>
<b>Total</b>	<b>5.057.356</b>	<b>4.101.516</b>	<b>4.458.421</b>	<b>3.980.860</b>

### 19.1.1 – Participação direta

<b>Empresas</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
<b>Controladas</b>		
<b>Complexo Eólico Pindaí I</b>		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
<b>Complexo Eólico Pindaí II</b>		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
<b>Complexo Eólico Pindaí III</b>		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	49,00%
<b>Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.</b>	100,00%	49,00%
<b>Controladas em conjunto</b>		
<b>STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Integração Transmissora de Energia S.A.</b>	12,00%	12,00%
<b>Interligação Elétrica do Madeira S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b>ESBR Participações S.A.</b>	20,00%	20,00%
<b>Manaus Transmissora de Energia S.A.</b>	19,50%	19,50%
<b>Manaus Construtora Ltda.</b>	19,50%	19,50%
<b>TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Norte Energia S.A.</b>	15,00%	15,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé I</b>		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé II</b>		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
<b>Complexo Eólico Sento Sé III</b>		
- Baraúnas II Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Banda de Couro Energética S.A.	49,00%	49,00%
<b>Interligação Elétrica Garanhuns S.A.</b>	49,00%	49,00%
<b>Vamcruz I Participações S.A.</b>	49,00%	-
<b>Complexo Eólico VamCruz</b>		
- Usina Energia Eólica Junco I S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Junco II S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	49,00%
- Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	49,00%
<b>Chapada do Piauí I Holding S.A.</b>	49,00%	-
<b>Complexo Eólico Chapada do Piauí I</b>		
- Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
- Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	-	49,00%
<b>Chapada do Piauí II Holding S.A.</b>	49,00%	-
<b>Complexo Eólico Chapada do Piauí II</b>		
- Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
- Ventos Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A.	49,00%	49,00%
<b>Eólica Serra das Vacas Holding S.A.</b>		
<b>Complexo Eólico Serra das Vacas</b>	49,00%	-
- Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	49,00%
- Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	49,00%
<b>Companhia Energética SINOP S.A.</b>	24,50%	24,50%
<b>Coligada</b>		
<b>Energética Águas da Pedra S.A.</b>	24,50%	24,50%

### **Complexo Eólico Pindaí I**

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititú 2 Energia S.A., Caititú 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14 de novembro de 2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 102 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre junho e outubro de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital nessas SPEs no valor total de R\$ 254.613, sendo: R\$ 27.032 na Acauã; R\$ 38.489 na Angical 2; R\$ 14.716 na Arapapá; R\$ 34.959 na Caititú 2; R\$ 31.260 na Caititú 3; R\$ 39.135 na Carcará; R\$ 39.696 na Corrupião 3; e R\$ 29.326 na Teiú 2; e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.748 (R\$ 784 em 2014) neste complexo eólico.

### **Complexo Eólico Pindaí II**

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão Aneel nº 09/2013 (A-3) realizado em 18 de novembro de 2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 20 MW, e da UEE Papagaio, de 18 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para junho de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas SPEs. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 115.273, sendo: R\$ 70.723 na Coqueirinho 2; e R\$ 44.550 na Papagaio e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.545 (R\$ 28 em 2014) neste complexo eólico.

### **Complexo Eólico Pindaí III**

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão Aneel nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 24 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para agosto de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetivou aportes no montante de R\$ 66.795 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 623 (perda de R\$ 20 em 2014) neste complexo eólico.

### **Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.**

A empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foi criada em 07/07/2011, vencedora do Leilão nº 001/2011, promovido pela Aneel, em 10/06/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km (início da operação em out/14); LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km (início da operação em mai/15) ; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km (início da operação em out/14); LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km (início da operação em mai/15); LT Secc. J. Câmara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km (início da operação em out/15); LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km (início da operação em out/15); SE João Câmara II, 500 kV (início da operação em out/15); SE Campina Grande III, 500/230 kV (início da operação em mai/15); SE Ceará Mirim, 500/230 kV (início da operação em out/15), e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que comporão a Rede Básica do SIN e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, contados a partir de 13/10/2011, conforme Contrato de Concessão nº 008/2011 ANEEL. No final de 2015 ocorreu uma mudança na composição acionária dessa SPE, passando a Chesf a deter 100,0% de participação acionária. Durante o exercício de 2015 a

Companhia realizou Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 136.428 (R\$ 275.611, em 2014), e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28.899 (ganho de R\$ 5.675, em 2014).

#### **Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro/2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 45.475 (ganho de R\$ 46.014, em 2014).

#### **Integração Transmissora de Energia S.A.**

A Integração Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 20/12/2005, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, com 695 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel. A sua operação comercial teve início em maio/2008. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 12,0%, e o prazo da concessão é de 30 (trinta) anos. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 6.727 (ganho de R\$ 5.573, em 2014).

#### **Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual a Companhia possui 24,5% do seu capital social. A referida sociedade tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2015, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 58.853 (ganho de R\$ 32.388, em 2014).

#### **ESBR Participações S.A.**

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Energia Sustentável do Brasil S.A e passou a deter a totalidade de suas ações a partir de maio de 2009. A Energia Sustentável do Brasil S.A. foi criada a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2015 com 37 unidades em operação comercial, totalizando 2.775 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Durante o exercício de 2015 a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 90.000 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 147.620 (perda de R\$ 230.788, em 2014).

#### **Manaus Transmissora de Energia S.A.**

A empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. foi criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Silves (AM), com extensão aproximada de 335 km, e Silves (AM) – Lechuga (AM), com 224 km de extensão aproximada; construção da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) em 500/230 kV (1.800 MVA),

conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa. A sua operação comercial teve início em março/2013. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 17.420 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 11.787 (ganho de R\$ 8.755, em 2014).

#### **Manaus Construtora Ltda.**

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 322 (ganho de R\$ 4.164, em 2014).

#### **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 156 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em novembro/2013 a SPE deu início à operação a Subestação Aquiraz, de 230/69 kv. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 20.777 (perda de R\$ 23.968, em 2014).

#### **Norte Energia S.A.**

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto foi a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte será instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. No exercício, a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 245.249, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.225 (perda de R\$ 32.508, em 2014).

#### **Complexo Eólico Sento Sé I**

O Complexo Eólico Sento Sé I é composto pelas SPEs São Pedro do Lago S.A., Pedra Branca S.A., e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07/10/2010, a partir dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto foi a contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia. A sua operação comercial teve início em janeiro/2013 com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região nordeste – UEE Pedra Branca, UEE São Pedro do Lago e UEE Sete Gameleiras - e capacidade para gerar 30,0 MW, cada. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 6.672 (ganho de R\$ 2.123, em 2014) neste complexo eólico.

### **Complexo Eólico Sento Sé II**

O Complexo Eólico Sento Sé II é composto pelas SPEs Baraúnas I S.A., Morro Branco I S.A., e Mussambê Energética S.A. constituídas em consórcio com as empresas Brennand Energia e Brennand Energia Eólica a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), Leilão 005/2013, promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW de potência instalada cada. Os Parques eólicos Mussambê, Baraúnas I e Morro Branco I entraram em operação comercial em outubro/2015, e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. A Companhia realizou no exercício, aporte de capital no montante de R\$ 21.064, sendo: R\$ 1.674, na SPE Morro Branco I; R\$ 17.596, na SPE Baraúnas I; e R\$ 1.794 na SPE Mussambê Energética, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 442 (perda de R\$ 81 em 2014) neste complexo eólico.

### **Complexo Eólico Sento Sé III**

O Complexo Eólico Sento Sé III é composto pelas SPEs Banda de Couro S.A. e Baraúnas II Energética S.A, cujo objeto é a implantação dos parques eólicos Banda de Couro e Baraúnas II, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW e 21,6 MW, respectivamente, de potência instalada e com início de operação previsto para abril/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% de participação nesses empreendimentos. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 63 (R\$ 14 em 2014) neste complexo eólico.

### **Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02 de setembro de 2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro/2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida e realizou, no exercício, aportes de R\$ 116.865 e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no valor de R\$ 27.881. Durante o exercício de 2015 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 26.361 (ganho de R\$ 16.717, em 2014).

### **VamCruz I Participações S.A.**

A Vamcruz I Participações S.A. constituída em 07/07/2014 tem por objeto social exclusivo a participação direta ou indireta nas SPEs Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., constituídas em março de 2012, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir de junho de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20 de dezembro de 2011, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II, totalizarão 93,0 MW de potência instalada, e foram construídas no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. As mesmas entraram em operação em novembro/2015. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. A Companhia realizou no exercício, aportes de capital nessa SPE no montante de R\$ 392, e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 506 (perda de R\$ 42, em 2014) neste complexo eólico.

### **Chapada do Piauí I Holding S.A.**

A Chapada do Piauí I Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana X

Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A., constituídas em outubro de 2013, e passou a deter totalidade das ações destas SPEs a partir do 1º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos Santa Joana IX, X, XI, XIII, com 29,6 MW de potência instalada cada; e Ventos de Santa Joana XII, XV, XVI, com 28,9 MW de potência instalada cada. As SPEs entraram em operação em julho de 2015 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 9.560 (sem comparativo em 2014).

#### **Chapada do Piauí II Holding S.A.**

A Chapada do Piauí II Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A., constituídas em 08/05/2014, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir do 2º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18 de novembro de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana I, III, IV, V e VII e Ventos de Santo Augusto IV, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, com 30 MW de potência instalada com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2015, a Companhia realizou aportes de capital nessa SPE no montante de R\$ 36.523, realizou a transferência das participações detidas nas SPEs para a Chapada do Piauí II Holding S.A. no valor de R\$ 87.545 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.358 (sem comparativo em 2014).

#### **Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. constituída em 08/10/2015, tem por objeto social exclusivo a participação na totalidade do capital social das SPEs Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., constituídas em 21/02/2014, Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., constituídas em 17/01/2014. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18/11/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Serra das Vacas I, II, III e IV, situados nos municípios de Saloá, em Pernambuco, com 30 MW de potência instalada cada parque, com início das operações previsto para janeiro/2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2015, a Companhia transferiu suas participações no capital social detidas nas SPEs para a Eólica Serra das Vacas Holding S.A. no valor de R\$ 89.702 e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 592 (sem comparativo em 2014).

#### **Companhia Energética Sinop S.A.**

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29 de agosto de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para março/2017 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. A Chesf realizou no exercício R\$ 36.750 em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.479 (perda de R\$ 4.249 2014) neste empreendimento.



**Energética Águas da Pedra S.A.**

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetivou aportes no montante de R\$ 2.450 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 13.533 (ganho de R\$ 2.030, em 2014).

## 19.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2014	Aumento de Capital	Dividendos	Resultado de participação societária	Outros	31/12/2015
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>						
<b><u>Controladas</u></b>						
- Complexo Eólico Pindaí I	85.866	254.613	-	(2.748)	-	337.731
- Complexo Eólico Pindaí II	34.790	115.273	-	(1.545)	-	148.518
- Complexo Eólico Pindaí III	10.435	66.795	-	(623)	-	76.607
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	7.180	-	-	28.899	-	36.079
<b><u>Controladas em conjunto</u></b>						
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	163.434	-	(31.968)	45.475	-	176.941
- Integração Transmissora de Energia S.A.	41.064	-	(5.707)	6.727	-	42.084
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	444.155	-	(13.977)	58.853	-	489.031
- ESBR Participações S.A.	1.453.682	90.000	-	(147.620)	-	1.396.062
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	215.793	17.420	(50)	11.787	-	244.950
- Manaus Construtora Ltda.	4.724	-	3.047	(322)	-	7.449
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	28.013	-	-	(20.777)	-	7.236
- Norte Energia S.A.	804.066	245.249	-	(7.225)	-	1.042.090
- Complexo Eólico Sento Sé I	51.323	-	(1.092)	6.672	-	56.903
- Complexo Eólico Sento Sé II	35.477	21.064	-	(442)	-	56.099
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.576	-	-	(63)	-	1.513
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	181.526	116.865	(5.780)	26.361	-	318.972
- VamCruz I Participações S.A.	-	392	(523)	149	73.350	73.368
- Complexo Eólico VamCruz	72.993	-	-	357	(73.350)	-
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	-	-	(9.105)	118.602	109.497
- Complexo Eólico Chapada do Piauí I	119.057	-	-	(455)	(118.602)	-
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	36.523	-	(1.878)	107.542	142.187
- Complexo Eólico Chapada do Piauí II	108.022	-	-	(480)	(107.542)	-
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	-	-	(236)	97.610	97.374
- Complexo Eólico Serra das Vacas	57.877	40.089	-	(356)	(97.610)	-
- Companhia Energética SINOP S.A.	87.047	-	-	2.479	-	89.526
<b><u>Coligada</u></b>						
- Energética Águas da Pedra S.A.	89.580	2.450	(2.256)	13.533	-	103.307
<b>Avaliadas ao custo</b>						
- Outras participações	523	-	-	-	6	529
<b>Total</b>	<b>4.098.203</b>	<b>1.006.733</b>	<b>(58.306)</b>	<b>7.417</b>	<b>6</b>	<b>5.054.053</b>

### 19.3 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2015	Equivalência Patrimonial
<b><u>Controladas</u></b>				
Complexo Eólico Pindaí I	337.731	337.893	(2.749)	(2.748)
Complexo Eólico Pindaí II	148.518	148.559	(1.545)	(1.545)
Complexo Eólico Pindaí III	76.607	92.286	(750)	(623)
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	36.079	36.079	28.899	28.899
<b><u>Controladas em conjunto</u></b>				
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	361.105	92.806	45.475
Integração Transmissora de Energia S.A.	42.084	350.703	56.062	6.727
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	489.031	1.996.044	240.216	58.853
ESBR Participações S.A.	1.396.062	6.980.313	(738.099)	(147.620)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	244.950	1.256.151	60.446	11.787
Manaus Construtora Ltda.	7.449	38.198	(1.650)	(322)
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.236	14.768	(42.400)	(20.777)
Norte Energia S.A.	1.042.090	6.947.265	(48.164)	(7.225)
Complexo Eólico Sento Sé I	56.903	116.129	13.618	6.672
Complexo Eólico Sento Sé II	56.099	114.487	(902)	(442)
Complexo Eólico Sento Sé III	1.513	3.086	(130)	(63)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	650.964	53.798	26.361
Vamcruz I Participações S.A.	73.368	149.731	1.033	149
Complexo Eólico VamCruz	-	-	-	357
Chapada do Piauí I Holding S.A.	109.497	176.734	(19.511)	(9.105)
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	(455)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	142.187	249.030	(4.813)	(1.878)
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	(480)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	183.076	(1.208)	(236)
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	(356)
Companhia Energética SINOP S.A.	89.526	365.412	10.119	2.479
<b><u>Coligada</u></b>				
Energética Águas da Pedra S.A.	103.307	421.660	55.238	13.533
<b>TOTAL</b>	<b>5.053.524</b>	<b>20.989.673</b>	<b>(249.686)</b>	<b>7.417</b>

Obs.: As informações da ESBR Participações S.A., Complexo Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. possuem data-base em 31/12/2015.

### 19.4. Combinação de negócios

#### 19.4.1 – Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.

- Informações da transação**

No 4º trimestre de 2015, a Companhia adquiriu o controle sobre a SPE Tamanduá Mirim 2 Energia S.A., pertencente ao Complexo Eólico Pindaí III, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do Sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento.

Conforme o estabelecido no acordo de acionistas desta SPE, a partir de aporte realizado pela Chesf em 18/11/2015, a participação acionária da acionista Sequoia Capital Ltda. passou a ser diluída, devido à ausência de aporte de capital por essa acionista, e em consequência desse fato a Chesf passou a ter percentualmente a maioria no capital social da SPE, porém ainda não o seu controle, uma vez que não foram observados outros critérios, tais como, o direito de eleger a maioria dos Conselheiros de Administração e Fiscal e a totalidade da diretoria, mudança no quorum para deliberação das Assembleias e Conselho de Administração para maioria absoluta, critérios esses que passaram a ser observados em 26 de novembro de 2015, quando a Chesf passou a ter 82,7% do capital social, e posteriormente atingindo 83,01% em 17/12/2015.

Apesar de a Companhia ter adquirido o controle do negócio, mediante esta operação, não houve pagamento de contraprestação, ou qualquer prêmio para aquisição de controle, sendo o valor da operação de aquisição correspondente ao valor patrimonial das ações subscritas e não integralizadas pelo Sócio.

• **Determinação do valor justo da contraprestação**

Em consonância com o CPC 15 (R1) os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos devem ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras sempre a valor justo.

Considerando que a empresa foi constituída em 2014 e encontra-se em fase pré-operacional, ter iniciado recentemente as obras de construção dos ativos de geração, a administração da Companhia concluiu que o valor justo dos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos era consistente com seus respectivos saldos contábeis.

Demonstramos abaixo quadro comparativo entre o valor justo e o valor contábil dos principais itens do Balanço Patrimonial da referida SPE levantado em 31/10/2015:

Ativo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)	Passivo	Valores Contábeis (1)	Valores Justos (2)
<b><u>Circulante</u></b>			<b><u>Circulante</u></b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	46	46	Fornecedores	551	551
Tributos Compensáveis	69	69	Tributos	70	70
Despesas Pagas Antecipadamente	59	59	Partes Relacionadas	468	468
Outros	153	153		<b>1.089</b>	<b>1.089</b>
	<b>327</b>	<b>327</b>			
<b><u>Não Circulante</u></b>			<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>		
Imobilizado	26.540	26.540	Capital	29.400	29.400
Intangível	2.800	2.800	Prejuízos Acumulados	(822)	(822)
	<b>29.340</b>	<b>29.340</b>		<b>28.578</b>	<b>28.578</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>29.667</b>	<b>29.667</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>29.667</b>	<b>29.667</b>

1 - Os valores contábeis constam nos demonstrativos financeiros em 31/10/2015

2 - Os valores justos dos ativos e passivos foram avaliados e calculados pela área técnica da Chesf.

## 19.5 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

### BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2015								2014							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	225.335	537.567	458	763.360	66.246	336.009	361.105	763.360	203.520	532.840	549	736.909	42.878	360.491	333.540	736.909
Integração Transmissora de Energia S.A.	148.977	496.086	-	645.063	80.621	213.739	350.703	645.063	118.337	506.925	-	625.262	39.371	243.693	342.198	625.262
Energética Águas da Pedra S.A.	101.065	17.354	753.114	871.533	97.852	352.021	421.660	871.533	49.350	16.579	760.345	826.274	76.280	384.360	365.634	826.274
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	673.878	4.572.575	41.627	5.288.080	347.620	2.944.416	1.996.044	5.288.080	255.191	4.262.394	29.954	4.547.539	209.730	2.524.929	1.812.880	4.547.539
ESBR Participações S.A.	908.570	1.655.056	21.646.808	24.210.434	1.422.013	15.808.108	6.980.313	24.210.434	506.661	1.379.947	20.338.744	22.225.352	719.454	14.237.486	7.268.412	22.225.352
Manaus Transmissora de Energia S.A.	310.344	2.385.339	248	2.695.931	342.567	1.097.213	1.256.151	2.695.931	171.568	2.335.490	15.204	2.522.262	422.581	993.050	1.106.631	2.522.262
Manaus Construtora Ltda.	90.955	331	-	91.286	6.020	47.068	38.198	91.286	101.277	540	-	101.817	77.596	-	24.221	101.817
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	23.161	238.717	166	262.044	21.551	225.725	14.768	262.044	38.296	281.152	153	319.601	5.304	257.128	57.169	319.601
Norte Energia S.A.	940.254	271.620	29.964.727	31.176.601	719.033	23.510.303	6.947.265	31.176.601	1.059.934	164.187	21.040.523	22.264.644	884.654	16.019.553	5.360.437	22.264.644
Complexo Eólico Sento Sé I	14.239	28.147	293.682	336.068	21.447	198.492	116.129	336.068	12.388	10.468	308.552	331.408	17.837	208.832	104.739	331.408
Complexo Eólico Sento Sé II	18.030	-	368.761	386.791	41.120	231.184	114.487	386.791	82.756	-	79.896	162.652	90.246	-	72.406	162.652
Complexo Eólico Sento Sé III	9.602	1	151.168	160.771	157.685	-	3.086	160.771	1.089	-	8.660	9.749	6.530	-	3.219	9.749
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	71.528	625.618	144	697.290	42.425	618.786	36.079	697.290	42.140	441.850	125	484.115	7.713	461.750	14.652	484.115
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	118.384	1.046.325	184	1.164.893	60.084	453.845	650.964	1.164.893	41.904	778.635	203	820.742	39.518	410.764	370.460	820.742
VamCruz I Participações S.A.	7.935	(57.445)	582.766	533.256	234.629	148.896	149.731	533.256	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico VamCruz	-	-	-	-	-	-	-	-	100.733	29.014	51.151	180.898	2.516	29.411	148.971	180.898
Chapada do Piauí I Holding S.A.	51.418	132	809.359	860.909	86.607	597.568	176.734	860.909	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	-	-	-	-	-	60.767	-	486.434	547.201	350.964	-	196.237	547.201
Chapada do Piauí II Holding S.A.	85.298	-	864.913	950.211	675.323	25.858	249.030	950.211	-	-	103.454	183.195	3.885	-	179.310	183.195
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	-	-	-	-	-	79.741	-	103.454	183.195	3.885	-	179.310	183.195
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	20.288	53	463.716	484.057	250.400	50.581	183.076	484.057	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	-	-	-	-	-	22.802	228	80.206	103.236	769	-	102.467	103.236
Companhia Energética SINOP S.A.	56.761	2.491	844.803	904.055	403.643	135.000	365.412	904.055	326.466	-	51.812	378.278	1.296	21.688	355.294	378.278
Complexo Eólico Pindaí I	151.261	-	196.837	348.098	10.205	-	337.893	348.098	87.885	652	13.885	102.422	8.810	7.706	85.906	102.422
Complexo Eólico Pindaí II	29.503	-	119.992	149.495	936	-	148.559	149.495	34.497	-	4.967	39.464	4.575	90	34.799	39.464
Complexo Eólico Pindaí III	16.737	-	76.560	93.297	1.011	-	92.286	93.297	21.204	-	3.058	24.262	2.813	154	21.295	24.262
<b>Total</b>	<b>4.073.523</b>	<b>11.819.967</b>	<b>57.180.033</b>	<b>73.073.523</b>	<b>5.089.038</b>	<b>46.994.812</b>	<b>20.989.673</b>	<b>73.073.523</b>	<b>3.418.506</b>	<b>10.740.901</b>	<b>43.377.875</b>	<b>57.537.282</b>	<b>3.015.320</b>	<b>36.161.085</b>	<b>18.360.877</b>	<b>57.537.282</b>

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2015, exceto ESBR Participações S.A., Complexo Eólico Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2015.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2015								2014							
	Receita Oper.		Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.		Resultado do	Receita Oper.	Despesa Oper.	Resultado do	Resultado	Resultado	I. Renda e C.	Incentivos Fiscais	Resultado do
	Líquida	Despesa Oper.	Serviço	Financeiro	Operacional	Social	Incentivos Fiscais	Exercício	Líquida	Despesa Oper.	Serviço	Financeiro	Operacional	Social	Incentivos Fiscais	Exercício
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	159.741	(18.917)	140.824	(24.784)	116.040	(39.884)	16.650	92.806	147.533	(16.564)	130.969	(15.973)	114.996	(37.522)	16.434	93.908
Integração Transmissora de Energia S.A	101.344	(19.709)	81.635	(11.057)	70.578	(24.250)	9.734	56.062	91.236	(18.086)	73.150	(16.535)	56.615	(18.532)	8.356	46.439
Energética Águas da Pedra S.A.	207.027	(116.912)	90.115	(27.531)	62.584	(7.346)	-	55.238	195.266	(138.306)	56.960	(27.029)	29.931	(4.779)	-	25.152
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	610.279	(43.884)	566.395	(224.107)	342.288	(102.072)	-	240.216	558.742	(259.610)	299.132	(98.872)	200.260	(68.065)	-	132.195
ESBR Participações S.A.	2.412.946	(2.826.861)	(413.915)	(672.570)	(1.086.485)	348.386	-	(738.099)	754.272	(2.405.802)	(1.651.530)	(177.284)	(1.828.814)	674.872	-	(1.153.942)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	182.519	(18.323)	164.196	(74.094)	90.102	(29.656)	-	60.446	200.433	(21.405)	179.028	(94.576)	84.452	(39.554)	-	44.898
Manaus Construtora Ltda.	-	(982)	(982)	(926)	(1.908)	258	-	(1.650)	32.415	(544)	31.871	418	32.289	(10.934)	-	21.355
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	38.805	(81.705)	(42.900)	(4.823)	(47.723)	5.323	-	(42.400)	30.387	(63.453)	(33.066)	(4.405)	(37.471)	(11.442)	-	(48.913)
Norte Energia S.A.	120.653	(293.282)	(172.629)	10.960	(161.669)	113.505	-	(48.164)	-	(236.114)	(236.114)	(3.338)	(239.452)	22.731	-	(216.721)
Complexo Eólico Sento Sé I	66.015	(33.629)	32.386	(15.896)	16.490	(2.872)	-	13.618	53.356	(31.403)	21.953	(15.015)	6.938	(2.606)	-	4.332
Complexo Eólico Sento Sé II	412	(1.260)	(848)	(44)	(892)	(10)	-	(902)	16	(151)	(135)	(30)	(165)	-	-	(165)
Complexo Eólico Sento Sé III	-	(116)	(116)	(14)	(130)	-	-	(130)	-	(24)	(24)	(2)	(26)	-	-	(26)
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	258.114	(230.335)	27.779	1.325	29.104	(205)	-	28.899	304.404	(288.473)	15.931	1.582	17.513	(5.932)	-	11.581
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	279.257	(175.652)	103.605	(22.140)	81.465	(27.667)	-	53.798	368.107	(299.959)	68.148	(16.455)	51.693	(17.575)	-	34.118
VamCruz I Participações S.A.	1.128	(1.364)	(236)	2.811	2.575	(1.542)	-	1.033	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Vamcruz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(613)	(613)	524	(89)	-	-	(89)
Chapada do Piauí I Holding S.A.	44.733	(18.847)	25.886	(43.941)	(18.055)	(1.456)	-	(19.511)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)	-	(5)	-	-	(5)
Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	(223)	(223)	(4.590)	(4.813)	-	-	(4.813)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)	-	-	(1)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	-	(2.661)	(2.661)	1.453	(1.208)	-	-	(1.208)	-	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.061)	(1.061)	68	(993)	-	-	(993)
Companhia Energética SINOP S.A.	-	(10.786)	(10.786)	18.414	7.628	2.491	-	10.119	-	(5.043)	(5.043)	(12.300)	(17.343)	-	-	(17.343)
Complexo Eólico Pindaí I	-	(4.264)	(4.264)	1.794	(2.470)	(279)	-	(2.749)	-	(1.029)	(1.029)	265	(764)	(20)	-	(784)
Complexo Eólico Pindaí II	-	(2.648)	(2.648)	1.094	(1.554)	9	-	(1.545)	-	(83)	(83)	120	37	(9)	-	28
Complexo Eólico Pindaí III	-	(2.033)	(2.033)	1.283	(750)	-	-	(750)	-	(61)	(61)	21	(40)	-	-	(40)
<b>Total</b>	<b>4.482.973</b>	<b>(3.904.393)</b>	<b>578.580</b>	<b>(1.087.383)</b>	<b>(508.803)</b>	<b>232.733</b>	<b>26.384</b>	<b>(249.686)</b>	<b>2.736.167</b>	<b>(3.787.790)</b>	<b>(1.051.623)</b>	<b>(478.816)</b>	<b>(1.530.439)</b>	<b>480.633</b>	<b>24.790</b>	<b>(1.025.016)</b>

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2015, exceto ESBR Participações S.A., Complexo Eólico Pindaí III e da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2015.

## 20 – IMOBILIZADO

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

### 20.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2015 (%)	31/12/2015	31/12/2014
<b>Geração</b>			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.796.049	1.797.304
Depreciação acumulada		(1.197.076)	(1.161.134)
Imobilizações em curso		383.001	366.050
Impairment		(507.261)	(477.224)
<b>Total da Geração</b>		<b>474.713</b>	<b>524.996</b>
<b>Administração</b>			
Imobilizações em serviço	6,46%	1.285.141	1.281.826
Depreciação acumulada		(826.010)	(769.270)
Imobilizações em curso		329.361	298.278
<b>Total da Administração</b>		<b>788.492</b>	<b>810.834</b>
<b>Total</b>		<b>1.263.205</b>	<b>1.335.830</b>

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2015 (%)	31/12/2015	31/12/2014
<b>Geração</b>			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.796.049	1.797.304
Depreciação acumulada		(1.197.076)	(1.161.134)
Imobilizações em curso		756.807	366.436
Impairment		(507.261)	(477.224)
<b>Total da Geração</b>		<b>848.519</b>	<b>525.382</b>
<b>Administração</b>			
Imobilizações em serviço	6,46%	1.285.674	1.281.920
Depreciação acumulada		(826.078)	(769.274)
Imobilizações em curso		329.361	298.278
<b>Total da Administração</b>		<b>788.957</b>	<b>810.924</b>
<b>Total</b>		<b>1.637.476</b>	<b>1.336.306</b>

## 20.2 - Movimentação do Imobilizado

	Controladora						
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	31/12/2015
<b><u>Geração</u></b>							
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.271)	-	-	-	177.893
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(3)	-	521	-	965.953
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.050	16.970	-	-	(19)	-	383.001
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
<b>Total Geração</b>	<b>524.996</b>	<b>16.970</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(35.943)</b>	<b>-</b>	<b>(30.037)</b>	<b>474.713</b>
<b><u>Administração</u></b>							
Em serviço	1.281.826	4	(10.062)	-	13.373	-	1.285.141
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	4	-	-	-	-	18.768
Edificações	281.517	-	(324)	-	-	-	281.193
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.692)	-	4.890	-	835.729
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	103.775
Móveis e utensílios	40.915	-	(336)	-	825	-	41.404
Depreciação	(769.270)	-	9.130	(65.870)	-	-	(826.010)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	329.361
<b>Total Administração</b>	<b>810.834</b>	<b>44.460</b>	<b>(932)</b>	<b>(65.870)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>788.492</b>
<b>Total</b>	<b>1.335.830</b>	<b>61.430</b>	<b>(2.205)</b>	<b>(101.813)</b>	<b>-</b>	<b>(30.037)</b>	<b>1.263.205</b>



	Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/ serviço	Provisão/ Reversão	31/12/2015
<b><u>Geração</u></b>							
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.272)	-	-	-	177.892
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(2)	-	521	-	965.954
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.436	390.390	-	-	(19)	-	756.807
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
<b>Total Geração</b>	<b>525.382</b>	<b>390.390</b>	<b>(1.273)</b>	<b>(35.943)</b>	<b>-</b>	<b>(30.037)</b>	<b>848.519</b>
<b><u>Administração</u></b>							
Em serviço	1.281.920	484	(10.103)	-	13.373	-	1.285.674
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	5	-	-	-	-	18.769
Edificações	281.567	-	(325)	-	-	-	281.242
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.693)	-	4.890	-	835.728
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	103.775
Móveis e utensílios	40.959	479	(375)	-	825	-	41.888
Depreciação	(769.274)	(9)	9.116	(65.911)	-	-	(826.078)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	329.361
<b>Total Administração</b>	<b>810.924</b>	<b>44.931</b>	<b>(987)</b>	<b>(65.911)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>788.957</b>
<b>Total</b>	<b>1.336.306</b>	<b>435.321</b>	<b>(2.260)</b>	<b>(101.854)</b>	<b>-</b>	<b>(30.037)</b>	<b>1.637.476</b>

	Controladora							31/12/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
<b>Geração</b>								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.221	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.050
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
<b>Total Geração</b>	<b>893.220</b>	<b>71.221</b>	<b>(70.856)</b>	<b>(15.745)</b>	<b>-</b>	<b>(450)</b>	<b>(352.394)</b>	<b>524.996</b>
<b>Administração</b>								
Em serviço	1.201.446	-	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.826
Serviço	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	-	(2.407)	-	15.718	550	-	281.517
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	-	(739)	-	4.770	-	-	40.915
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.817)	-	(550)	-	(769.270)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
<b>Total Administração</b>	<b>800.316</b>	<b>80.195</b>	<b>(5.310)</b>	<b>(64.817)</b>	<b>-</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>810.834</b>
<b>Total</b>	<b>1.693.536</b>	<b>151.416</b>	<b>(76.166)</b>	<b>(80.562)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(352.394)</b>	<b>1.335.830</b>

	Consolidado							31/12/2014
	31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
<b>Geração</b>								
Em serviço	1.797.251	-	(47)	-	252	(152)	-	1.797.304
Terrenos	179.164	-	-	-	-	-	-	179.164
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	-	-	-	402.664
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.457	-	(46)	-	176	(152)	-	965.435
Móveis e utensílios	108	-	(1)	-	76	-	-	183
Depreciação	(1.123.094)	-	(22)	(38.018)	-	-	-	(1.161.134)
Em curso	601.233	71.607	(70.790)	-	(252)	(298)	(235.064)	366.436
Impairment	(382.170)	-	3	22.273	-	-	(117.330)	(477.224)
<b>Total Geração</b>	<b>893.220</b>	<b>71.607</b>	<b>(70.856)</b>	<b>(15.745)</b>	<b>-</b>	<b>(450)</b>	<b>(352.394)</b>	<b>525.382</b>
<b>Administração</b>								
Em serviço	1.201.446	94	(29.887)	-	109.267	1.000	-	1.281.920
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	10.310	-	(449)	-	8.453	450	-	18.764
Edificações	267.656	50	(2.407)	-	15.718	550	-	281.567
Máquinas e equipamentos	780.926	-	(17.324)	-	72.929	-	-	836.531
Veículos	101.398	-	(8.968)	-	7.397	-	-	99.827
Móveis e utensílios	36.884	44	(739)	-	4.770	-	-	40.959
Depreciação	(728.480)	-	24.577	(64.821)	-	(550)	-	(769.274)
Em curso	327.350	80.195	-	-	(109.267)	-	-	298.278
<b>Total Administração</b>	<b>800.316</b>	<b>80.289</b>	<b>(5.310)</b>	<b>(64.821)</b>	<b>-</b>	<b>450</b>	<b>-</b>	<b>810.924</b>
<b>Total</b>	<b>1.693.536</b>	<b>151.896</b>	<b>(76.166)</b>	<b>(80.566)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(352.394)</b>	<b>1.336.306</b>

### 20.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Geração</b>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
<b>Administração central</b>	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

## 20.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2015 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 7,50% (8,62% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão líquida de uma reversão de R\$ 21.944 para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 30.037 (R\$ 95.054, em 2014), conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2014	Impairment em 2015
Casa Nova	2036	319.414	7,50%	(111.515)	(51.981)
UTE Camaçari	2027	343.765	7,50%	16.461	21.944
<b>Total</b>				<b>(95.054)</b>	<b>(30.037)</b>

## 20.5 - Encargos financeiros

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Encargos financeiros totais	36.698	33.047
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(378)	(712)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>36.320</b>	<b>32.335</b>

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização está descrita na nota 24.

## 21- INTANGÍVEL

### 21.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Administração	20,00%	90.150	(67.830)	22.320	31.379
		<b>90.150</b>	<b>(67.830)</b>	<b>22.320</b>	<b>31.379</b>
<b>Em curso</b>					
Administração		22.363	-	22.363	8.871
		<b>22.363</b>	<b>-</b>	<b>22.363</b>	<b>8.871</b>
<b>Total</b>		<b>112.513</b>	<b>(67.830)</b>	<b>44.683</b>	<b>40.250</b>

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2015			31/12/2014
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Administração	20,00%	90.162	(67.830)	22.332	31.379
		<b>90.162</b>	<b>(67.830)</b>	<b>22.332</b>	<b>31.379</b>
<b>Em curso</b>					
Geração		-	-	-	18.376
Administração		41.613	-	41.613	8.871
		<b>41.613</b>	<b>-</b>	<b>41.613</b>	<b>27.247</b>
<b>Total</b>		<b>131.775</b>	<b>(67.830)</b>	<b>63.945</b>	<b>58.626</b>

### 21.2 - Movimentação do Intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/12/2014	Adições	Amortização	31/12/2015
<b>Não vinculadas a concessão</b>					
<b>Em serviço</b>					
Software	20,0%	90.150	-	-	90.150
Amortização		(58.771)	-	(9.059)	(67.830)
<b>Em curso</b>		8.871	13.492	-	22.363
<b>Total Intangível</b>		<b>40.250</b>	<b>13.492</b>	<b>(9.059)</b>	<b>44.683</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2015
<b>Não vinculadas a concessão</b>						
<b>Em serviço</b>						
Software	20,0%	90.150	12	-	-	90.162
Amortização		(58.771)	-	-	(9.059)	(67.830)
<b>Em curso</b>		27.247	16.536	(2.170)	-	41.613
<b>Total Intangível</b>		<b>58.626</b>	<b>16.548</b>	<b>(2.170)</b>	<b>(9.059)</b>	<b>63.945</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
<b>Não vinculadas a concessão</b>						
<b>Em serviço</b>						
Software	20%	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização		(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
<b>Em curso</b>		19.671	15.059	(25.859)	-	8.871
<b>Total Intangível</b>		<b>31.930</b>	<b>15.059</b>	<b>-</b>	<b>(6.739)</b>	<b>40.250</b>

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2013	Adições	Transf. p/ serviço	Amortização	31/12/2014
<b>Não vinculadas a concessão</b>						
<b>Em serviço</b>						
Software	20%	64.291	-	25.859	-	90.150
Amortização		(52.032)	-	-	(6.739)	(58.771)
<b>Em curso</b>		19.671	33.435	(25.859)	-	27.247
<b>Total Intangível</b>		<b>31.930</b>	<b>33.435</b>	<b>-</b>	<b>(6.739)</b>	<b>58.626</b>

## 22 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Energia elétrica comprada	92.401	88.568	92.401	88.568
Materiais e serviços	218.176	332.075	230.877	342.951
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletronorte	3.682	5.154	3.682	5.154
Eletrosul	3.836	5.583	3.836	5.583
Furnas	4.637	11.646	4.637	11.646
CTEEP	3.066	3.335	3.066	3.335
Outros	46.050	52.663	46.050	52.663
<b>Total</b>	<b>371.848</b>	<b>499.024</b>	<b>384.549</b>	<b>509.900</b>

## 23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

### 23.1 - Tributos a recolher

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>				
IRPJ - retenção da Lei 10.833/2003	3.643	-	3.643	1
CSLL - retenção da Lei 10.833/2003	2.592	-	2.592	12
Cofins	28.156	20.711	28.934	20.713
ICMS	23.069	21.984	29.008	21.984
INSS	18.886	16.486	19.290	16.486
PIS/Pasep	6.111	4.496	6.273	4.496
IRRF	15.804	12.741	15.906	12.742
FGTS	5.482	4.935	5.510	4.935
Outros	5.665	10.728	6.514	10.736
	<b>109.408</b>	<b>92.081</b>	<b>117.670</b>	<b>92.105</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
Cofins	-	-	16.318	-
PIS/Pasep	-	-	3.541	-
ICMS diferido	-	13.572	-	13.572
	-	<b>13.572</b>	<b>19.859</b>	<b>13.572</b>
<b>Total</b>	<b>109.408</b>	<b>105.653</b>	<b>137.529</b>	<b>105.677</b>

### 23.2 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 56.332 (R\$ 199.523, em 31/12/2014), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Diferenças temporárias</u></b>			
Ajustes decorrentes do CPC 33	-	-	313.418
Ajustes decorrentes da ICPC 01	165.683	177.992	273.415
	<b>165.683</b>	<b>177.992</b>	<b>586.833</b>
<b><u>Débitos Fiscais</u></b>			
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	41.421	44.498	146.708
Contribuição social sobre diferenças temporárias	14.911	20.572	52.815
<b>Não Circulante</b>	<b>56.332</b>	<b>65.070</b>	<b>199.523</b>

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias - ajustes iniciais decorrentes do CPC 33(R1) (IAS 19) e da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), serão realizados de acordo com a movimentação dos benefícios pós-emprego decorrentes da adoção do CPC 33(R1) (IAS 19) e pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12), respectivamente.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

2016/2018	6.291
2019/2021	6.291
Após 2021	43.750
<b>Total</b>	<b>56.332</b>

## 24- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

### 24.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado									
	31/12/2015					31/12/2014				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
<b>Partes relacionadas</b>										
Eletrobras	-	12.563	12.563	17.188	29.751	-	14.211	14.211	28.174	42.385
<b>Instituições financeiras</b>										
Banco do Brasil	10.091	125.000	135.091	250.000	385.091	11.087	125.000	136.087	375.000	511.087
Banco do Nordeste	18	45.474	45.492	158.505	203.997	57	45.473	45.530	203.979	249.509
Caixa Econômica Federal	4.892	100.000	104.892	250.000	354.892	4.586	50.000	54.586	350.000	404.586
BNDES	-	-	-	476.915	476.915	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>15.001</b>	<b>283.037</b>	<b>298.038</b>	<b>1.152.608</b>	<b>1.450.646</b>	<b>15.730</b>	<b>234.684</b>	<b>250.414</b>	<b>957.153</b>	<b>1.207.567</b>

- **Eletrobras**

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações a cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu sistema de transmissão.

Saldo de R\$ 29.451 (R\$ 42.024, em 31/12/2014) sendo R\$ 25.447 (86,4%) contratados com juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. para o qual a Companhia vinculou a sua receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público para recebimento direto dos valores vencidos e não pagos, à satisfação da Eletrobras, formalizada na assinatura dos contratos, e R\$ 4.004 (13,60%) contratados com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 1,5% a.a., para o qual a Companhia ofereceu Seguro Garantia no valor correspondente a 125% do saldo devedor, previsto para o exercício, renovado anualmente, cujo recebimento pela Eletrobras fica condicionado aos efeitos de cada contrato, nas condições e até o limite de valor especificado na Apólice de Seguro. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

A Companhia possui ainda contrato com a Eletrobras indexado pelo IPCA, com saldo de R\$ 300 em 31/12/2015 (R\$ 361, em 31/12/2014), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 6,4% (5,9% no mesmo período do ano anterior).

Estes contratos serão amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2018.

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 385.091 (R\$ 511.087, em 31/12/2014) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (115% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de



fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras (vide nota 11.c).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Não honrar o pagamento pontual quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispusermos de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil s.a. promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações;
- b) Sofrermos protesto cambiário cuja somatória seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), requerermos recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tivermos falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades;
- c) Sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- d) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários prestarmos ao Banco do Brasil s.a. informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- e) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixarmos de prestar informações que, se do conhecimento do Banco do Brasil s.a. poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- f) Tornar-nos inadimplentes em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao Banco do Brasil s.a.;
- g) Excedermos o limite de crédito concedido;
- h) Trocarmos o controle do nosso capital, sem a prévia e expressa anuência do Banco do Brasil s.a.;
- i) Manutenção do índice financeiro obtido da divisão da dívida financeira bruta pelo patrimônio líquido não superior a 0,50 a dívida financeira bruta corresponde às dívidas contraídas junto a bancos, entidades multilaterais ou empresas coligadas e/ou emissões no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

Saldo de R\$ 194.499 (R\$ 237.723, em 31/12/2014) contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e R\$ 9.498 (R\$ 11.786, em 31/12/2014) contratado com juros de 4,5% a.a..

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 11.c).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;
- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do banco central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o

setor público indireto;

- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;
- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 354.892 (R\$ 404.586 em 31/12/2014) contratado com a Caixa Econômica Federal, com juros de 115% do CDI, que representou 15,30 a.a.% em 2015.

O empréstimo junto a Caixa Econômica Federal destinou-se a constituição de capital de giro. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (dezoito) meses a contar da concessão do empréstimo. Os encargos serão pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

Neste exercício, foram contratadas duas linhas de créditos junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.203.014, tendo sido liberados R\$ 282.127 para a linha de crédito do contrato 1148.1, e R\$ 194.788 para a linha de crédito do contrato 1149.1. Sobre o valor do empréstimo, incidem juros de 3,28% a.a. acima da TJLP, pagos mensalmente para os subcréditos A e B ; 3,5% a.a. pagos mensalmente para o subcrédito C, e a variação da TJLP para o subcrédito D, do contrato 1148.1; 1,5% acima da TJLP para o subcrédito A, pagos trimestralmente, 3,5% a.a. pagos trimestralmente para o subcrédito B; e a variação da TJLP pagos trimestralmente para o subcrédito C, do contrato 1149.1.

Os empréstimos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz

Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

Estes empréstimos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

#### 24.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
IPCA	300	361
CDI	739.983	915.673
TJLP	197.858	-
Sem indexador	512.505	291.533
<b>Total</b>	<b>1.450.646</b>	<b>1.207.567</b>
Principal	1.435.645	1.191.837
Encargos	15.001	15.730
<b>Total</b>	<b>1.450.646</b>	<b>1.207.567</b>

### 24.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.152.608 (R\$ 957.153, em 2014), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	281.478
2017	330.526	280.612
2018	327.418	277.503
2019	145.378	95.473
2020	71.993	22.087
2021	49.905	-
Após 2021	227.388	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>1.152.608</b>	<b>957.153</b>

### 24.4- Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora e Consolidado			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>1.974</b>	<b>58.218</b>	<b>60.192</b>	<b>791.819</b>
Ingressos	-	-	-	400.000
Provisão de Encargos	123.421	-	<b>123.421</b>	-
Variação monetária	16	1	<b>17</b>	13
Transferências	-	234.679	<b>234.679</b>	(234.679)
Amortizações/pagamentos	(109.681)	(58.214)	<b>(167.895)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>15.730</b>	<b>234.684</b>	<b>250.414</b>	<b>957.153</b>
Ingressos	-	-	-	476.915
Provisão de Encargos	137.418	-	<b>137.418</b>	-
Variação monetária	30	4	<b>34</b>	25
Transferências	-	281.485	<b>281.485</b>	(281.485)
Amortizações/pagamentos	(138.177)	(233.136)	<b>(371.313)</b>	-
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>15.001</b>	<b>283.037</b>	<b>298.038</b>	<b>1.152.608</b>

## 24.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2015 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2016	2017	2018	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	28.422	27.706	26.530	481	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	53.128	52.918	52.782	3.580	30/10/2032
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	67.805	63.024	58.702	54.380	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	31.157	28.641	26.350	24.059	10/07/2031
Sinop	BB e BNP Paribas	SPE	24,5%	73.500	80.850	-	-	-	01/02/2016
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	115.150	13.917	-	-	-	04/2016
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	132.009	114.004	141.291	140.732	139.662	2017
<b>Total</b>				<b>486.769</b>	<b>389.283</b>	<b>313.580</b>	<b>305.096</b>	<b>222.162</b>	

(\*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

## 25 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Contribuições sociais	35.848	36.007	29.657
Férias	91.062	91.518	84.679
Outros	9.253	9.253	8.496
<b>Total</b>	<b>136.163</b>	<b>136.778</b>	<b>122.832</b>

## 26 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/12/2015 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 109.521 (R\$ 132.855, em 31/12/2014), referente a PIDV e plano de saúde.

## 27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2015.

### PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

• **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

	31/12/2015			31/12/2014		
DADOS POPULACIONAIS	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
<b>Participantes ativos</b>						
Participantes - nº	15	1.124	4.248	15	1.132	3.619
Idade Média (anos)	60,06	57,95	46,50	59,50	57,49	44,51
Salário Médio em R\$	8.510,14	1.882,40	9.488,54	7.737,62	1.793,46	8.330,69
<b>Aposentados</b>						
Participantes Aposentados - nº	4.506	1.180	1.514	4.624	1.183	1.520
Idade Média	71,48	63,18	63,04	71,14	62,70	62,58
Benefício em Médio R\$	4.041,69	3.193,71	2.472,23	3.856,80	3.058,89	2.337,34
<b>Pensionistas</b>						
Números de pensões	1.621	137	133	1.695	136	227
Benefício Médio em R\$	1.590,41	1.017,86	2.043,06	1.377,20	856,86	1.428,34
<b>População Total</b>	<b>6.142</b>	<b>2.441</b>	<b>5.895</b>	<b>6.334</b>	<b>2.451</b>	<b>5.366</b>

**SEGURO DE VIDA**

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

## HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2015	2014
<b>Hipóteses Econômicas</b>		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	13,22%	12,20%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	7,32%	6,13%
Projeção de aumento médio dos salários	8,26%	7,83%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,50%	5,72%
Taxa média de inflação anual	5,50%	5,72%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	13,22%	12,20%
<b>Hipóteses Demográficas</b>		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 BASIC (D5%) M&F	AT-83 M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 M&F	AT- 49 M&F
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

## PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2015

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período</b>	<b>2.698.011</b>	<b>764.548</b>	<b>1.876.960</b>	<b>55.273</b>	<b>5.394.792</b>
Custo de juros	314.192	90.324	226.309	6.765	637.590
Custo do serviço corrente	10	476	138.505	4.143	143.134
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	(180.855)	(39.633)	(168.860)	(121)	(389.469)
Decorrentes de ajuste de experiência	(41.867)	(13.870)	(117.647)	846	(172.538)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	63.458	54.587	20.353	267	138.665
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(202.446)	(80.350)	(71.566)	(1.234)	(355.596)
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período</b>	<b>2.560.273</b>	<b>769.692</b>	<b>2.017.921</b>	<b>66.060</b>	<b>5.413.946</b>
<b>ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS</b>					
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do período</b>	<b>2.181.009</b>	<b>1.160.451</b>	<b>1.822.024</b>	<b>-</b>	<b>5.163.484</b>
Receita de juros	256.722	138.840	228.114	-	623.676
Contribuições do patrocinador	54.818	3.961	64.268	-	123.047
Contribuições dos participantes	8.268	-	75.564	-	83.832
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(137.279)	(61.120)	(126.341)	-	(324.740)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	<b>2.092.453</b>	<b>1.196.109</b>	<b>2.008.636</b>	<b>-</b>	<b>5.297.198</b>



## PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014

<b>ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>31/12/2014</b>				
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano BS</b>	<b>Plano CD</b>	<b>Seguro</b>	<b>Total</b>
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período</b>	<b>2.568.624</b>	<b>728.895</b>	<b>1.570.296</b>	<b>5.182</b>	<b>4.872.997</b>
Custo de juros	292.217	85.892	187.041	621	565.771
Custo do serviço corrente	1.774	1.053	134.404	306	137.537
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	98.202	(3.239)	35.389	49.164	179.516
Decorrentes de ajuste de experiência	95.389	(3.462)	25.713	48.755	166.395
Decorrentes de alterações premissas biométricas	(43.023)	(14.518)	(2.985)	-	(60.526)
Decorrentes de alterações premissas financeiras	45.836	14.741	12.661	409	73.647
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período</b>	<b>2.698.011</b>	<b>764.548</b>	<b>1.876.960</b>	<b>55.273</b>	<b>5.394.792</b>
<b>ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS</b>					
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do período</b>	<b>2.171.544</b>	<b>1.111.699</b>	<b>1.599.167</b>	<b>-</b>	<b>4.882.410</b>
Receita de juros	245.671	131.896	198.863	-	576.430
Contribuições do patrocinador	81.945	2.109	60.381	-	144.435
Contribuições dos participantes	8.106	-	71.476	-	79.582
Benefícios pagos pelo plano	(262.806)	(48.053)	(50.170)	-	(361.029)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(63.451)	(37.200)	(57.693)	-	(158.344)
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	<b>2.181.009</b>	<b>1.160.451</b>	<b>1.822.024</b>	<b>-</b>	<b>5.163.484</b>

## ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

<b>Categorias de Ativo</b>	<b>31/12/2015</b>			<b>31/12/2014</b>		
	<b>Plano BD</b>	<b>Plano BS</b>	<b>Plano CD</b>	<b>Plano BD</b>	<b>Plano BS</b>	<b>Plano CD</b>
Disponível	977	9	8	898	6	7
Realizável	262.473	15.008	48.094	257.180	10.456	38.193
Títulos Públicos	1.542.559	841.173	1.246.485	1.392.023	652.468	952.709
Crédito de Depósitos Privados	36.480	-	-	19.090	8.539	3.661
Debêntures	-	7.498	2.473	-	-	-
Ações	41.114	13.569	20.471	9	4	5
Investimentos em Fundos	349.753	259.858	624.803	666.035	432.666	770.160
Investimentos imobiliários	35.399	-	5.372	31.250	-	4.555
Empréstimos e financiamentos	139.018	79.916	88.588	129.961	71.390	80.239
Outros Realizáveis	-	-	2.000	-	-	-
(-) Exigíveis Previdenciários	(32.504)	(15.810)	(25.065)	(29.725)	(10.658)	(22.066)
(-) Exigível Contingencial	(270.564)	-	-	(277.084)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(12.252)	(5.112)	(4.593)	(8.628)	(4.420)	(5.439)
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	<b>2.092.453</b>	<b>1.196.109</b>	<b>2.008.636</b>	<b>2.181.009</b>	<b>1.160.451</b>	<b>1.822.024</b>

## FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2015		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	252.652	55.943	52.740
De 1 ano a 2 anos:	249.126	57.010	52.765
De 2 anos a 5 anos:	721.499	179.662	158.186
Acima de 5 anos:	3.526.480	1.348.329	1.227.224
<b>Total dos pagamentos esperados pelo Plano:</b>	<b>4.749.757</b>	<b>1.640.944</b>	<b>1.490.915</b>

## MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>605.126</b>	-	-	<b>5.182</b>	<b>610.308</b>
Custo dos Juros e do Serviço	40.212	1.053	62.929	927	105.121
Pagamentos	(82.083)	-	(55.782)	-	(137.865)
Ajuste atuarial	258.405	(1.053)	47.790	49.164	354.306
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>821.660</b>	-	<b>54.937</b>	<b>55.273</b>	<b>931.870</b>
Custo dos Juros e do Serviço	49.213	476	62.941	10.908	123.538
Pagamentos	(38.993)	-	(59.205)	-	(98.198)
Ajuste atuarial	249.609	(476)	(49.388)	(121)	199.624
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>1.081.489</b>	-	<b>9.285</b>	<b>66.060</b>	<b>1.156.834</b>

## CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</b>					
Custo do Serviço	10	476	138.505	4.143	143.134
Custo dos juros	57.471	-	-	6.765	64.236
Contribuição de participantes	(8.268)	-	(75.564)	-	(83.832)
<b>CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO</b>	<b>49.213</b>	<b>476</b>	<b>62.941</b>	<b>10.908</b>	<b>123.538</b>

	Exercício de 2014				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO</b>					
Custo do Serviço	1.773	1.053	134.404	306	137.536
Custo dos juros	46.545	-	-	621	47.166
Contribuição de participantes	(8.106)	-	(71.475)	-	(79.581)
<b>CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO</b>	<b>40.212</b>	<b>1.053</b>	<b>62.929</b>	<b>927</b>	<b>105.121</b>

## MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>(545.856)</b>	<b>(34.406)</b>	<b>(150.177)</b>	<b>24.482</b>	<b>(705.957)</b>
Ganhos e perdas	(258.405)	1.053	(47.790)	(49.163)	(354.305)
Tributos Diferidos	(225.547)	919	(41.712)	(42.912)	(309.252)
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>(1.029.808)</b>	<b>(32.434)</b>	<b>(239.679)</b>	<b>(67.593)</b>	<b>(1.369.514)</b>
Ganhos e perdas	(249.609)	476	49.388	121	(199.624)
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>(1.279.417)</b>	<b>(31.958)</b>	<b>(190.291)</b>	<b>(67.472)</b>	<b>(1.569.138)</b>

## ANÁLISES DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES

	PLANO BD				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	2.610.520	2.508.589	2.512.741	2.609.488	2.560.273
Valor justo dos ativos do plano	2.092.453	2.092.453	2.092.453	2.092.453	2.092.453
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>(518.067)</b>	<b>(416.136)</b>	<b>(420.288)</b>	<b>(517.035)</b>	<b>(467.820)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,0%	-2,0%	-1,9%	1,9%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	10,7%	-11,0%	-10,2%	10,5%	-

	PLANO BS				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	780.290	758.646	751.423	788.748	769.692
Valor justo dos ativos do plano	1.196.109	1.196.109	1.196.109	1.196.109	1.196.109
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>415.819</b>	<b>437.463</b>	<b>444.686</b>	<b>407.361</b>	<b>426.417</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	1,4%	-1,4%	-2,4%	2,5%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	-2,5%	2,6%	4,3%	-4,5%	-

	PLANO CD				
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	2.022.624	2.012.946	2.002.067	2.034.491	2.017.921
Valor justo dos ativos do plano	2.008.636	2.008.636	2.008.636	2.008.636	2.008.636
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>(13.988)</b>	<b>(4.310)</b>	<b>6.569</b>	<b>(25.855)</b>	<b>(9.285)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,2%	-0,2%	-0,8%	0,8%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	49,3%	-52,1%	-166,7%	174,2%	-

SEGURO DE VIDA					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
<b>Montantes do:</b>					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	66.117	65.998	65.353	66.783	66.060
<b>Superávit / (Déficit) técnico do plano</b>	<b>(66.117)</b>	<b>(65.998)</b>	<b>(65.353)</b>	<b>(66.783)</b>	<b>(66.060)</b>
<b>Variações:</b>					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,1%	-

## PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Planos previdenciários	1.090.774	876.597
Seguro de vida	66.060	55.273
<b>Total</b>	<b>1.156.834</b>	<b>931.870</b>
<b>Circulante</b>	<b>25.876</b>	<b>91.296</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.130.958</b>	<b>840.574</b>

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

## OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 156.599 (R\$ 157.018, em 2014).

## 28 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b><u>Circulante</u></b>				
Taxa de fiscalização da Aneel	1.607	311	1.607	311
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	11.415	10.220	11.415	10.220
Aquisição de imóveis – acampamento	923	1.493	923	1.493
Convênio MME	4.210	4.210	4.210	4.210
Cauções em garantia	2.940	3.332	2.940	3.332
Acordo Chesf/Senai	1.341	1.469	1.341	1.469
Entidade seguradora	98	149	98	149
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	-	73	-
Outros	3.936	2.616	35.402	5.063
	<b>27.896</b>	<b>25.153</b>	<b>59.362</b>	<b>27.600</b>
<b><u>Não Circulante</u></b>				
FGTS Conta-Empresa	4.552	4.347	4.552	4.347
Eletropar	19	1.456	19	1.456
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/13	90.461	-	90.461	-
Outros	-	-	-	7.796
	<b>95.032</b>	<b>5.803</b>	<b>95.032</b>	<b>13.599</b>
<b>Total</b>	<b>122.928</b>	<b>30.956</b>	<b>154.394</b>	<b>41.199</b>

## 29 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	Provisão em 31/12/2014	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2015
Trabalhistas	144.284	9.811	(9.570)	144.525
Cíveis	1.328.989	336.107	(166.412)	1.498.684
Ambientais	165	-	-	165
Fiscais	9.478	7.684	-	17.162
<b>Total</b>	<b>1.482.916</b>	<b>353.602</b>	<b>(175.982)</b>	<b>1.660.536</b>

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

**1) Destacam-se as seguintes ações com *risco de perda provável*:**

- 1.1)** A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram em paralelo reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo – por questões incidentais – e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por ajuizar inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf (RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento e objeto de segundos Embargos de Declaração, que, de igual modo foram negados. Ato contínuo, foram apresentados embargos de divergência em recurso especial que, em 31/12/2015, ainda estavam pendentes de julgamento tanto pela Corte Especial quanto pela Primeira Seção do mesmo STJ. Em fevereiro de 2016, os embargos de divergência de competência da Corte Especial foram rejeitados liminarmente pelo Relator, Ministro Luiz Felipe Salomão. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, que ainda está pendente de julgamento pelo colegiado do STJ.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal – e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores – no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais): todos estes recursos, em 31/12/2015, aguardam apreciação pelos respectivos Tribunais Superiores.

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito – processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF, sendo esta a situação do feito em 31/12/2015. Em fevereiro/2015 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado, cujo acórdão ainda aguarda publicação.

Em agosto/2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias – e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R\$ 1.035 milhão. Houve determinação de penhora *on line*, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R\$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito **indeferido** pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A referida penhora ainda não foi formalizada.

Considerando o andamento de todo o conjunto processual acima referido e todos os julgamentos aos recursos até então apresentados, a Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 1.071.554 para fazer face a eventuais perdas decorrentes desse assunto. Esta provisão corresponde, por um lado, aos pagamentos à época vencidos e não tempestivamente liquidados pela Companhia referidos ao Fator K (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996), e, por outro lado, ao montante liquidatório homologado pelo TJPE atualizado pelos critérios daquele mesmo julgado e ajustado pelas parcelas ainda controvertidas pela Chesf naquele mesmo feito, mediante o correspondente recurso especial anteriormente referido.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2)** Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (Proc. 0085/1993). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a interrupção da execução do processo principal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 31/12/2015, estava a ação rescisória ainda pendente de julgamento.

- 1.3)** Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinícola Santa Maria S.A), Processo nº0028240-80.2002.8.17.0001 - 1ª VC/Recife-PE, em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1.ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que não foi provido, e Agravo Regimental, que também não foi provido, resultando no trânsito em julgado do processo. A Companhia já realizou depósitos judiciais no importe de R\$ 61.004, que já foi levantado pela parte adversa e aguarda-se que seja proferida sentença de extinção da execução.

- 1.4)** Ação de desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento - processo 0000538-66.2007.805.0245 - agora como parte Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor pago no processo. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000.

- 2)** A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Trabalhistas	151.525	99.762
Ambientais	4.210	3.700
Cíveis e fiscais	4.870.339	2.734.225
<b>Total</b>	<b>5.026.074</b>	<b>2.837.687</b>

- 2.1)** Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1)** Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo



verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. A Chesf interpôs Recurso Especial e a parte adversa interpôs recursos especial e extraordinário, os quais se encontram aguardando juízo de admissibilidade.

- 2.1.2)** Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no pólo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo. Em 18/11/2014 foi realizada nova audiência, para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à entrega do laudo, que deverá ocorrer no início do ano de 2016.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF - 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interuseram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como "possível", no montante estimado de R\$ 110.000.

- 2.1.4)** Ação declaratória com pedido de indenização (Proc. nº 7125-2009/434-78.2009.8.06.0115) proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando uma indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica na mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. Foi realizada perícia e, em seguida, a Companhia elaborou o incidente processual, protocolizando uma exceção de incompetência, que veio a ser negada. O processo tem estimativa de perda possível no valor de R\$ 70.000. A ação foi julgada procedente, havendo a Chesf apresentado apelação em 30/09/2012. Foi proposta execução de honorários atribuídos pelo juiz da causa a incidente de incompetência relativa, tendo sido manejada pela Chesf objeção de pré-executividade, bem como mandado de segurança a fim de obstar o pagamento dessa verba. No Mandado de Segurança impetrado pela Chesf, decisão do TJCE determinou a anulação dos atos praticados e a remessa dos autos à Justiça Federal. Todos os atos praticados pela Justiça Estadual foram anulados e o processo foi distribuído à 15ª Vara Federal do Ceará, sob o nº 0000033-04.2013.4.05.8101, passando a União Federal a figurar como litisconsorte passivo. Em 15/10/2013, o Juízo da 15ª Vara Federal/CE proferiu sentença favorável à Chesf em face da prescrição e condenou a Carbomil Química S.A. a pagar honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. A autora da ação interpôs recurso de apelação cível (AC568404-CE), o qual foi julgado no dia 11/06/2014 e negado provimento. A Carbomil Química S.A. opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em acórdão transitado em julgado. Os autos foram remetidos à vara de origem e a Chesf requereu o cumprimento de sentença quanto aos honorários advocatícios.
- 2.1.5)** Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco - MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT), dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. Em 11/10/2013 foi publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por

unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo Ministério Público Federal, os quais foram rejeitados. Após a rejeição dos embargos opostos pelo Ministério Público Federal, os reassentados, na condição de terceiros interessados, opuseram novos embargos de declaração, os quais foram igualmente rejeitados. Os reassentados interpuseram Recurso Extraordinário, cujo processamento foi indeferido pelo STJ. Contra esse indeferimento, os terceiros interessados apresentaram agravo com a finalidade de desconstituir a decisão do STJ que inadmitiu o Recurso Especial. O Agravo encontra-se pendente de julgamento em 31/12/2015.

- 2.1.6)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 598.500. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os Recursos Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ, onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos.
- 2.1.7)** Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a CHESF e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que, em 31/12/2015, aguardam julgamento.
- 2.1.8)** Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres De Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067.447,95, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Em 31/12/2015 o processo se encontrava em fase de conhecimento, tendo sido oferecida contestação.
- 2.1.9)** Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação aos 23/10/2015, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou "não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica". Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARES 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Foram interpostos embargos de declaração pela Mendes Júnior, tendo sido concedida vista à Chesf. Em 31/12/2015, os embargos de declaração estavam pendentes de julgamento pelo STJ.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

#### 4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

### 30 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 31/12/2015, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Camaçari	80.441	91.122
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	5.353	7.397
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	10.128	5.006
Linha de transmissão - Irecê/Morro do Chapéu	-	625
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	51.024	7.657
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	99.080	2.917
Linha de transmissão - Pólo	986	-
<b>Total</b>	<b>247.012</b>	<b>114.724</b>

A variação ocorrida na rubrica Camaçari foi decorrente do registro de reversão de contrato oneroso advinda das premissas para o cálculo, onde foram contempladas as receitas de geração das usinas, definidas pela Resolução nº 1.924, de 28 de julho de 2015, adicionados PIS/PASEP, COFINS e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Quanto aos contratos de transmissão, as premissas adotadas no cálculo de contrato oneroso contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão autorizadas pela Resolução nº 1.918, de 23 de junho de 2015, uma taxa de desconto de 7,00% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

### 31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

#### 31.1 – Compra de energia

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2016/2017	2018/2019	2020	A partir de 2020 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.463.475	3.308.139	165.597	13.304.829
	Preço médio (R\$)	177,82	185,63	198,72	324,82

#### 31.2 – Venda de energia

Posições vendidas		2016/2017	2018/2019	2020	A partir de 2020 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	13.068.251	10.483.227	5.274.863	71.868.298
	Preço médio (R\$)	146,67	185,63	198,72	324,82

#### 31.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2016/2017	2018/2019	2020	Após 2020
Complexo Eólico Pindaí I	45.100	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	24.400	-	-	-
ESBR Participações S.A.	638.600	-	-	-
Norte Energia S.A.	52.494	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	9.645	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	15.000	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	1.176	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	28.438	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	5.550	-	-	-
<b>Total</b>	<b>820.403</b>	-	-	-

#### 31.4 – Imobilizado

	2016/2017	2018/2019	2020	Após 2020
Indústria Const. e Mont. Ingelec S.A.	16.337	-	-	-
Sadesul Projetos e Construções Ltda.	4.804	-	-	-
Pinturas Ypiranga Ltda.	2.749	11.945	-	-
Real Energy Ltda.	1.203	964	775	-
Energy Power Ltda.	1.148	-	-	-
Ecil Informática Indústria e Comércio Ltda.	982	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27.223</b>	<b>12.909</b>	<b>775</b>	-

A Companhia possui um empreendimento em energia eólica denominado UEE Casa Nova, no qual sua expectativa é que para conclusão da obra sejam realizados investimentos adicionais da ordem de R\$ 385 milhões.

### 32 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Participações da União	69.456	69.456
Doações e subvenções para investimentos	36.138	36.138
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
Reversões e Amortizações	(23.960)	(19.612)
<b>Total</b>	<b>82.240</b>	<b>86.588</b>

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

### 33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### • Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2014), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2015						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

31/12/2014						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	<b>54.151</b>	<b>100,000</b>	<b>1.754</b>	<b>100,000</b>	<b>55.905</b>	<b>100,000</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

- **Reservas de Capital**

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	<b>4.916.199</b>	<b>4.916.199</b>

- **Outros Resultados Abrangentes**

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 199.624 (perdas de R\$ 663.557, em 2014), perfazendo um montante acumulado de R\$ 1.569.138 (R\$ 1.369.514, em 2014).

- **Prejuízos acumulados**

De acordo com a legislação societária o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem, permanecendo seu saldo na conta de prejuízos acumulados para compensação de resultados positivos futuros antes de qualquer participação.

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com um prejuízo acumulado de R\$ 4.252.682.

- **Remuneração aos acionistas**

A Companhia apurou no exercício encerrado em 31/12/2015 um prejuízo de R\$ 475.864.

Em função do resultado do exercício e da existência e prejuízos acumulados, não foi proposta a distribuição de dividendos conforme preceitua a legislação societária.



### 34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>			
<b><u>GERAÇÃO</u></b>			
Fornecimento de energia elétrica	1.185.628	1.185.628	886.567
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.338.706	1.338.706	1.346.713
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	223.285	223.285	152.364
Receita de construção	50.953	50.953	88.641
Outras receitas operacionais	5.362	5.362	4.814
<b><u>TRANSMISSÃO</u></b>			
Operação e manutenção do sistema de transmissão	907.531	919.387	765.778
Receita de construção	744.196	949.042	896.186
Receita financeira	22.398	81.743	56.690
Outras receitas operacionais	20.147	20.147	12.258
	<b>4.498.206</b>	<b>4.774.253</b>	<b>4.210.011</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>			
Encargos setoriais			
Reserva Global de Reversão – RGR	(14.293)	(15.424)	(30.128)
Pesquisa e Desenvolvimento	(30.183)	(30.565)	(26.010)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(9.778)	(9.778)	(6.658)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(134.921)	(134.921)	(140.235)
Proinfa	(52.352)	(52.352)	(53.095)
ICMS sobre energia elétrica	(146.428)	(146.428)	(113.073)
ISS	(893)	(893)	(818)
PIS/Pasep	(57.154)	(61.364)	(49.330)
Cofins	(263.272)	(282.666)	(227.229)
	<b>(709.274)</b>	<b>(734.391)</b>	<b>(646.576)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.788.932</b>	<b>4.039.862</b>	<b>3.563.435</b>

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

### 35 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 270.218 (R\$ 276.708, em 2014) com a seguinte composição:

	Controladora	Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Reserva Global de Reversão – RGR	14.293	15.424	30.128
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	30.183	30.565	26.010
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.778	9.778	6.658
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	52.352	52.352	53.095
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	11.508	11.674	7.648
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	144.612	144.612	152.290
Encargo de Energia de Reserva – EER	7.492	7.492	879
<b>Total</b>	<b>270.218</b>	<b>271.897</b>	<b>276.708</b>

### 36 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2015			31/12/2014
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	-	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	-	673.906	732.110
Custo de construção	795.149	-	795.149	984.827
Pessoal	343.987	582.821	926.808	870.812
Material	10.118	15.352	25.470	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	-	176.425	362.811
Serviço de terceiros	89.961	121.890	211.851	197.802
Depreciação e amortização	34.283	72.241	106.524	105.226
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.691	-	9.691	12.055
Reversão contrato oneroso	132.288	-	132.288	(1.319.527)
Benefícios pós-emprego	-	123.537	123.537	105.121
Arrendamentos e aluguéis	5.266	10.145	15.411	16.588
Tributos	312	10.093	10.405	12.184
Provisões para contingências	-	353.602	353.602	155.666
Provisão (reversão) impairment	-	363.742	363.742	443.197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	84.815	84.815	39.547
Perdas com clientes	-	58.560	58.560	17.385
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	-	-	(246.915)
Outras provisões (reversões) operacionais	-	48.026	48.026	68.368
Outros	(45.838)	23.492	(22.346)	180.411
<b>Total</b>	<b>2.571.898</b>	<b>1.868.316</b>	<b>4.440.214</b>	<b>3.383.277</b>

Neste exercício as principais variações ocorridas nos custos e despesas operacionais da Companhia foram decorrentes das provisão/reversão de contrato oneroso conforme descrito na nota 30 e da provisão para contingências conforme descrito na nota 29.

No exercício de 2014, os principais destaques foram nas rubricas de reversão de contrato oneroso conforme nota 30, e da reversão de provisão para perdas na realização de investimentos, em reforços e melhorias nas instalações alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, conforme nota 14.

	Consolidado			
	31/12/2015			31/12/2014
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	346.350	-	346.350	620.038
Encargos de uso da rede de transmissão	673.906	-	673.906	732.110
Custo de construção	999.995	-	999.995	984.827
Pessoal	349.303	584.738	934.041	871.274
Material	10.258	15.359	25.617	25.571
Combustíveis para a produção de energia	176.425	-	176.425	362.811
Serviço de terceiros	95.111	123.493	218.604	198.158
Depreciação e amortização	34.302	72.263	106.565	105.230
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.691	-	9.691	12.055
Reversão contrato oneroso	132.288	-	132.288	(1.319.527)
Benefícios pós-emprego	-	123.537	123.537	105.121
Arrendamentos e aluguéis	5.689	13.965	19.654	16.691
Tributos	454	13.121	13.575	12.196
Provisões para contingências	-	353.602	353.602	155.666
Provisão impairment	-	377.515	377.515	443.197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	84.815	84.815	39.547
Perdas com clientes	-	58.560	58.560	17.385
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	-	-	-	(246.915)
Outras provisões (reversões) operacionais	-	48.026	48.026	68.368
Outros	(52.941)	22.486	(30.455)	180.586
<b>Total</b>	<b>2.780.831</b>	<b>1.891.480</b>	<b>4.672.311</b>	<b>3.384.389</b>

### 37 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Receitas Financeiras</b>				
Resultado de aplicações financeiras	130.743	242.901	138.114	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	109.593	62.527	110.254	62.527
Outras variações monetárias ativas	2.926	3.077	2.926	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(70.597)	425.672	(70.597)	425.672
Outras receitas financeiras	67.698	78.702	68.418	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(11)	(40)	(286)	(36)
	<b>240.352</b>	<b>812.839</b>	<b>248.829</b>	<b>813.315</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(143.371)	(131.496)	(143.371)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(881)	(682)	(881)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(615)	(144)	(615)	(144)
Outras despesas financeiras	(34.954)	(31.172)	(37.933)	(31.263)
	<b>(179.821)</b>	<b>(163.494)</b>	<b>(182.800)</b>	<b>(163.585)</b>
<b>Total</b>	<b>60.531</b>	<b>649.345</b>	<b>66.029</b>	<b>649.730</b>

### 38 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(583.334)</b>	<b>660.029</b>	<b>(582.986)</b>	<b>660.058</b>
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	198.334	224.410	198.215	224.420
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	134.596	1.497.519	134.596	1.497.519
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	(225.460)	56.038	(225.817)	56.057
<b>Imposto de renda e contribuição social apurados</b>	<b>107.470</b>	<b>1.777.967</b>	<b>106.994</b>	<b>1.777.996</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>(35.722)</b>	-	<b>(26.665)</b>	-
Contribuição Social	(10.105)	-	(7.661)	-
Imposto de Renda	(25.617)	-	(19.004)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>143.192</b>	<b>(1.777.967)</b>	<b>133.659</b>	<b>(1.777.996)</b>
Contribuição Social	37.904	(527.025)	32.034	(527.036)
Imposto de Renda	105.288	(1.250.942)	101.625	(1.250.960)
<b>Imposto de renda do período e contribuição social</b>	<b>107.470</b>	<b>(1.777.967)</b>	<b>106.994</b>	<b>(1.777.996)</b>

### 39 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020, e para o contrato número 010/2007, para os anos de 2014 a 2023.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No ano de 2015, a Companhia não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido lucro da exploração.

## 40 – PREJUÍZO POR AÇÃO

### a) Prejuízo Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Básico</b>						
<b>Numerador</b>						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(460.934)	(14.930)	(475.864)	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)
<b>Denominador</b>						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
<b>Prejuízo básico por ação em R\$</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(20,00)</b>	<b>(20,00)</b>	<b>(20,00)</b>

### b) Prejuízo Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da quantidade média ponderada de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados. A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para o resultado apurado no exercício de 2015.

	31/12/2015			31/12/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Diluído</b>						
<b>Numerador</b>						
Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	(460.934)	(14.930)	(475.864)	(1.082.863)	(35.075)	(1.117.938)
<b>Denominador</b>						
Quantidade com a conversão pressuposta	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
<b>Prejuízo diluído por ação em R\$</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(8,51)</b>	<b>(20,00)</b>	<b>(20,00)</b>	<b>(20,00)</b>

#### 41 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	515	-	-	956	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	29.751	-	-	42.385	-
	Contas a pagar	-	752	-	-	476	-
	Despesa financeira	-	-	(2.818)	-	-	(3.269)
		<b>515</b>	<b>30.503</b>	<b>(2.818)</b>	<b>956</b>	<b>42.861</b>	<b>(3.269)</b>
Furnas	Clientes	3.576	-	-	3.085	-	-
	Fornecedores	-	4.637	-	-	11.646	-
	Energia comprada	-	-	-	-	-	(70.080)
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(53.185)	-	-	(56.300)
		<b>3.576</b>	<b>4.637</b>	<b>(53.185)</b>	<b>3.085</b>	<b>11.646</b>	<b>(126.380)</b>
Eletrosul	Clientes	80	-	-	55	-	-
	Contas a receber	39	-	-	36	-	-
	Fornecedores	-	3.836	-	-	5.583	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(48.946)	-	-	(56.554)
		<b>119</b>	<b>3.836</b>	<b>(48.946)</b>	<b>91</b>	<b>5.583</b>	<b>(56.554)</b>
Eletronorte	Clientes	3.152	-	-	3.966	-	-
	Fornecedores	-	3.682	-	-	5.154	-
	Contas a receber	36	-	-	16	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(44.449)	-	-	(44.169)
		<b>3.188</b>	<b>3.682</b>	<b>(44.449)</b>	<b>3.982</b>	<b>5.154</b>	<b>(44.169)</b>
Eletronuclear	Clientes	555	-	-	535	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	40	-
		<b>555</b>	-	-	<b>535</b>	<b>40</b>	-
CGTEE	Clientes	311	-	-	236	-	-
		<b>311</b>	-	-	<b>236</b>	-	-
Eletropar	Contas a receber	4.613	-	-	14.693	-	-
	(-) Provisão para perdas	-	-	-	(13.237)	-	-
	Adiantamento a fornecedores	-	-	-	5.279	-	-
	Contas a pagar	-	92	-	-	1.456	-
		<b>4.613</b>	<b>92</b>	-	<b>6.735</b>	<b>1.456</b>	-
Ceal	Clientes	43.115	-	-	35.911	-	-
	Contas a receber	346	-	-	48	-	-
	Contas a pagar	-	102	-	-	90	-
	Suprimento de energia	-	-	26.026	-	-	27.283
		<b>43.461</b>	<b>102</b>	<b>26.026</b>	<b>35.959</b>	<b>90</b>	<b>27.283</b>
Fachesf	Fornecedores	-	1.720	-	-	10.719	-
	Contribuição normal	-	11.415	-	-	10.220	-
	Despesa financeira	-	-	(133.698)	-	-	(55.871)
	Despesas operacionais	-	-	(20.411)	-	-	(17.401)
	Despesas atuariais	-	-	(123.537)	-	-	(105.121)
		-	<b>13.135</b>	<b>(277.646)</b>	-	<b>20.939</b>	<b>(178.393)</b>
Celg - D	Clientes	3.915	-	-	4.124	-	-
	Suprimento de energia	-	-	39.133	-	-	39.777
		<b>3.915</b>	-	<b>39.133</b>	<b>4.124</b>	-	<b>39.777</b>

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cepisa	Cientes	4.845	-	-	4.315	-	-
	Suprimento de energia	-	-	27.859	-	-	29.332
		<b>4.845</b>	-	<b>27.859</b>	<b>4.315</b>	-	<b>29.332</b>
STN	Contas a receber	273	-	-	263	-	-
	Partic. societária permanente	176.941	-	-	163.434	-	-
	Fornecedores	-	1.042	-	-	1.250	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	3.231	-	-	2.841
	Equivalência patrimonial	-	-	45.475	-	-	46.014
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(10.362)	-	-	(12.427)
		<b>177.214</b>	<b>1.042</b>	<b>38.344</b>	<b>163.697</b>	<b>1.250</b>	<b>36.428</b>
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	42.084	-	-	41.064	-	-
	Fornecedores	-	834	-	-	971	-
	Dividendos	1.209	-	-	-	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(8.074)	-	-	(9.496)
	Equivalência patrimonial	-	-	6.727	-	-	5.573
		<b>43.293</b>	<b>834</b>	<b>(1.347)</b>	<b>41.064</b>	<b>971</b>	<b>(3.923)</b>
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	103.307	-	-	89.580	-	-
	Cientes	180	-	-	159	-	-
	Dividendos	2.181	-	-	1.124	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	13.533	-	-	2.030
		<b>105.668</b>	-	<b>13.533</b>	<b>90.863</b>	-	<b>2.030</b>
ESBR Participações S.A.	Cientes	4.526	-	-	2.295	-	-
	Partic. societária permanente	1.396.062	-	-	1.453.682	-	-
	Fornecedores	-	27.876	-	-	9.872	-
	Energia comprada	-	-	(219.637)	-	-	(31.200)
	AFAC	105.200	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(147.620)	-	-	(230.788)
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(600)	-
		<b>1.505.788</b>	<b>27.876</b>	<b>(367.257)</b>	<b>1.455.977</b>	<b>9.272</b>	<b>(261.988)</b>
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	489.031	-	-	444.155	-	-
	Fornecedores	-	3.154	-	-	3.969	-
	Dividendos	13.575	-	-	7.257	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	58.853	-	-	32.388
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(32.242)	-	-	(31.830)
		<b>502.606</b>	<b>3.154</b>	<b>26.611</b>	<b>451.412</b>	<b>3.969</b>	<b>558</b>
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	244.950	-	-	215.793	-	-
	Dividendos	50	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	1.018	-	-	1.797	-
	Encargo de uso de rede	-	-	(11.554)	-	-	(10.485)
	AFAC	-	-	-	14.625	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	11.787	-	-	8.755	
		<b>245.000</b>	<b>1.018</b>	<b>233</b>	<b>230.418</b>	<b>1.797</b>	<b>(1.730)</b>
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.449	-	-	4.724	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	12.351	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(322)	-	-	4.164
		<b>16.627</b>	-	<b>(322)</b>	<b>17.075</b>	-	<b>4.164</b>
TDG	Partic. societária permanente	7.236	-	-	28.013	-	-
	Contas a receber	355	-	-	429	-	-
	Fornecedores	-	169	-	-	181	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	4.217	-	-	4.187
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-
	Encargo de uso da rede de transmissão	-	-	(1.580)	-	-	(1.787)
Equivalência patrimonial	-	-	(20.777)	-	-	(23.968)	
		<b>108.591</b>	<b>169</b>	<b>(18.140)</b>	<b>129.442</b>	<b>181</b>	<b>(21.568)</b>
Norte Energia S.A.	Partic. societária permanente	1.042.090	-	-	804.066	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(7.225)	-	-	(32.508)
		<b>1.042.090</b>	-	<b>(7.225)</b>	<b>804.066</b>	-	<b>(32.508)</b>

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Ceron	Clientes	565	-	-	999	-	-
	Suprimento de energia	-	-	4.120	-	-	4.044
	Contas a pagar	-	104	-	-	-	-
		<b>565</b>	<b>104</b>	<b>4.120</b>	<b>999</b>	-	<b>4.044</b>
Eletroacre	Clientes	289	-	-	361	-	-
	Suprimento de energia	-	-	3.635	-	-	3.759
		<b>289</b>	-	<b>3.635</b>	<b>361</b>	-	<b>3.759</b>
Complexo Eólico Sento Sé I	Clientes	24	-	-	21	-	-
	Contas a receber	28	-	-	27	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	335	-	-	273
	Partic. societária permanente	56.903	-	-	51.323	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	6.672	-	-	2.123
	Dividendos	1.350	-	-	258	-	-
		<b>58.305</b>	-	<b>7.007</b>	<b>51.629</b>	-	<b>2.396</b>
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	56.099	-	-	35.477	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(442)	-	-	(81)
		<b>56.099</b>	-	<b>(442)</b>	<b>35.477</b>	-	<b>(81)</b>
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	1.513	-	-	1.576	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(63)	-	-	(14)
		<b>1.513</b>	-	<b>(63)</b>	<b>1.576</b>	-	<b>(14)</b>
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(11.525)	-	-	(10.925)
		-	-	<b>(11.525)</b>	-	-	<b>(10.925)</b>
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	318.972	-	-	181.526	-	-
	AFAC	-	-	-	20.629	-	-
	Dividendos	5.780	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	26.361	-	-	16.717
		<b>324.752</b>	-	<b>26.361</b>	<b>202.155</b>	-	<b>16.717</b>
VamCruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	73.368	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	506	-	-	-
	Dividendos	523	-	-	-	-	-
	AFAC	66.892	-	-	-	-	-
		<b>140.783</b>	-	<b>506</b>	-	-	-
Complexo Eólico VamCruz	Partic. societária permanente	-	-	-	72.993	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(42)
		-	-	-	<b>72.993</b>	-	<b>(42)</b>
Extremoz	Contas a receber	23	-	-	603	-	-
	Partic. societária permanente	36.079	-	-	7.180	-	-
	Fornecedores	-	280	-	-	106	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	296	-	-	211
	Encargo de uso de rede	-	-	(1.769)	-	-	(211)
	AFAC	590.189	-	-	453.761	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	28.899	-	-	5.675
		<b>626.291</b>	<b>280</b>	<b>27.426</b>	<b>461.544</b>	<b>106</b>	<b>5.675</b>
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	109.497	-	-	-	-	-
	AFAC	14.040	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(9.560)	-	-	-
		<b>123.537</b>	-	<b>(9.560)</b>	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Partic. societária permanente	-	-	-	119.057	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1)
		-	-	-	<b>119.057</b>	-	<b>(1)</b>



Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2015			31/12/2014		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	142.187	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.358)	-	-	-
		<b>142.187</b>	-	<b>(2.358)</b>	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	Partic. societária permanente	-	-	-	108.022	-	-
		-	-	-	<b>108.022</b>	-	-
Amazonas Distribuidora	Cientes	275	-	-	2.463	-	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	73	-
		<b>275</b>	-	-	<b>2.463</b>	<b>73</b>	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Partic. societária permanente	97.374	-	-	-	-	-
	AFAC	25.005	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(592)	-	-	-
		<b>122.379</b>	-	<b>(592)</b>	-	-	-
Complexo Eólico Serra das Vacas	Partic. societária permanente	-	-	-	57.877	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(486)
		-	-	-	<b>57.877</b>	-	<b>(486)</b>
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	89.526	-	-	87.047	-	-
	AFAC	36.750	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.479	-	-	(4.249)
		<b>126.276</b>	-	<b>2.479</b>	<b>87.047</b>	-	<b>(4.249)</b>
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	337.731	-	-	85.866	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(2.748)	-	-	(784)
		<b>337.731</b>	-	<b>(2.748)</b>	<b>85.866</b>	-	<b>(784)</b>
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	148.518	-	-	34.790	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.545)	-	-	28
		<b>148.518</b>	-	<b>(1.545)</b>	<b>34.790</b>	-	<b>28</b>
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	76.607	-	-	10.435	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(623)	-	-	(20)
		<b>76.607</b>	-	<b>(623)</b>	<b>10.435</b>	-	<b>(20)</b>

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

### **Eletrobras (Controladora)**

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 24;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

### **Furnas**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;

### **Eletrosul**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

### **Eletronorte**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão;

### **Eletronuclear**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**CGTEE**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**Eletropar**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;

**Ceal**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**Fachesf**

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

**Celq – D**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**Cepisa**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;

**Integração Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

**Energética Águas da Pedra S.A.**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

**ESBR Participações S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

**Interligação Elétrica do Madeira S.A.**

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

**Manaus Transmissora de Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

**Manaus Construtora Ltda.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

**TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

**Norte Energia S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;

**Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre**

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

**Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contrato celebrado para prestação de serviços;
- Remuneração pelo capital investido.

**Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

**Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;

**Cepel**

- Contrato de contribuição mensal como associado.

**Interligação Elétrica Garanhuns S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

**Vamcruz I Participações S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

**Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

**Chapada do Piauí I Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

**Chapada do Piauí II Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

- Empregados requisitados;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

**Eólica Serra das Vacas Holding S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

**Companhia Energética SINOP S.A.**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

**Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

**Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)**

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.

**Remuneração de pessoal-chave**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.483	2.887
Encargos Sociais	833	665
Benefícios	523	478
<b>Total</b>	<b>4.839</b>	<b>4.030</b>

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

## 42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 42.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Clientes	377.808	373.104	383.365	373.104
Ativo financeiro – concessão de serviço público	3.973.420	3.580.493	4.635.731	3.580.493
Adiantamentos a investidas	-	590.015	-	590.015
Financiamentos e empréstimos	4.009	7.340	4.009	7.340
<b>Mantidos até o vencimento</b>				
Títulos e valores mobiliários	8.060	8.298	8.060	8.298
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	2.093.532	487.822	2.093.532
Cauções e depósitos vinculados	124.157	77.120	124.185	77.120
<b>Mensurados a valor justo</b>				
Títulos e valores mobiliários	482.756	678.495	482.756	678.495
Caixa e equivalentes de caixa	153.896	636.153	373.867	658.063
<b>Total Ativos financeiros</b>	<b>5.611.928</b>	<b>8.044.550</b>	<b>6.499.795</b>	<b>8.066.460</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mensurados ao custo amortizado</b>				
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.207.567	1.450.646	1.207.567
Fornecedores	371.848	499.024	384.549	509.900
<b>Total Passivos financeiros</b>	<b>1.822.494</b>	<b>1.706.591</b>	<b>1.835.195</b>	<b>1.717.467</b>

#### 42.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- **Cientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- **Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- **Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional – NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

- **Adiantamentos a investidas**

São decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs para as SPEs, permitindo que estas honrem seus compromissos assumidos e necessários à viabilização dos empreendimentos. Estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável, de acordo com os respectivos contratos

#### **42.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias**

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2015. Destacam-se: os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e ao BNDES, que representam 83,89% do total dos financiamentos e empréstimos, destinados a provisão de fundos da conta corrente de depósitos e a investimentos corporativos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 2,05% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 86,4% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 5,0% ao ano, e taxa de administração de 2,0%. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

#### **42.2- GESTÃO DE RISCO**

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora e Consolidado			
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
<b>Ativos</b>				
IPCA	658.769	2.211.853	658.769	2.211.853
<b>Total</b>	<b>658.769</b>	<b>2.211.853</b>	<b>658.769</b>	<b>2.211.853</b>
<b>Passivos</b>				
TJLP	197.858	-	-	-
RGR	739.983	915.673	739.983	915.673
IPCA	300	361	300	361
<b>Total</b>	<b>938.141</b>	<b>916.034</b>	<b>740.283</b>	<b>916.034</b>
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>279.372</b>	<b>(1.295.819)</b>	<b>81.514</b>	<b>(1.295.819)</b>

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

## Exposição ao Risco de Crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalente de caixa	6	153.896	636.153	373.867	658.063
Títulos e valores mobiliários	7	490.816	686.793	490.816	686.793
Clientes	8	377.808	375.764	383.365	375.764

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

### • Risco de liquidez

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>						
Fornecedores	371.848	371.848	371.848	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.163	136.163	136.163	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>						
Fornecedores	499.024	499.024	499.024	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>						
Fornecedores	384.549	384.549	384.549	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.778	136.778	136.778	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>						
Fornecedores	509.900	509.900	509.900	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.207.567	1.468.431	339.040	364.585	764.806	-
Obrigações estimadas	122.832	122.832	122.832	-	-	-



#### 42.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.207.567	1.450.646	1.207.567
(-)Caixa e equivalentes de caixa	153.896	636.153	373.867	658.063
<b>Dívida líquida</b>	<b>1.296.750</b>	<b>571.414</b>	<b>1.076.779</b>	<b>549.504</b>
Patrimônio líquido	8.848.332	9.523.820	8.864.214	9.523.869
<b>Total do capital</b>	<b>10.145.082</b>	<b>10.095.234</b>	<b>9.940.993</b>	<b>10.073.373</b>
<b>Índice de alavancagem financeira</b>	12,8%	5,7%	10,8%	5,5%

#### 42.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Instrumentos Financeiros	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários	482.756	482.756	678.495	678.495
Aplicações financeiras	142.985	142.985	624.912	624.912
<b>Total</b>	<b>625.741</b>	<b>625.741</b>	<b>1.303.407</b>	<b>1.303.407</b>

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-	482.756
Aplicações financeiras	142.985	-	-	142.985
<b>Total</b>	<b>625.741</b>	-	-	<b>625.741</b>
	31/12/2014			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-
Aplicações financeiras	624.912	-	-	624.912
<b>Total</b>	<b>1.303.407</b>	-	-	<b>1.303.407</b>

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2015</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-	482.756
Aplicações financeiras	314.181	-	-	314.181
<b>Total</b>	<b>796.937</b>	-	-	<b>796.937</b>
	<b>31/12/2014</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários	678.495	-	-	678.495
Aplicações financeiras	646.821	-	-	646.821
<b>Total</b>	<b>1.325.316</b>	-	-	<b>1.325.316</b>

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

#### 42.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2015 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

#### Depreciação dos índices

	<b>Controladora e Consolidado</b>						
	<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>Índice</b>			<b>Valor</b>		
		<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I (-25%)</b>	<b>Cenário II (-50%)</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I (-25%)</b>	<b>Cenário II (-50%)</b>
<b>Ativos</b>							
IPCA	658.769	6,93	5,20	3,47	704.422	693.025	681.628
<b>Passivos</b>							
TJLP	197.858	7,00	5,25	3,50	211.708	208.246	204.783
IPCA	300	6,93	5,20	3,47	321	316	310
CDI	739.983	15,25	11,44	7,63	852.830	824.637	796.444
<b>Efeito líquido</b>	<b>(279.372)</b>				<b>(360.437)</b>	<b>(340.174)</b>	<b>(319.909)</b>

### Apreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2015	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
<b>Ativos</b>							
IPCA	658.769	6,93	8,66	10,40	704.422	715.818	727.281
<b>Passivos</b>							
TJLP	197.858	7,00	8,75	10,50	211.708	215.171	218.633
IPCA	300	6,93	8,66	10,40	321	326	331
CDI	739.983	15,25	19,06	22,88	852.830	881.024	909.291
<b>Efeito líquido</b>	<b>(279.372)</b>				<b>(360.437)</b>	<b>(380.703)</b>	<b>(400.974)</b>

**43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS**

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.252.844</b>	<b>1.536.088</b>	<b>3.788.932</b>	<b>1.974.241</b>	<b>1.589.194</b>	<b>3.563.435</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>						
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(346.350)	-	(346.350)	(620.038)	-	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.906)	-	(673.906)	(732.110)	-	(732.110)
<b>Custo de operação</b>						
Pessoal	(98.945)	(243.763)	(342.708)	(94.055)	(225.654)	(319.709)
Material	(3.370)	(6.748)	(10.118)	(3.995)	(6.641)	(10.636)
Combustíveis para a produção de energia	(176.425)	-	(176.425)	(362.811)	-	(362.811)
Serviço de terceiros	(28.056)	(61.901)	(89.957)	(24.730)	(62.289)	(87.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.691)	-	(9.691)	(12.055)	-	(12.055)
Depreciação e amortização	(34.283)	-	(34.283)	(36.359)	-	(36.359)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(8.482)	(3.026)	(11.508)	(3.460)	(4.188)	(7.648)
Reversão contrato oneroso	10.681	(142.969)	(132.288)	1.343.129	(23.602)	1.319.527
Outras	60.895	(9.127)	51.768	62.353	(3.598)	58.755
	<b>(1.307.932)</b>	<b>(467.534)</b>	<b>(1.775.466)</b>	<b>(484.131)</b>	<b>(325.972)</b>	<b>(810.103)</b>
<b>CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS</b>	<b>247</b>	<b>(1.530)</b>	<b>(1.283)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.627)</b>	<b>(1.887)</b>
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>(50.953)</b>	<b>(744.196)</b>	<b>(795.149)</b>	<b>(88.641)</b>	<b>(896.186)</b>	<b>(984.827)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>894.206</b>	<b>322.828</b>	<b>1.217.034</b>	<b>1.401.209</b>	<b>365.409</b>	<b>1.766.618</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(563.029)</b>	<b>(1.305.287)</b>	<b>(1.868.316)</b>	<b>(719.653)</b>	<b>(866.807)</b>	<b>(1.586.460)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>331.177</b>	<b>(982.459)</b>	<b>(651.282)</b>	<b>681.556</b>	<b>(501.398)</b>	<b>180.158</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>						
Ganhos em equivalência patrimonial	23.189	178.103	201.292	4.319	123.248	127.567
Perdas em equivalência patrimonial	(172.777)	(21.098)	(193.875)	(269.111)	(27.930)	(297.041)
	<b>(149.588)</b>	<b>157.005</b>	<b>7.417</b>	<b>(264.792)</b>	<b>95.318</b>	<b>(169.474)</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>						
Resultado de aplicações financeiras	79.244	51.499	130.743	135.021	107.880	242.901
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	94.081	15.512	109.593	52.515	10.012	62.527
Outras variações monetárias ativas	795	2.131	2.926	890	2.187	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(27.300)	(43.297)	(70.597)	336.011	89.661	425.672
Outras receitas financeiras	25.983	41.715	67.698	27.445	51.257	78.702
PIS/Pasep e Cofins	(8)	(3)	(11)	(23)	(17)	(40)
Encargos de dívidas	(36.320)	(107.051)	(143.371)	(32.335)	(99.161)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	2	(883)	(881)	-	(682)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(174)	(441)	(615)	(42)	(102)	(144)
Outras despesas financeiras	(19.466)	(15.488)	(34.954)	(18.463)	(12.709)	(31.172)
	<b>116.837</b>	<b>(56.306)</b>	<b>60.531</b>	<b>501.019</b>	<b>148.326</b>	<b>649.345</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>298.426</b>	<b>(881.760)</b>	<b>(583.334)</b>	<b>917.783</b>	<b>(257.754)</b>	<b>660.029</b>
Imposto de renda e contribuição social	73	107.397	107.470	(2.934.890)	1.156.923	(1.777.967)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>298.499</b>	<b>(774.363)</b>	<b>(475.864)</b>	<b>(2.017.107)</b>	<b>899.169</b>	<b>(1.117.938)</b>
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)

	Consolidado					
	31/12/2015			31/12/2014		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>2.252.844</b>	<b>1.787.018</b>	<b>4.039.862</b>	<b>1.974.241</b>	<b>1.589.194</b>	<b>3.563.435</b>
<b>CUSTO OPERACIONAL</b>						
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(346.350)	-	(346.350)	(620.038)	-	(620.038)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.906)	-	(673.906)	(732.110)	-	(732.110)
<b>Custo de operação</b>						
Pessoal	(98.945)	(249.079)	(348.024)	(94.055)	(225.654)	(319.709)
Material	(3.370)	(6.888)	(10.258)	(3.995)	(6.641)	(10.636)
Combustíveis para a produção de energia	(176.425)	-	(176.425)	(362.811)	-	(362.811)
Serviço de terceiros	(28.056)	(67.051)	(95.107)	(24.730)	(62.289)	(87.019)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.691)	-	(9.691)	(12.055)	-	(12.055)
Depreciação e amortização	(34.283)	(19)	(34.302)	(36.359)	-	(36.359)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(8.482)	(3.192)	(11.674)	(3.460)	(4.188)	(7.648)
Reversão contrato oneroso	10.681	(142.969)	(132.288)	1.343.129	(23.602)	1.319.527
Outras	60.895	(2.423)	58.472	62.353	(3.598)	58.755
	<b>(1.307.932)</b>	<b>(471.621)</b>	<b>(1.779.553)</b>	<b>(484.131)</b>	<b>(325.972)</b>	<b>(810.103)</b>
<b>CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS</b>	<b>247</b>	<b>(1.530)</b>	<b>(1.283)</b>	<b>(260)</b>	<b>(1.627)</b>	<b>(1.887)</b>
<b>CUSTO DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>(50.953)</b>	<b>(949.042)</b>	<b>(999.995)</b>	<b>(88.641)</b>	<b>(896.186)</b>	<b>(984.827)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>894.206</b>	<b>364.825</b>	<b>1.259.031</b>	<b>1.401.209</b>	<b>365.409</b>	<b>1.766.618</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(571.974)</b>	<b>(1.319.506)</b>	<b>(1.891.480)</b>	<b>(720.765)</b>	<b>(866.807)</b>	<b>(1.587.572)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>322.232</b>	<b>(954.681)</b>	<b>(632.449)</b>	<b>680.444</b>	<b>(501.398)</b>	<b>179.046</b>
<b>RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</b>						
Ganhos em equivalência patrimonial	23.189	149.204	172.393	4.229	123.248	127.477
Perdas em equivalência patrimonial	(167.861)	(21.098)	(188.959)	(268.265)	(27.930)	(296.195)
	<b>(144.672)</b>	<b>128.106</b>	<b>(16.566)</b>	<b>(264.036)</b>	<b>95.318</b>	<b>(168.718)</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>						
Renda de aplicações financeiras	83.799	54.315	138.114	135.478	107.880	243.358
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	94.742	15.512	110.254	52.515	10.012	62.527
Outras variações monetárias ativas	795	2.131	2.926	890	2.187	3.077
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	(27.300)	(43.297)	(70.597)	336.011	89.661	425.672
Outras receitas financeiras	25.972	42.446	68.418	27.460	51.257	78.717
PIS/Pasep e Cofins	(185)	(101)	(286)	(19)	(17)	(36)
Encargos de dívidas	(36.320)	(107.051)	(143.371)	(32.335)	(99.161)	(131.496)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	2	(883)	(881)	-	(682)	(682)
Outras variações monetárias passivas	(174)	(441)	(615)	(42)	(102)	(144)
Outras despesas financeiras	(20.323)	(17.610)	(37.933)	(18.554)	(12.709)	(31.263)
	<b>121.008</b>	<b>(54.979)</b>	<b>66.029</b>	<b>501.404</b>	<b>148.326</b>	<b>649.730</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>298.568</b>	<b>(881.554)</b>	<b>(582.986)</b>	<b>917.812</b>	<b>(257.754)</b>	<b>660.058</b>
Imposto de renda e contribuição social	(197)	107.191	106.994	(2.934.919)	1.156.923	(1.777.996)
<b>LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>298.371</b>	<b>(774.363)</b>	<b>(475.992)</b>	<b>(2.017.107)</b>	<b>899.169</b>	<b>(1.117.938)</b>
<b>Resultado atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>298.499</b>	<b>(774.363)</b>	<b>(475.864)</b>	<b>(2.017.107)</b>	<b>899.169</b>	<b>(1.117.938)</b>
<b>Resultado atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>(128)</b>	<b>-</b>	<b>(128)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	5,34	(13,85)	(8,51)	(36,08)	16,08	(20,00)

#### 44 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2015, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Apólices	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
	- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.002.930
- Riscos aeronáuticos	42.325	195
- Transporte	173.680	215
	<b>6.218.935</b>	<b>7.305</b>

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 9.636 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 2.972 para responsabilidade civil e R\$ 29.717 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

#### 45 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2015 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 56.644,26 e R\$ 1.705,31, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 44.102,36. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

#### 46 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2015			31/12/2014
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	8.282	4.387	12.669	10.511
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.408	5.614	8.022	5.067
Educação ambiental para a comunidade	1.583	2.052	3.635	1.821
Outros projetos ambientais	177	2.405	2.582	1.131
<b>Total</b>	<b>12.450</b>	<b>14.458</b>	<b>26.908</b>	<b>18.530</b>

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.

- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 58.273, com previsão de desembolso de R\$ 47.442 para o exercício de 2016 e R\$ 10.831 a partir de 2017.

#### 47 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2015	31/12/2014
Empregados treinados	3.706	3.545
Homem/hora treinados	207.512	273.732
Média/hora treinamento	45	62
Índice de empregados treinados (%)	81	80
Força de trabalho treinada (%)	2	3
Investimento total (R\$ mil)	4.123	4.180
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	899	948

#### 48 - REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

As condições legais estabelecidas para o processo de repactuação do risco hidrológico tiveram os seguintes fatos motivadores decorrentes da redução da geração hidrelétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN: a) Desde o último quadrimestre de 2012, o país enfrenta condições hidrológicas adversas que, somadas ao incremento de geração térmica com custos de operação elevado, obedecendo as decisões do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, resultaram em redução expressiva do GSF (fator de ajuste da garantia física das Usinas Hidrelétricas). b) A degradação do GSF afeta os agentes de geração hidrelétrica que possuem usinas participantes do MRE, reduzindo suas respectivas energias alocadas, conseqüentemente, os agentes que tiveram a sua energia reduzida em valores insuficiente para honrar seus contratos, ficaram expostos ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo. Por outro lado, os agentes que estavam subcontratados, ao terem sua energia reduzida, deixaram de auferir parte dos créditos decorrentes da liquidação da sua energia no mercado de curto prazo c) A forte crise hídrica, associada a fatores outros considerados no despacho das usinas geradoras do sistema, fez com que os agentes de geração afetados recorressem à justiça a fim de se blindarem da perda econômica em virtude da degradação do GSF. d) Em junho, os reflexos das ações dos outros agentes impactaram significativamente na liquidação da Chesf. As ações judiciais chegaram ao ponto de suspender a liquidação do Mercado de Curto Prazo. Tal fato, corroborado por inúmeras manifestações de agentes do setor, fez com que a ANEEL deliberasse abertura de Audiência Pública 032/2015 para tratar do tema.

Como resultado desses movimentos, foi sancionada a Lei 13.203/2015, de 8 de dezembro de 2015, regulamentada pela Resolução ANEEL 684/2015, de 11 de dezembro de 2015. e) A Lei 13.203/2015, bem como a Resolução ANEEL 684/2015, estabelecem as condições para a repactuação do risco hidrológico pelos agentes que possuem usinas participantes do MRE com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração hidrelétrica. Para a Chesf, não são elegíveis à repactuação as usinas cuja energia foi contratada em regime de cotas de acordo com a Lei 12.782/2013, que corresponde às usinas do Complexo de Paulo Afonso, Itaparica (Luiz Gonzaga), Xingó, Boa Esperança, Pedra e Funil, sendo elegíveis, portanto, as usinas de Curemas e

Sobradinho que possuem, respectivamente 1 MW médio e 531 MW médios de garantia física. A Chesf realizou uma avaliação da viabilidade de aderir ou não à repactuação proposta e concluiu que melhores resultados poderiam ser obtidos mediante a compra de lastro de energia de terceiros, o que levaria a custos menores para a Companhia, com riscos reduzidos. Com base nesses estudos, a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Chesf optaram pela não repactuação de risco hidrológico nas bases do disposto na Lei 13.203/2015 e na consequente regulamentação proposta pela Aneel.



## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**Armando Casado de Araújo**  
Presidente

**José Carlos de Miranda Farias**  
Conselheiro

**Fernanda Cardoso Amado**  
Conselheiro

**Altino Ventura Filho**  
Conselheiro

**Virgínia Parente de Barros**  
Conselheira

**José Hollanda Cavalcanti Júnior**  
Conselheiro

### CONSELHO FISCAL

---

**Pedro Gaudêncio de Castro**  
Presidente

**Leandro Giacomazzo**  
Conselheiro

**Marcelo Cruz**  
Conselheiro

### DIRETORIA EXECUTIVA

---

**José Carlos de Miranda Farias**  
Diretor-Presidente

**José Pedro de Alcântara Júnior**  
Diretor Econômico-Financeiro

**Antônio Varejão de Godoy**  
Diretor de Engenharia e Construção

**José Ailton de Lima**  
Diretor de Operação

**Helder Rocha Falcão**  
Diretor Administrativo

### SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

---

**Denilson Veronese da Costa**  
Superintendente  
CRC-PB-004638/O-7 "S" PE – Contador

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF  
Recife - Pernambuco

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

### ***Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17 (a), em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

## **Ênfase**

### ***Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador***

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, totalizam R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

### ***Continuidade operacional de empresas investidas***

Conforme citado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e conseqüente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Sento Sé III, Chapada do Piauí II Holding S.A., e Eólica Serra das Vacas Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, 24,5% e as demais investidas com 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 2.069.872 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva" estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recife, 28 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Danilo Siman Simões  
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 28 de março de 2016, homologada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2016, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2015, e, assistido pelo Superintendente de Execução e Controle Econômico-Financeiro da Companhia, Denilson Veronese da Costa e pelos Representantes da KPMG Auditores Independentes, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 28 de março de 2016, que contém uma ressalva sobre “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Lava Jato” e dois parágrafos de ênfase, intitulados: “Valores a Receber Sujeitos à Aprovação do Regulador” e “Continuidade Operacional de Empresas Investidas”.

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício de 2015, um prejuízo de R\$ 475,9 milhões, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favorável à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Recife, 28 de março de 2016.

*Pedro Gaudêncio de Castro*  
**Presidente**

*Leandro Giacomazzo*  
**Conselheiro**

*Marcelo Cruz*  
**Conselheiro**